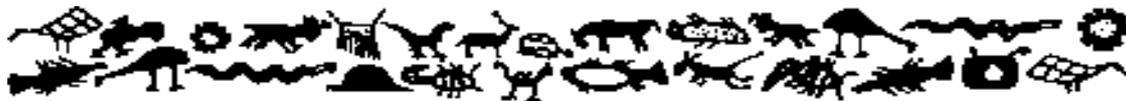


**“PRÁTICAS DE SUBSISTÊNCIA E CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DAS  
COMUNIDADES GUARANI NA MATA ATLÂNTICA”**

**SEMINÁRIO  
Setembro de 1997**

**CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA**



Rua Fidalga 548, sala 14  
05432-000 São Paulo/ SP/ Brasil  
Tel.: 011.813.3450  
Tel.Fax 011.212.1520

**INDICE**

## **O DOCUMENTO BASE**

**Equipe de Trabalho**

**Procedimentos para Levantamento de dados**

**Aspectos relativos ao Meio Físico**

**Recursos de Subsistência**

**Anexos: Genealogia dos Grupos Locais**

**Informações sobre o Grupo Indígena Guarani**

**Mapa de Localização Atual das Comunidades Guarani**

**Quadro Geral das Aldeias Guarani do Litoral do Brasil**

## **O SEMINÁRIO**

**Metodologia**

**Reuniões Preparatórias**

**Programação**

**Apresentação dos Participantes**

**Palestras e Comunicações**

**Introdução Conceitual**

**Panorama da Realidade Atual das Comunidades Guarani**

**Trabalhos em Campos**

**Avaliação**

**Lista de Endereços**

**PROJETO: “ MONITORAMENTO AMBIENTAL E FOMENTO DE ATIVIDADES NÃO PREDATÓRIAS EM TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL”**

**ORGANIZADOR: CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA - CTI**  
**APOIO: RAINFOREST**

**SEMINÁRIO: “PRÁTICAS DE SUBSISTÊNCIA E CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DAS COMUNIDADES GUARANI NA MATA ATLÂNTICA”**

**APRESENTAÇÃO**

**O CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA - CTI** é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em março de 1979. Os projetos do CTI são coordenados por antropólogos que acompanham, localmente e a longo prazo, a situação específica de grupos indígenas em várias regiões do país.

As ações realizadas pelo CTI têm como principal objetivo a construção e a implantação participativas de alternativas políticas e econômicas que visam instrumentalizar as comunidades indígenas para atingir o maior grau possível de autonomia, de acordo com os seus parâmetro sócio culturais.

Os povos indígenas no Brasil estão sujeitos a pressões de diversas naturezas, em função das características das frentes de expansão no entorno de seus territórios. As experiências de contato desses povos também variam de acordo com predisposições culturais e interesses políticos próprios, construídos ao longo de suas histórias de relações com essas frentes. É nesse sentido que a eficácia das intervenções propostas por uma organização não-governamental depende principalmente do grau de conhecimento e controle que esse agente detém, não apenas sobre as particularidades culturais desses povos indígenas, mas em relação às expectativas específicas desses grupos no contato com a sociedade envolvente.

Ao longo de sua história, o CTI teve como principal atividade intervir no processo de regularização fundiária de terras indígenas no Brasil e monitorá-lo. A atuação específica do CTI nesse contexto é o desenvolvimento, a longo prazo, de ações anteriores e posteriores ao processo de demarcação física das terras das comunidades com as quais trabalha, encarado portanto como uma etapa dentre outras ações e não apenas como um fim em si mesmo. De fato, as ameaças sobre as terras indígenas somente serão controladas se os próprios índios dominarem produtivamente suas terras, tendo-se claro que essa “produtividade” é cultural e socialmente adaptada aos padrões internos - mesmo porque a alternativa proposta pelo CTI só pode se realizar se esta premissa for respeitada.

Os projetos do CTI apoiam as alternativas de futuro, através da ocupação e o controle territorial efetivos por parte dos índios, dando condições para que possam explorar de forma não-predatória seus territórios, atuando prioritariamente nos seguintes setores.

- monitoramento da regularização fundiária e programas de controle territorial;
- implantação de alternativas econômicas sustentáveis. controladas pelas próprias comunidades;

- programas de educação, incluindo formação de professores indígenas e produção de materiais didáticos adaptados à realidade de cada área;
- subsídios a projetos culturais e de reafirmação étnica, através do projeto “Vídeo nas Aldeias”.

No sentido de ampliar as discussões acerca dos trabalhos que vem desenvolvendo ao longo de vários anos, o Centro de Trabalho Indigenista, apresentou a RAINFOREST / NORUEGA o **PROJETO “MONITORAMENTO AMBIENTAL E FOMENTO DE ATIVIDADES NÃO PREDATÓRIAS EM TERRAS INDÍGENAS DO PAÍS”**, que tem como proposta a realização de seminários interdisciplinares e interinstitucionais para discutir manejo e sustentabilidade das populações indígenas, nos ecossistemas (Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia) nos quais o CTI desenvolve projetos específicos.

**O primeiro seminário, “Manejo de Cerrado por Populações Tradicionais”** foi realizado em 1996 e contou com a participação de diversas entidades. Para a elaboração do documento base sobre o manejo de populações tradicionais da região do Maranhão e Tocantins, foram escolhidas duas áreas para levantamento de dados sobre o manejo do cerrado por populações tradicionais: a Reserva Indígena dos Krahô ( Norte do Tocantins) e pequenas propriedades de agricultores locais no município de Carolina (MA). A área da reserva indígena abrangia 320.000 ha, os quais compostos basicamente por cerrados em diferentes fisionomias e matas de galeria e a área dos pequenos proprietários abrangia aproximadamente 800 ha, onde cada propriedade variava de 50 a 400 ha.

**O segundo seminário “Práticas de Subsistência e Condições de Sustentabilidade das Comunidades Guarani na Mata Atlântica”** foi organizado com base no trabalho acumulado do CTI.

O CTI iniciou seu trabalho com os Guarani do litoral em 1979, quando da sua fundação. Nos primeiros três anos as atividades do CTI concentravam-se nas áreas de educação e saúde em aldeias da periferia de São Paulo - Barragem, Crucutu, Mboi Mirim, Jaraguá -, concomitante a um apoio às roças e às primeiras ações voltadas à regularização fundiária dessas aldeias e a de Boa Esperança no Espírito Santo.

A partir de 1981 passamos, através do Projeto Guarani, a desenvolver ações sistemáticas também nas demais aldeias compreendidas entre o litoral sul de São Paulo (a partir do município de Itariri) e o Rio de Janeiro (mun. de Angra dos Reis): Itariri, P. I. Peruipe (apoio eventual), Rio Branco, Rio Silveira, Boa Vista, Araponga, Bracui. Embora o Projeto Guarani se constituísse em apoiar o sistema de produção agrícola dos Guarani - segundo a sua organização social, calendário agrícola e promovendo reuniões entre as várias comunidades - o objetivo principal do CTI era a regularização das áreas ocupadas pelos índios. O Projeto Guarani viabilizava o conhecimento da situação da terra, das relações sociais, das alianças e desentendimentos com a população regional, das expectativas ou rejeição quanto a demarcação. Até 1988 apoiamos as atividades agrícolas das aldeias de São Paulo, demarcadas em 1987. A partir de então concentramos nossas ações nos levantamentos e nos encaminhamentos para regularização fundiária das áreas Guarani do Rio de Janeiro, do litoral do Paraná, do litoral de Santa Catarina e outras aldeias no litoral sul de São Paulo.

Até o momento, o conjunto das áreas Guarani homologadas no litoral, entre os estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo, compõem um total de apenas 10.581,64 ha. Há vários processos de identificação sem continuidade, iniciados a partir de 1992.

Em 1996, o CTI passa a contar com o apoio da KFS - “Kofinanzierungsstelle für Entwicklungszusammenarbeit” ao projeto “Recuperação de Terras e Subsistência do Povo Guarani”, coordenado por Maria Inês Ladeira com o apoio de um agrônomo, que vem sendo desenvolvido prioritariamente em áreas que apresentam conflitos fundiários ou que ainda não estão regularizadas. Até o momento, concentramos nossas ações nas aldeias Araponga e Parati Mirim (município de Parati - RJ), Rio Branco de Cananéia e Ilha do Cardoso (mun. de Cananéia - SP), com pequenos apoios pontuais a Aguapeú (mun. Mongaguá - SP), à aldeia Nova Jacundá (mun. Jacundá - PA) e a Boa Esperança (mun. Aracruz - ES). Os objetivos desse projeto são: “implementar programas agrícolas e atividades sustentáveis compatíveis com práticas não destrutivas, de acordo com a organização social e sistemas tradicionais do grupo, recuperando as áreas degradadas das aldeias indígenas e propiciando aos índios maior autonomia e controle do seu próprio território; oferecer alternativas concretas para a recuperação de espécies da flora nativa, recuperando ou melhorando as condições locais de áreas degradadas, com base no conhecimento dos Guarani; apoiar atividades agrícolas que assegurem a subsistência das comunidades; reforçar a unidade (política) dos Guarani”.

Para o seminário “Práticas de Subsistência e Condições de Sustentabilidade das Comunidades Guarani na Mata Atlântica” elaboramos um **documento base** para o qual escolhemos para estudo as aldeias situadas no mun. de Cananéia: Rio Branco, no continente, e “Santa Cruz” e “Sítio Grande” na Ilha do Cardoso. O objetivo era observar o modo de ocupação e manejo ambiental Guarani na mata Atlântica, em áreas que, apesar da proximidade geográfica e de não estarem regularizadas, apresentam características distintas que impõem às comunidades que as habitam formas próprias de sobrevivência.

A aldeia de Rio Branco, embora não demarcada, tem seu perímetro configurado pela ocupação de entorno, sendo a área destinada aos índios muito restrita (menos de cem hectares); já foi ocupada por famílias de “brancos” até aproximadamente dez anos atrás que desenvolveram atividades agrícolas intensas, os recursos de fauna e flora são escassos pois a região é ocupada sistematicamente há muitas décadas. A Ilha do Cardoso, Parque Estadual desde 1962, apesar das ações predatórias de invasores (caçadores, palmiteiros, etc.), proporciona às famílias Guarani maiores quantidades e qualidades de alimentos nativos (mel, larvas, frutos silvestres), obtidos com a prática da coleta.

As famílias que vivem nessas aldeias possuem fortes vínculos sociais com as demais famílias que vivem na região lagunar estuarina de Iguape (SP) - Paranaguá (PR), formada pelas Ilhas Superagui e Peças no Paraná (mun. de Guaraqueçaba) e Ilha do Cardoso em São Paulo. Essas Ilhas compõem respectivamente o Parque Nacional do Superagui e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Além dos índios que viviam neste estuário à época da conquista, várias gerações ocuparam essas Ilhas com intensidade e formas variáveis em diferentes épocas. Atualmente, entre todas as áreas que compõem o território Guarani (no Brasil, na Argentina e no Paraguai), é nessa região, onde não se efetuou a demarcação de terras para os Guarani, que esses índios dispõem de áreas contínuas de mata com recursos naturais relativamente preservados.

O CTI acompanha o processo de ocupação Guarani na região lagunar estuarina desde 1987, a partir da Ilha da Cotinga (mun. de Paranaguá), iniciando levantamentos nas Peças e Superagui em 1990. Desde o final de 1992 acompanhamos a ocupação das famílias Guarani na Ilha do Cardoso e, em 1994, na aldeia do Rio Branco. Os estudos realizados nessas aldeias constituíram dois relatórios antropológicos: um (1990) sobre a ocupação Guarani nas ilhas do Paraná com proposta de delimitação da aldeia da Ilha da Cotinga (homologada em 1994) e outro (1993) sobre a presença indígena na Ilha do Cardoso no contexto mais amplo que abrange o complexo estuarino

lagunar Iguape / Paranaguá como um todo. A partir de então vimos observando a dinâmica social e espacial Guarani sobretudo nas aldeias da Ilha do Cardoso e do Rio Branco, elaborando genealogias e observando os processos de mudanças no interior das aldeias. Os Guarani que vivem nessa região pertencem ao subgrupo Mbya (ver informações sobre o grupo em anexo).

A realização de um levantamento interdisciplinar (antropologia, agronomia, biologia) e de um seminário com profissionais que trabalham com projetos sustentáveis ou que atuam junto aos Guarani, poderá contribuir com subsídios em vários níveis, entre os quais: ao Projeto do CTI “Recuperação Ambiental, Subsistência do Povo Guarani”; apontando elementos para pesquisa às entidades e pesquisadores que participarão do seminário; orientando a relação entre as diversas instituições e as comunidades Guarani no que se refere às políticas ambiental e fundiária.

Embora seja um levantamento preliminar, onde pretendemos apontar e não elucidar questões - a vastidão do assunto não se encerra aqui - acreditamos que a contribuição dos participantes, através de suas experiências de campo, enriquecerão o debate e este documento. Pretendemos, com isto, que a tônica do seminário seja ampliar os estudos, as informações e as questões, em detrimento do caráter político e polêmico que tem revestido as reuniões que tratam da presença Guarani nessas Unidades de Conservação.

Para a realização do seminário, propriamente dito, procurou-se integrar experiências de profissionais de diversas áreas que atuavam ou desenvolviam pesquisas em áreas próximas ou nas mesmas ocupadas pelos Guarani. Profissionais de diversas instituições com atividades afins foram convidados a participar, privilegiando-se a especificidade técnica, o envolvimento com a questão Guarani e a região de atuação em campo, em detrimento da sua função ou hierarquia na instituição de origem. Com isso, pretendemos abrir um debate mais aberto sobre as observações, as experiências e orientações de cada um, sem comprometer as posições políticas institucionais. Dessa forma, acreditamos que os conhecimentos e as reflexões dos materiais, produzidos para e durante o seminário, reverteram em conteúdos mais significativos para o trabalho das próprias instituições. Sendo um seminário dirigido para subsidiar técnicos e pesquisadores, a presença de alguns Guarani, com suas observações e comentários, foi pensada como uma colaboração e assessoria aos participantes e para tornar transparente, para eles, nossas técnicas, saberes e ignorâncias. E para que, apesar das diferenças de conhecimentos, se possa encontrar em conjunto um caminho comum.

Para este seminário foram realizados levantamentos de campo que subsidiaram o documento base. Foram também realizadas reuniões preparatórias para definir o enfoque central do seminário e os objetivos principais. Tanto o documento base como as correspondências sobre os conteúdos a serem trabalhados e as questões relativas à organização foram enviados com antecedência de modo que o participante pudesse ter maior subsídios durante as discussões e enviar suas sugestões.

## **O DOCUMENTO BASE**

### **Equipe de Trabalho:**

- Pesquisa, campo, elaboração do documento base :

Luiz Cláudio Bona - Agrônomo ecologista

Adriana Perez Felipim - Agrônoma

Mariana Carvalhaes - Bióloga mestre em Ecologia

Maria Inês Ladeira - Antropóloga doutoranda em Geografia Humana ( coordenadora )

### **Procedimentos para Levantamento de Dados**

Em razão da maior experiência do CTI ocorrer no campo da antropologia onde, conseqüentemente, temos maior disponibilidade de informações e conhecimento acumulado, optamos por estruturar o trabalho de campo a partir do enfoque metodológico das áreas de agronomia e biologia, acoplando as referências etnográficas necessárias à compreensão do modo de produção agrícola, de aspectos relacionados à dieta, etc... As informações etnográficas constantes deste documento foram coletadas ou reiteradas durante os levantamentos de campo, pois muitas delas precedem este trabalho sendo impossível ignorá-las.

Reuniões:

Durante o período de maio a agosto foram realizadas oito reuniões entre a equipe interdisciplinar de trabalho, três delas precedendo as viagens, duas durante os intervalos das mesmas, e três após as viagens.

As reuniões que antecederam as viagens se concentraram em: introdução da equipe no contexto do trabalho do CTI e fornecimento de informações gerais sobre a dinâmica social Guarani e sua localização no litoral / Mata Atlântica; discussão de aspectos metodológicos de cada área de estudo (antropologia, agronomia e biologia) para definição de um enfoque envolvendo as especificidades de cada uma; compilação dos documentos já existentes no CTI (mapas, estudos técnicos, documentação fotográfica, informes diversos, etc.) sobre as populações e a região em foco.

Nas reuniões realizadas durante os intervalos das viagens discutimos os conteúdos dos dados coletados em campo pelos membros da equipe, visando uma interação das distintas observações. Decidiu-se assim que, dentro das características e das condicionantes do trabalho, seriam feitas a caracterização do meio físico da região onde encontram-se localizadas as aldeias e uma análise centrada nos aspectos relativos à subsistência das comunidades.

Com esses objetivos foi proposto um roteiro baseado em observações diretas e conversas com informantes, para os levantamentos de dados no campo sobre o modo de ocupação - organização do espaço interno das aldeias ( casas, terreiros, trilhas, água ), produção agrícola e outras atividades de subsistência - considerando-se as características físicas e geográficas da área e as ocupações pré existentes (roças) e concomitantes (trilhas de caça, coleta, extração de palmitos e de outros vegetais) às das famílias Guarani habitantes.

Viagens de campo:

Foram realizadas três viagens, com cerca de 3 dias cada uma, às aldeias da Ilha do Cardoso e Rio Branco. Os levantamentos de campo consistiram em: identificação de recursos utilizados na aldeia provenientes do meio ambiente natural (floresta) e também das espécies manejadas no meio ambiente transformado (roças, unidades produtivas), com suas respectivas procedências; observações sobre o manejo agroflorestal exercido pelas comunidades; coleta de informações sobre a agricultura e frutíferas, artesanato (doméstico e ritual - comercial), construção de casas, fauna, flora. Em função dos limites e dos objetivos do trabalho, as observações de campo limitaram-se aos núcleos residenciais, às áreas de roça (novas e antigas), ao aspecto fisionômico

da vegetação nativa presente nas áreas de entorno às roças e nas trilhas de acesso a estas roças e as casas.

As informações foram obtidas através de conversas informais, durante as caminhadas nas trilhas, nas áreas de roça e no interior das casas, com integrantes das aldeias indicados pelas chefias locais. Prevaleram os informantes com melhor domínio da língua portuguesa. Além dos índios conversamos especialmente com seu João Cardoso, morador vizinho da aldeia da Ilha do Cardoso, seu João (posseiro da Ilha do Cardoso) e seu Moisés, descendente dos antigos donos (posseiros) de áreas onde se localiza a aldeia do Rio Branco.

### **Aspectos Relativos ao Meio Físico**

As aldeias da Ilha do Cardoso e Rio Branco estão localizadas no município de Cananéia na região costeira do baixo Vale do Ribeira, ao sul do estado de São Paulo.

As características geográficas e a precariedade de suas vias de acesso são fatores que propiciaram um certo isolamento da região em relação ao restante do Estado de São Paulo, interferindo no processo de desenvolvimento econômico. De certa forma, esta situação favoreceu a concentração na região do Vale do Ribeira de um dos mais significativos remanescentes de Mata Atlântica do Estado que encontram-se, atualmente, protegidos legalmente através das Unidades de Conservação (APAs, Parques e Estações Ecológicas).

Nas regiões sul e sudeste do Brasil, a designação Mata Atlântica abrange formações florestais com diferentes aspectos fisionômicos e florísticos como matas de planície, matas de encosta e matas de altitude. Estas formações apresentam-se distintas devido a características geológicas, geomorfológicas, pedológicas, climáticas e hidrológicas, atuais e pretéritas, além do efeito antrópico a que estão submetidas.

Parte do município de Cananéia está situado na porção continental, onde destaca-se as áreas montanhosas como a Serra do Itapitangui e as planícies arenosas. Já a sua parte insular é constituída pela Ilha de Cananéia (sede do município) que apresenta uma formação fluvio-marinha e a Ilha do Cardoso basicamente composta por rochas cristalinas pré-cambriana. Ambas as ilhas estão inseridas no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá.

O clima geral do município de Cananéia pode ser considerado megatérmico superúmido\*, com nenhum déficit hídrico e grande excesso no verão, apresentando aproximadamente 150 dias de chuvas por ano, alcançando índices anuais de mais de 3.000 mm. A temperatura apresenta como médias de máximas 25,5 °C e de mínimas 17,4°C (FUNARI *et alli* 1987).

A área da Ilha do Cardoso é de 22.500 ha (segundo decreto de criação n° 40.319 de 1962 do Parque Estadual da Ilha do Cardoso). Em sua porção central encontramos um maciço rochoso que atinge até 900 metros de altitude. Em sua face leste, o maciço mergulha no mar originando o litoral escarpado. Ao norte e nordeste limita-se com a Baía de Trapandé e a oeste e ao sul faz divisa com o Canal do Ararapira. Já nas extremidades sul e norte o relevo é baixo, com planícies formadas por depósitos arenosos atuais.

Todos os tipos de vegetação ocorrentes sob o domínio atlântico estão representados, em pequena escala na Ilha do Cardoso: vegetação pioneira de dunas, vegetação sobre restinga, floresta pluvial tropical da planície litorânea, floresta pluvial tropical da Serra do Mar e vegetação de mangue,

além da vegetação arbustiva de topo de morro e as formações secundárias decorrentes das ações antrópicas.

Segundo o cadastro de ocupantes efetuado por Milanelo M. e publicado em 1992 ( 2º Congresso sobre essências nativas ), vivem na Ilha do Cardoso uma população de 370 habitantes distribuída em diferentes localidades: Marujá, Pontal, Enseada da Baleia, Foles, Pereirinha, Cambriú, Praia da Lage, Sítio Filhote, Sítio Andrade, Sítio Santa Cruz, Sítio Tajuva, Sítio Trapandé, Sítio Jacareú, Sítio Barreirinha, Sítio Barreira Grande, Sítio Pedro Luiz e Ilha da Casca.

A comunidade Guarani na Ilha do Cardoso tem ocupado para moradia, roças, trilhas de ligação e demais atividades de subsistência, áreas dos antigos Sítio Grande e Sítio Santa Cruz (este de posse das famílias Cardoso) e defronte a Ilha da Casca. . Não temos dimensão da área total da Ilha do Cardoso utilizada pelos índios para as atividades de caça e coleta. Dada a localização dos Sítios Grande e Santa Cruz, em frente a Baía do Trapandé, observamos as seguintes formações florestais no interior de suas áreas: manguezais, floresta paludosa (alagadiça, pantanosa), floresta pluvial tropical de planície litorânea e floresta pluvial tropical da Serra do Mar.

Na porção continental do município de Cananéia destacam-se os Bairros de Porto Cubatão e Itapitanguí (pequenos núcleos com prestação de serviços básicos), predominando formações florestais como mata pluvial de planície e manguezais. Atravessando o Bairro do Itapitanguí em direção a Serra do mesmo nome, temos acesso ao Bairro Rio Branco, caracterizado por pequenas e médias propriedades rurais com atividades agropecuárias em área de mata atlântica de planície e de encosta.

A aldeia Guarani situada no bairro Rio Branco está a cerca de 25 Km da sede do município de Cananéia. A ocupação no entorno da aldeia pressupõe a alteração do meio ambiente natural, em razão do tipo das atividades desenvolvidas o que limita, naturalmente, o contínuo florestal existente no interior da aldeia. A vegetação da área constitui-se de mata pluvial tropical de encosta secundária, representada por fragmentos de diferentes tamanhos e em diferentes estágios sucessionais de regeneração. O Rio Branco atravessa a aldeia e suas nascentes encontram-se no interior desta.

### **Informações sobre os Grupos Locais Guarani**

As aldeias Guarani Mbya podem ser formadas a partir de uma família extensa, desde chefia espiritual e/ ou política própria. O contingente populacional das aldeias situadas no estado de São Paulo, varia de 15 a 300 pessoas, compondo unidades familiares integradas por apenas uma chefia política. A organização espacial interna das aldeias é determinada pelas relações de afinidade e consangüinidade.

#### **Ilha do Cardoso**

A comunidade Guarani da Ilha do Cardoso é liderada por Marcílio Karáí. Em meados da década de 80 (não se tem registro desde quando) o grupo familiar chefiado por Atanásio, pai de Marcílio, vivia na Ilha das Peças (Guaraqueçaba-PR). Em 1991, Marcílio com sua família (esposa e filhos) deixou a Ilha das Peças e passou cerca de oito meses na beira da BR 101, no município de Itajaí - SC. Em 1992 retorna à região lagunar - estuarina reunindo seus pais e o restante da família para viver na Ilha do Cardoso, com a intenção expressa de viver o mais próximo possível dos preceitos tradicionais.

A partir de 1993, dois outros grupos familiares (Tiago e Ailton) se agregaram ao de Marcílio (ver genealogia). Os núcleos residenciais, as roças e outros cultivos foram distribuídos nas regiões do Sítio Grande, Santa Cruz e defronte à Ilha da Casca em locais já ocupados por antigos moradores. Em julho de 1997, o núcleo familiar de Ailton abandonou a aldeia e suas áreas já preparadas para o plantio, em razão de desentendimentos com a liderança predominante de Marcílio.

Atualmente a comunidade não conta com um líder espiritual residindo na aldeia. Seu Clemente, sogro de Tiago, que viveu cerca de 2 anos na ilha do Cardoso conduzindo as rezas e realizando as curas, mudou-se em 1996 para a aldeia do Rio Branco. Nas últimas visitas à aldeia encontramos Mário, pajé de outras aldeias do litoral (viveu nos últimos anos na aldeia de Itaoca, mun. Mongaguá - SP). A ausência de uma chefia espiritual permanente (que pode ou não coincidir com a chefia política), pode ser a causa de um autoritarismo mais acirrado por parte da chefia política para impor o comando da comunidade, com maiores interferências na vida doméstica das famílias nucleares. Este parece ser o caso na Ilha do Cardoso.

Os Guarani da Ilha do Cardoso mantém estreitas relações de vizinhança que implicam em favores, afetos e intrigas com João Cardoso, morador antigo e permanente da Ilha, descendente dos Cardoso que deram origem ao nome da mesma. Seu João e sua família (mulher e uma filha) vivem da agricultura de subsistência e da pesca. Outras quatro famílias de não índios têm suas posses na região próxima à aldeia, sem residência fixa mas com frequência assídua. Estes posseiros, vizinhos, apresentam um discurso de solidariedade com relação aos índios.

Desde o final de 1992, o entendimento entre os Guarani e os técnicos do Instituto Florestal (IF) que administram o PEIC (Parque Estadual Ilha do Cardoso) tem sido difícil. Estiveram envolvidos mais diretamente na questão: I.F. e outros setores da SMA - Secretaria do Meio Ambiente SP, Gaia Ambiental (entidade local), paróquia de Cananéia, CTI, FUNAI e M.P.F. através da Procuradoria da República SP. (Situação similar vivem as famílias Guarani das Ilhas Peças e Superagui que compõem o Parque Nacional do Superagui (Pr), administrado pelo IBAMA. Não foram definidas diretrizes conjuntas entre SMA, IBAMA e FUNAI relativas às áreas Guarani no complexo lagunar estuarino de Iguape -Cananéia - Paranaguá).

#### Rio Branco de Cananéia

O grupo local chefiado por Marcelino, encontra-se nesta aldeia a partir do final de 1994. O processo de chegada deste grupo diferencia-se dos demais pois, na época, este não possuía relações de afinidade com as demais famílias Guarani das aldeias da região.

Estas relações entre aldeias próximas são fundamentais para as famílias novas no lugar pois é a reciprocidade, advinda das alianças de casamento, que garante a integração ao meio.

O grupo familiar de Marcelino vivia, em 1994, na aldeia de Itaoca (Mongaguá-SP) e foi levado a uma área em Cantagalo (município de Cananéia) através de uma ação organizada pela paróquia de Cananéia. O objetivo dessa ação (estrategicamente equivocada) era “fundar” uma nova aldeia no continente, de modo a atrair para fora da Ilha do Cardoso as famílias Guarani que lá viviam. Quando o CTI conheceu o grupo familiar de seu Marcelino, no final de 1994, este estava acampado em um terreno particular de Cananéia, e já havia abandonado a área de Cantagalo (alegaram várias razões), encontravam-se sem roça e sem lugar.

Na aldeia do Rio Branco vivia, desde maio de 1994, o grupo familiar de seu Benito (cerca de 35 pessoas) que passou a ocupar a área (por indicação da Prefeitura de Cananéia) após ter vivido, cerca de 1 ano e meio, numa terra em Taquari (continente de Cananéia) imprópria para a lavoura devido aos extensos, intensos e constantes alagamentos. Seu Benito aceitou acolher o grupo de seu Marcelino, impondo a este restrições precisas quanto aos usos da terra. Seu Benito manteve a chefia local até meados de 1996, quando retornou ao litoral de SC onde vivera nos últimos anos que precederam a sua vinda para Cananéia, atraído por seu filho Mário, genro de Atanásio (pai de Marcílio).

Após a saída do grupo de Benito, a configuração espacial da aldeia Rio Branco modificou-se, sobretudo em relação aos espaços de moradias, terreiros e roças. Seu Marcelino atraiu a família de seu Clemente, da Ilha do Cardoso para a aldeia, promovendo a união de seu filho Carlito (que precisou separar-se da esposa) com uma das filhas de seu Clemente. A importância de ter um líder espiritual na aldeia, é manifestada na especial atenção e nos serviços que o genro Carlito dispensa ao sogro, nos lugares reservados junto à casa de rezas para esse grupo familiar que prefere não manter contato direto com os brancos. Atualmente o grupo de seu Marcelino tem também relações de afinidade com a família de Marcílio (Ilha do Cardoso) o que possibilita intercâmbios de matérias primas e técnicas de artesanato, gêneros agrícolas, plantas medicinais, etc.

## **Recursos de Subsistência**

### **Agricultura**

É a principal atividade de subsistência, produção de alimentos destinados exclusivamente para o consumo interno. Não existe comercialização de produtos originados nas roças pelos Guarani das aldeias observadas. Trata-se de uma questão cultural, além do que a produção tem sido historicamente pequena, não suprimindo a demanda alimentar dos integrantes das aldeias.

É o calendário agrícola, aliado aos ciclos da lua, que determina a organização das demais atividades sociais e de subsistência da aldeia (visitas entre aldeias, confecção e venda do artesanato, caça). O plantio principal acontece, preferencialmente, na primeira lua minguante de agosto, com algumas variantes em função do próprio calendário lunar, da meteorologia, ou de condicionantes externos.

De toda a forma é após a colheita do milho Guarani, “avaxi etei”, plantado nessa época, que realizam a cerimônia do batismo do milho e das crianças. Esse evento deve coincidir com a época dos “tempos novos”, caracterizado pelos fortes temporais que ocorrem no verão. Desse modo a associação entre a colheita do milho e a cerimônia do batizado (nimongarai) impõe o calendário agrícola e é fator que define o tempo de permanência das famílias nas aldeias.

Segundo os padrões tradicionais Guarani, a família extensa é composta, em princípio, pelo casal, filhas, genros e netos, constituindo-se numa unidade de produção e consumo. Atualmente, a família -grande, ainda que tenha algumas variantes na sua composição, é a unidade de produção. Porém, a “propriedade” das roças e o consumo dos produtos é da família elementar, depois do nascimento de filhos do casal. Isto não exclui os serviços nas roças do sogro e a realização de mutirões entre as famílias.

As relações entre sogros e genros nas aldeias da Cananéia e sua influência na divisão dos espaços e do trabalho nas roças e nos sistemas de reciprocidade e mobilidade é nítida. Ela é observada

(ver genealogias) na Ilha do Cardoso, através das situações de crise recentes. Com a morte de sua mulher, seu Atanásio viajou, há cerca de um mês, para a aldeia de Guarita (RS) para visitar um filho por tempo indeterminado e não terá sua roça na Ilha do Cardoso, este ano. Este fato foi determinante para que prevalecesse o desejo de Marcílio quanto a saída, da Ilha do Cardoso, de seu cunhado Mário (e sua irmã e sobrinhos) pois antes, a quebra da relação sogro/genro estabelecida por seu pai, não seria possível. Ailton saiu da aldeia, por razões políticas, seguindo seus sogros Dionísio e Júlia e os outros genros dos mesmos. Já seu irmão Alcides, genro de Marcílio, permaneceu junto na Ilha do Cardoso. Nelson, filho de Marcílio, casou-se há pouco tempo com a filha de Marcelino e foi morar na aldeia do Rio Branco, com o sogro. A aliança criada por Marcelino, através do casamento do filho Carlito com a filha de Clemente foi fundamental para organização de sua aldeia, quando pode exercer a chefia política, após a saída de Benito. Seu Clemente mudou-se com todo seu grupo familiar para o Rio Branco onde vive num espaço próprio, contando com os serviços de um genro novo, em detrimento da companhia do genro mais antigo, Tiago, que permaneceu na Ilha.

As visitas para este levantamento foram realizadas antes do período de plantio não sendo possível verificar o desenvolvimento das plantas. Por outro lado, pudemos observar aspectos relativos à distribuição e destinação das áreas de roças já preparadas de acordo com as alianças e cisões ocorridas nos últimos meses.

#### Sistema de produção

O sistema de produção adotado pelos Guarani nas aldeias da Ilha do Cardoso e Rio Branco é o itinerante, começando com o corte/derrubada, seguido de amontoa e queima das folhagens e ramos finos, limpeza (com enxada), plantio, manutenção e colheita. Preferem reutilizar áreas já abertas, cultivando um mesmo local por vários anos (5 anos no caso de uma roça na Ilha do Cardoso). A partir do enfraquecimento geral dos cultivos, abandonam a área em pousio por vários anos.

No primeiro ano plantam de tudo, priorizando as espécies mais exigentes em fertilidade (milho, feijão, amendoim, etc.), destinando partes mais “fracas” para cultivos menos exigentes. Como resultado tem-se roças com boa diversificação.

A partir do enfraquecimento do solo, abrem novas áreas para estas culturas e utilizam a área anterior para aipim, banana, batata doce, arroz. Numa área de roça já com cinco anos de uso, solo bastante arenoso e plano na Ilha do Cardoso, os índios irão plantar milho, batata doce, cana e aipim.

Segundo informações, as áreas novas (derrubada de capoeiras) e mais afastadas dos núcleos residenciais, são repartidas entre as famílias. Todos os integrantes da aldeia - homens, mulheres, crianças - trabalham desde a derrubada até a colheita. A preparação da terra para o plantio envolve mais o trabalho masculino, ao passo que na colheita predominam as mulheres.

A abertura de novas áreas é feita em função do plantio de milho e feijão. Não necessariamente serão plantadas apenas estas espécies, porém elas são usadas como referência em função da maior exigência em fertilidade do solo.

A prática da derrubada da mata é efetuada entre 1 e 3 meses antes do plantio, em sistema de mutirão. A experiência deles mostra que a umidade do ar e a intensa pluviosidade impedem que o material derrubado seque o suficiente para queimar. Além disto, o crescimento de espécies nativas

pioneiras é tão rápido que, num prazo maior de descanso antes do plantio, já precisam fazer nova roçada.

A queima restringe-se aos ramos folhosos das árvores que são reunidos em pontos de maior adensamento. Do que sobra, parte é retirado e amontoado nas margens do roçado e os troncos são deixados no local. A queima dos ramos também é feita em conjunto. Fazem aceiro nos locais de maior risco, onde existem muitas plantas rasteiras e suficientemente secas na ocasião. Geralmente dispensam esta prática porque queimam em pontos isolados entre si.

Realizam a limpeza do solo imediatamente antes de plantar. Retiram parte da liteira (restos em diferentes estágios de decomposição que recobrem o solo) para facilitar o plantio. Existem subdivisões dentro da área, destinadas às roças das famílias elementares. Estas pequenas subdivisões não apresentam um limite físico aparente e, segundo informações, cada família pode cultivar o que quiser nestas áreas.

O plantio é feito com enxada, facão ou mesmo tocos pontiagudos. Abrem pequenas covas onde depositam as sementes, geralmente 2 a 3 de milho, 2 de feijão, uma estaca de mandioca, um tubérculo de batata doce.

As capinas, são feitas de acordo com a necessidade de cada parcela. Áreas novas “sujam” menos que aquelas em reutilização. A incidência de ervas rasteiras aumenta ano a ano, de acordo com o grau de degradação do solo, dentre outros aspectos.

Em se tratando de roças bastante diversificadas, a colheita é feita em diferentes épocas. De acordo com as informações, quando a produção é boa, constróem um paiol para armazenamento, nos mesmos moldes das casas. Na aldeia Rio Branco havia um pequeno paiol próximo a casa de seu Clemente, ainda sem uso devido ao “insucesso dos cultivos anteriores”.

Localização e tamanho das roças:

As áreas de roça apresentam-se dispostas nas proximidades dos núcleos residenciais (entorno) e no interior da mata, não muito afastadas das residências. As roças de derrubada localizam-se ao longo das trilhas.

Trata-se de uma região de ocupação antiga e os índios têm aproveitado áreas de capoeira, cultivadas em diferentes épocas e abandonadas para o pousio. Não encontramos nenhuma derrubada de mata primária. Estão nitidamente aproveitando o que já foi aberto.

Pudemos observar que são preferidos os solos de coloração marrom, com textura argilo arenosa, sendo este critério prioritário em relação à declividade e profundidade do mesmo. Não existem padrões quanto à insolação do roçado.

As dimensões e formatos das roças variam de acordo com as características da parcela. Em geral são algo retangulares. Medem em braças (2,2m) e litros (605 m<sup>2</sup>). Na aldeia Rio Branco estimamos um total de 2 hectares em cultivo (ou em preparo para plantio) dispostos em 4 áreas, 3 na mata e 1 ao redor das casas.

Áreas de roça em pousio e reutilização:

Das roças feitas pelos índios e abandonadas em pousio, observamos na Ilha do Cardoso (Sítio Grande) duas áreas: uma próxima ao núcleo residencial e outra no interior da mata, ambas

localizadas em uma área de transição entre a planície arenosa de restinga e a encosta. A área em pousio próxima ao núcleo residencial foi utilizada desde 1993 para o plantio de milho e feijão e encontra-se abandonada há cerca de 1 ano. Ailton informou-nos que se houver interesse em destinar esta área para o plantio de banana, seria necessário esperar mais 3 anos de pousio. Para novo plantio de milho e feijão, o tempo de pousio deve ser de cerca de 10 anos. A cobertura vegetal nativa presente sobre esta área detém uma fisionomia herbácea-arbustiva característica de estágio inicial de regeneração.

A área disposta no interior da mata, segundo Ailton, também se encontra em pousio há cerca de 1 ano e foi utilizada para o cultivo de milho e feijão. Pretendem utilizar esta área novamente para milho, feijão, mandioca, batata-doce, melancia, entre outros cultivares agrícolas, em função da “boa qualidade da terra”.

Na Aldeia Rio Branco, das áreas de roças antigas destinadas para pousio, foram utilizadas 2 áreas no interior da mata para o plantio de milho e feijão. Dessas, uma se encontra em pousio há cerca de dois anos e outra há cerca de três anos. Ambas as áreas se localizam em área de encosta e apresentam uma fisionomia arbórea-arbustiva característica de estágio inicial de regeneração. Carlito informou-nos da intenção de reutilizar a área que se encontra abandonada há três anos para o plantio de milho e feijão.

#### Roças em utilização

Ao redor dos núcleos residenciais existem áreas cultivadas com aipim (mandioca), batata doce, milho, feijão, além de outras espécies em menor escala como o fumo, cana e amendoim. Na aldeia Rio Branco algumas espécies foram plantadas nos últimos dois meses: milho guarani, feijão guarani, batata doce, amendoim e aipim. Na Ilha do Cardoso (Santa Cruz) encontramos apenas áreas com aipim em ponto de colheita.

As famílias Guarani estão utilizando estas áreas para o plantio na Ilha do Cardoso desde 1993 (Santa Cruz) e 1995 (Sítio Grande) e na aldeia Rio Branco desde 1995.

#### Os cultivares agrícolas Guarani

Pouco se sabe em termos qualitativos e quantitativos sobre as espécies cultivadas que migram junto com estas populações indígenas. Tais cultivares são plantados nas áreas de roça constituindo verdadeiros bancos de germoplasma “in situ”. Os índios dedicam atenção especial à estas espécies. Priorizam a manutenção das sementes e consomem os excedentes.

Do milho Guarani “avaxi etei”, levantamos as seguintes classificações (feitas pelos índios): avaxi mitaim (avaxi yuyi, karapeí, ponyi), avaxi ju e avaxi pytã (mesma classificação), avaxi takua, avaxi ti (avaxi toveí, para, paraguaçu, paracau, ovy, um). Segundo pudemos entender, uma mesma “qualidade” apresenta diferentes colorações dos grãos, tamanhos da espiga, tamanhos do pé de milho, entre outras. Observa-se que há diversas denominações para uma mesma qualidade de milho, de acordo com suas características.

Segundo Ailton, devido à escassez de sementes, ocorreu a mistura das variedades de milho e atualmente, uma mesma espiga chega a apresentar colorações distintas nos grãos. Já Marcílio apresentou algumas espigas de avaxi ju (e pytã) e avaxi ti, ainda com características originais e explicou como fará para cultivá-las isoladamente. Na aldeia Rio Branco as sementes

remanescentes já estavam plantadas, não sendo possível saber se houve preocupação com o isolamento de cada uma delas.

Segundo Marcílio, existe uma só qualidade de feijão Guarani “Kumandá eteí” (joperi rayi) com dois tipos que diferem no porte da planta: o grande e o pequeno. Na Ilha do Cardoso possuem apenas o pequeno. O “kumandá eteí” é um *vigna sp.*, semelhante ao feijão de vara (feijão de corda) e por ter hábito trepador, necessita tutoramento o que é feito com o próprio milho (quando em plantio consorciado), por plantas deixadas no meio das parcelas ou pela rebrota dos tocos. Segundo nos foi mostrado, os grãos de “kumandá eteí” também apresentam distintas colorações (preto, vermelho, amarelo).

Outros cultivares Guarani como a batata doce “jety mandió” e a cana-de-açúcar “takuaree avaxi”, foram encontrados. Na aldeia do Rio Branco, segundo informação de Carlito, estas mudas foram trazidas da aldeia de Xapecó (mun. de Xanxerê - SC), onde reside sua mãe e irmãos.

Outras cultivares encontrados nas aldeias:

Os índios denominam os cultivares obtidos através dos brancos de “tupi”. Os cultivares agrícolas provenientes do meio social externo variam qualitativamente conforme a própria caracterização deste meio. Também o relacionamento com a população regional e com as instituições locais e as condições de acesso são fatores de diferenciação entre as aldeias no que refere à variedade e quantidade desses cultivares.

Parte das roças ainda não estavam totalmente preparadas porque as sementes de milho, feijão e arroz ainda não haviam chegado (o CTI, através do projeto, contribui com sementes).

Dos cultivares intercambiados entre as aldeias e entre membros de uma mesma aldeia destacamos: o fumo, a porunga (cabaça), o amendoim e as espécies denominadas próprias dos Guarani (avaxi eteí, Kumandá eteí, takuaree avaxi, jety mandiô, capiá, yaum). O fumo (penty) e a porunga encontrados na aldeia da Ilha do Cardoso, foram levados para a aldeia Rio Branco. O amendoim (mindui) encontrado na aldeia Rio Branco veio da aldeia de Xapecó (SC).

Na aldeia da Ilha do Cardoso, cultivares agrícolas provenientes do sítio de seu João Cardoso foram introduzidos: cará-guaçu, cará-nagô, cará-mirim, cará-d’angola,. Além destes, algumas plantas de uso medicinal: boldo chinês, salgueiro, sabugueiro e crista de galo.

#### Frutíferas

Encontramos, nas duas aldeias, algumas frutíferas ao redor dos núcleos residenciais e ao longo das trilhas, dentre elas: laranjas, limões, ponkan, mamão, goiaba, banana, araçá, sempre em pequeno número e dispostas de forma ocasional. Merecem destaque as jaboticabeiras “seculares” encontradas na Ilha do Cardoso.

A maioria destas espécies foram introduzidas pelos antigos moradores da região, assim como é o caso do café cultivado na sombra das bananeiras, ingás e outras árvores ao redor das casas, como foi observado no caminho de acesso à aldeia Rio Branco e na casa de seu João Cardoso, na ilha. Algumas espécies foram replantadas pelos índios, a exemplo da banana e do mamão.

#### Criação animal

A avicultura, principalmente galinhas, é a mais difundida entre os Guarani e é praticada num sistema semi-extensivo. As aves são mantidas num pequeno galinheiro somente durante a noite e são soltas logo pela manhã, sempre nas proximidades dos núcleos residenciais. Recebem porções de milho triturado em pilão e depois pastam (restos de alimentos e gramínea) ao redor das casas.

### Caça

A atividade da caça é realizada nas duas aldeias, porém, a disponibilidade de fauna é bastante irregular na região. Na Ilha do Cardoso a variedade de animais é evidentemente maior do que na aldeia Rio Branco onde praticamente não existe mais caça em função da história de ocupação da região.

Para os Guarani Mbya a caça não tem seu sentido exclusivamente na alimentação. Portanto, não é uma prática intensiva, obedecendo a ciclos derivados do calendário ecossistêmico (natural, social e cultural) sendo, muitas vezes, precedida de rituais religiosos. A possibilidade de exercê-la hoje em dia é um privilégio possibilitando, aos meninos, a iniciação à atividade através da caça à anta que inclui o aprendizado do uso do arco e flecha.

As espécies consideradas como apropriadas à dieta Guarani são o cateto “koxi” e a queixada (animais cuja carne é preferida em razão do menor teor de sal), paca “jaixá”, anta, veado “guaxu”, tatu, cotia, quati, jacutinga, entre outras. Os tabus alimentares não se relacionam somente com a espécie do animal (incluindo os peixes). Segundo Carlito, há uma variedade de regras que condicionam a alimentação de crianças, gestantes e velhos e ainda aquelas relacionadas aos resguardos e à couvade.

Os Guarani têm uma relação especial com as onças “jaguarete” (denominação mítica do xivi ruvixa). Os nomes atribuídos por seu Marcelino e Carlito às diversas espécies de onças referem-se às características físicas das mesmas: xivi um (onça preta), xivi paraxive (onça pintada), xivi pytã (vermelha), xivii reõ (jaguatirica), xivi karapéva. Os Guarani atribuem prioritariamente a condição de caçador às onças, não tendo interesse nesse animal enquanto caça. Segundo Marcílio e Carlito a onça é abatida somente quando provoca ou pede o confronto, quando aproxima-se dos núcleos residenciais atacando os animais domésticos. Recentemente uma jaguatirica morreu casualmente numa armadilha e outra foi abatida nos arredores das casas da aldeia da Ilha do Cardoso.

Segundo Marcílio e Carlito, nesses casos, sua carne cozida ou moqueada, é destinada aos cães “jagua” para que estes se tornem também bons caçadores. Fazem os cães cheirar o anus da onça abatida para reconhecerem quando alguma está próxima e evitar que ataque as galinhas.

É preciso observar, no que se refere às regras alimentares, que estas norteiam as atividades sociais e de subsistência e estão sujeitas, em determinadas ocasiões (imediatas) a serem transgredidas. Em princípio, as transgressões são individuais e são assimiladas pela comunidade. As transgressões coletivas (de um ou mais grupos familiares) indica, em geral, uma situação de crise revertida na perda de identidade com o lugar (social e meio) e que antecede a partida, temporária ou não, do grupo.

Além de alimentarem-se com a carne das caças os índios utilizam as peles e/ou penas e dentes na confecção de artesanatos e como remédios.

Os Guarani em geral costumam “domesticar” alguns animais silvestres, mantendo-os nos terreiros (okápy), temporariamente. Entre eles, preferem algumas aves como papagaio e pica pau, quatis, catetos e bugios (caí).

Na aldeia Rio Branco, observamos pequenas armadilhas dispostas nas roças, utilizadas para capturar as aves e os ratos (angujá) que se alimentam das plântulas de milho. Quando capturados, estes animais são consumidos. As roças e as criações de animais domésticos constituem-se num atrativo à fauna silvestre, indicando uma possível relação entre a disposição das áreas de roça e a atividade da caça.

#### Cultura material:

Nas duas aldeias, as casas são construídas com madeiras nativas, com dominância do jacatirão (*tibouchina* sp.), porém um dos critérios para a escolha da madeira a ser utilizada, segundo informações, é o diâmetro similar dos troncos. Para a cobertura são utilizadas espécies vegetais disponíveis nas aldeias. Na Ilha do Cardoso as coberturas são de guaricanga e indaiá. No Rio Branco, as casas são cobertas com guaricanga e capim-bravo.

As madeiras oriundas da derrubada das roças são aproveitadas para lenha, móveis (jiraus e bancos), flechas, armadilhas de caça e pequenos mundéus dispostos nas roças para apreender aves e pequenos roedores, bodoques (estilingues usados com bolinhas de barro), etc.. Quanto aos utensílios domésticos oriundos do meio natural, observamos a porunga (cabaça) e cestos de taquara. Das espécies vegetais nativas utilizadas em maior escala como matéria prima, destaca-se a taquara para a confecção dos vários tipos de cestos.

Os artesanatos são confeccionados a partir de matérias primas coletadas nas áreas de mata das aldeias. A mata Atlântica apresenta grande número de espécies que representam recursos madeireiros e não madeireiros utilizados pelos Guarani. A maioria dessas espécies ocorrem nas duas aldeias. A caixeta e o cedro (Marcílio mostrou 2 árvores) são encontrados na Ilha do Cardoso. Guajuvira, alecrim e canela, usadas na confecção de instrumentos rituais não são espécies da região sendo estas madeiras, ou os próprios instrumentos, trazidos de aldeias de outras regiões (interior do Pr, SC, RS). Na ilha do Cardoso, onde há disponibilidade de argila, confeccionam cachimbos de barro.

São comercializados, com muita aceitação, miniaturas de animais silvestres confeccionados com caixeta. A caixeta é uma espécie existente apenas na aldeia da Ilha do Cardoso, onde há o domínio dessa técnica (predominantemente masculina). Com as alianças de casamento que acarretaram na mudança, da Ilha do Cardoso para o Rio Branco, de pessoas com o domínio da técnica, esta passa a ser difundida também nesta aldeia.

Colares de capiá e yaum são confeccionados para a venda, porém estas espécies não são nativas da região. São cultivadas pelos Guarani. Para a confecção dos colares utiliza-se, como cordão para as contas, as fibras do tucum. Além das contas, os colares podem ser complementados com penas (de galinhas ou de aves silvestres - alma de gato, pica -pau, entre outras) e dentes de animais silvestres.

Também são comercializados arcos, flechas, cestas, pulseiras machadinhas, chocalhos, flautas, abanos. Além de Cananéia, saem em grupos para vender em Itapitangui, Jacupiranga e Iguape. A oferta de artesanato é maior que a demanda de compra.

## Relação das espécies vegetais - Cultura material

Nome popular	Denominação Guarani	Nome científico	Utilização	Aldeia
Brejaúva	Pindó-iju_	<i>Astrocaryum aculeatissimum</i> (Palmae)	Arco, flecha, machadinha	Ilha do Cardoso / Rio Branco
Mamica de cadela	Tembetary	Lauraceae	Artesanato / escultura	Rio Branco
Caixeta		<i>Tabebuia cassinoides</i> (Bignoniaceae)	Escultura miniatura de animais silvestres	Ilha do Cardoso
Capiá	Capiá	<i>Coix lacryma</i> (Graminae)	Colar, maracá	Ilha do Cardoso / Rio Branco
Taquara	Taquai	<i>Bactris</i> sp. (Graminae)	Construção de casa, cestaria, leque, machadinha, etc	Ilha do Cardoso / Rio Branco
Tucum	Pindói mirim juu	<i>Bactris setosa</i> (Palmae)	Fibras (colar, bolsa)	Ilha do Cardoso / Rio Branco
	Yaum		Colar	Ilha do Cardoso
Guaricanga	Pindó mirim	<i>Geonoma</i> sp. Palmae	Construção de casa - cobertura	Ilha do Cardoso / Rio Branco
Timbopeva	Xipopéi		Cipó - Construção de casa, cestos	Ilha do Cardoso / Rio Branco
Jacatirão	Yvyrapoi porã, Yvyra eveve	<i>Tibouchina</i> sp. (Melastomataceae)	Construção de casa Madeira (vigas e paredes)	Ilha do Cardoso / Rio Branco
Jerivá	Pindó etei	<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Palmae)	Artefatos, fibras cobertura de casa	Ilha do Cardoso / Rio Branco
Indaiá	Pindo guaçu	<i>Attalea</i> sp. (Palmae)	Construção de casa	Ilha do Cardoso / Rio Branco
Cabaça ou Porongo	Yakuá	<i>Lagerania vulgaris</i> (Curcubitaceae)	Utensílio doméstico e ritual (maracá mirim)	Ilha do Cardoso
Capim Bravo ou Sapé			Construção de casa	Rio Branco
Imbé	Vembé	<i>Philodendrum</i> sp. (Araceae)	Construção de casa, artesanatos	Ilha do Cardoso / Rio Branco
Bambu	Taquaruçu Pecuruguaçu (com espinho)	Graminae	Construção de casa	Ilha do Cardoso / Rio Branco
Cedro	Yary	<i>Cedrela</i> sp. (Meliaceae)	Porta, janela, jirau, Artefato ritual -mbaracá (violão), ravê (rabeca), maraca mirim	Ilha do Cardoso
Guajuvira	Guajavy		Artesanato ritual (popygua, apyka)	
Alecrim	Yvyra pepe		Artesanato ritual (popygua, apyka)	
Canela		Lauraceae	Artesanato ritual (maraca mirim, apyka)	

## Outros recursos

Outros alimentos são obtidos na mata embora não haja disponibilidade suficiente de recursos: um pouco de mel, frutos silvestres, especialmente os frutos das palmeiras. Os Guarani alimentam-se e utilizam o óleo de larvas (yxo) que se criam nos troncos das palmeiras (jerivá, indaiá, juçara, guaricanga, brejaúva) e somente nelas, segundo Marcílio e Marcelino) e que possuem alto valor nutritivo (segundo especialistas). Antigamente, conforme dizem, os Guarani se alimentavam de uma mistura de palmito (jety) com mel (ei). Quando o corte do palmito passa a ser controlado e proibido e adquire um valor de mercado para os próprios índios, ele deixa de ser consumido. Para os Guarani esta é uma questão ética e não econômica; o que é criado pela natureza ou produzido (roças) para ser alimento, não se vende. Esta relação também é observada na diferenciação entre a confecção do artesanato comercial e o de uso doméstico e ritual.

A frequência da venda do palmito está relacionada à uma necessidade imediata de recursos e quando esta coincide com as fortes demandas externas. Segundo Marcílio, as famílias Guarani residentes na região do Santa Cruz não cortam palmito; informou também que, nos últimos meses, não tem visto mais palmiteiros nessa região da Ilha do Cardoso. Não soube informar a respeito da região do Sítio Grande, e na região defronte à Ilha da Casca onde, segundo Tiago, a entrada de palmiteiros era frequente. Na aldeia do Rio Branco, a facilidade de acesso possibilita maiores pressões de compradores de palmito sobre os índios, verificando-se que houve corte de palmito em época (s) recente (s).

A fauna dos manguezais não faz parte da dieta Guarani. A pesca é uma atividade de subsistência complementar e as espécies preferidas entre as poucas consumidas são: o bagre de rio e de mar (nhundiá) e o parati.

É do comércio do artesanato, atividade secular e sistemática, que os Guarani obtém renda para adquirir alimentos e remédios complementares, roupas e objetos pessoais e para suas viagens.

Além do projeto do CTI (sementes, ferramentas, contribuição de alimentos durante as atividades agrícolas) recebem remédios, roupas, e outras contribuições por parte da FUNAI e da entidade Bezerra de Menezes.

- Genealogias dos grupos locais

### **Informações sobre grupo Indígena Guarani**

Maria Inês Ladeira - CTI

#### Classificação - Localização

Os índios Guarani que vivem no Brasil foram classificados nos anos 50, por Schaden (1974: 2)<sup>1</sup> em três grandes grupos - *Kaiowa*, *Nhandéva*, *Mbya* - conforme diferenças dialetais, de costumes e de práticas rituais. Embora em outros países (Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia) existam outros subgrupos Guarani, no Brasil, dada a grande dispersão causada pelos movimentos migratórios em direção ao leste, algumas diferenças culturais e lingüísticas foram atenuadas. As experiências vividas por estes diversos grupos - nas reduções jesuíticas, durante o período de colonização ibérica, com a política indigenista oficial e o contato sistemático e diversificado com a sociedade

---

<sup>1</sup> SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani**. E.P.V. / EDUSP, 3ª ed., 1974.

nacional - influíram nos modos de organização comunitária dos Guarani, promovendo novos reagrupamentos e a miscigenação entre subgrupos diversos.

Conforme a classificação de Aryan Dall'igna Rodrigues (Melatti, 1987:36)<sup>2</sup>, *Mbya*, *Nhandéva* e *Kaiova* são dialetos do idioma Guarani que pertence à família Tupi-Guarani, do tronco lingüístico Tupi.

Os *Kaiova* concentram-se em várias aldeias no Mato Grosso do Sul e no leste do Paraguai. Apesar da ausência de registros anteriores sobre sua presença no litoral, conhecemos uma família que viveu durante alguns anos na aldeia Boa Esperança no litoral do Espírito Santo e, recentemente, um grupo que viveu cerca de 2 anos na aldeia Parati Mirim (RJ). Os *Kaiova*, não se autodenominam Guarani preferindo se identificar, perante aos outros Guarani ou à sociedade regional, como *Kaiova*.

Os *Nhandéva* vivem no Posto Indígena de Araribá situado no interior do estado de São Paulo, em várias aldeias no Mato Grosso do Sul e no Paraguai, no litoral paulista, (nas aldeias do Rio Silveira, Itariri, Itaoca, Bananal) e no litoral catarinense (em Morro dos Cavalos até dezembro de 1994, Mbiguaçu, Praia de Fora e Barra Velha). Os demais subgrupos Guarani também se autodenominam *Nhandéva* (que quer dizer "nós" ou "nossa gente") mas não de forma exclusiva, como os remanescentes dos bandos *Tanigua*, *Apapocuva*, *Oguauiva* e outros que hoje são identificados pela literatura etnográfica como *Nhandéva*. Outra denominação comumente atribuída a este grupo é a de *Xiripa*. No Mato Grosso do Sul, onde se encontram reservas que abrigam os *Kaiova* e *Nhandéva*, estes últimos são conhecidos como Guarani. Em São Paulo, os *Mbya* chamam os *Nhandéva* das aldeias do litoral sul de Tupi Guarani.

Os *Mbya* estão presentes em várias aldeias, no leste do Paraguai, norte da Argentina e Uruguai, no interior e no litoral dos estados do sul do Brasil - Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo estão estabelecidos no litoral junto à Mata Atlântica. Fora dos limites de seu território tradicional encontram-se famílias Guarani *Mbya* vivendo no Pará (aldeia Nova Jacundá) e em Tocantins numa das áreas Karajá de Xambioá. Outras classificações são encontradas, como nas publicações no Projeto *Pai-Tavyterã* (Valle; 1976:10)<sup>3</sup> "os mesmos grupos são respectivamente referidos por nomes duplos, que indicam a subdivisão entre paraguaios e brasileiros: *Mbya/Ka'ýnguá*, *Chiripá/Guarani* e *Pai/Kaiová*".

A denominação comumente empregada pelos *Mbya* ao referirem-se aos *Nhandéva* em geral é a de *Xiripa* - uma vez que *Nhandéva* também é autodenominação *Mbya*. Os dois subgrupos entretanto reivindicam para si, com exclusividade, a categoria de legítimos índios Guarani.

Para Schaden (1974:3), "*Mbuá* (gente) é a auto denominação mais usada pelos Guarani conhecidos na bibliografia como *Kainguá*, *Kaivá*, e que os *Nhandéva* chamam *tambéaópé* (*chiripá* largo) ou *txeiru*, *ñaneiru* ('meus' ou 'nossos' amigos). Não raro, encontra-se também para esses índios a denominação *aputeré*, ou seja, *apyteré*, que eles próprios, no entanto, repelem como depreciativo. Entre os paraguaios são conhecidos pelo apelido de baticolas, em atenção ao *chiripá* que usam entre as pernas. Também se ouve em outros subgrupos o apodo de *Aváhuguai*, 'homens de cauda', dado pelo mesmo motivo".

Em Cadogan (1959: 8)<sup>4</sup>, "o nome pelo qual os *Mbya* se designam em suas tradições é *Jeguakáva*, ou *Jeguakáva Tenonde Porangue i*. *Jeguakáva*, em linguagem comum, significa adorno (de plumas para a cabeça); *jeguakáva*, no vocabulário religioso, é o nome utilizado para designar ao homem, à humanidade masculina; e *Jeguakáva Tenonde Porangue i* seria: os primeiros homens escolhidos que receberam o adorno de plumas". O correspondente feminino dessa denominação, ainda segundo Cadogan, é *Jachukava*.

Os Guarani que vivem no litoral brasileiro junto a Mata Atlântica, identificam-se como *Mbya* e *Nhandéva*.

<sup>2</sup> MELATTI, Júlio Cezar. **Índios no Brasil**. HUCITEC, 5ª ed., 1987, Brasília.

<sup>3</sup> VALLE, Lília. **Considerações sobre o parentesco PAI**. FUNAI, xerox, 1979.

<sup>4</sup> CADOGAN, León. "Los índios Jeguaká Tenondé (Mbyá) del Guairá, Paraguay", **América Indígena**. No 2, vol. VIII, 1948, México.

\_\_\_\_\_. "La encarnación y la concepción; la muerte y la resurrección en la poesía sagrada 'esotérica' de los Jeguaká-Tenondé Porá-Gué (Mbya-Guarani) del Guairá, Paraguai", **Revista do Museu Paulista**. Vol IV, 1952.

Os *Nhandéva* formaram suas aldeias no litoral a partir de fluxos migratórios originários em séculos passados. Os *Nhandéva* de Santa Catarina não identificam hoje parentes no litoral sul de São Paulo e vice versa, não mantendo nenhum intercâmbio social. Este fato talvez indique a antigüidade da presença *Nhandéva* nas regiões de suas aldeias. E, se antigamente existiam vínculos de parentesco entre os grupos migratórios *Nhandéva* que chegaram ao litoral nos séculos passados, ao longo do tempo foram se esvanecendo e concentrando-se regionalmente.

Assim como observa-se maior desenvoltura no relacionamento entre os *Nhandéva* e a sociedade envolvente, também algumas uniões entre esses índios e indivíduos da população regional são notadas, nas últimas gerações, nas aldeias do litoral dos dois estados.

Conforme relatos de histórias de vida dos *Nhandéva* que vivem atualmente no litoral catarinense, estes se instalaram na região a partir do início deste século. Como “senhores” dos lugares não querem perder o “domínio” para os *Mbya*. Visitam todas as aldeias formadas pelos *Mbya* que chegam ao litoral, tratando-os com certo “paternalismo” e “autoritarismo”. Reconhecem nos grupos familiares recém chegados alguns parentes, frutos de casamentos e laços sociais entre os dois subgrupos acontecidos no passado, no Paraguai, ou no sul do Brasil.

Os *Mbya* do litoral de São Paulo passaram por experiências similares quando, oriundos dos estados do sul instalavam-se nas aldeias *Nhandéva* de Peruíbe e Itariri, no litoral sul de São Paulo. Estas estadias eram provisórias e esbarravam sempre com o autoritarismo do chefe *Nhandéva* do momento.

As aldeias Guarani do litoral estão distribuídas numa longa faixa geográfica que se estende do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo. Seu contingente populacional é composto por grupos familiares que, historicamente, procuram formar seus assentamentos junto à Mata Atlântica sob a perspectiva político-religiosa de alcançar a "Terra sem Mal", que se encontra além do oceano.

Dentre os três grupos Guarani são os *Mbya* que vem dando continuidade ao processo de migração ao litoral a partir do leste paraguaio, nordeste da Argentina e sul do Brasil.

Apesar do constante processo migratório e da miscigenação entre os vários grupos Guarani, com experiência ou não nas reduções, os *Mbya* mantêm uma unidade cultural e lingüística bem determinada, o que lhes permite reconhecer seus iguais, mesmo vivendo em aldeias separadas por grandes distâncias geográficas e envolvidos por distintas sociedades nacionais (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai).

#### Aspectos do contato

Embora controversos, vários estudos sobre os Guarani apontam que os *Mbya* descendem dos grupos que não se submeteram aos "encomenderos" espanhóis e tampouco às missões jesuíticas, refugiando-se nos montes e nas matas sub-tropicais da região do Guaira paraguaio e dos Sete Povos. No século XIX aparecem na literatura com o nome genérico de *Caingua* ou *Kaygua*. *Kaygua*, conforme Cadogan (1952: 233) provém de *Ka aguygua*, nome depreciativo aplicado aos *Mbya*, que significa "habitante da mata".

Os Guarani referem-se aos “brancos” como *jurua*. Não se sabe ao certo desde quando empregam esse termo, porém hoje ele tem uso corrente e parece destituído de seu sentido original. *Jurua* quer dizer, literalmente, "boca com cabelo", uma referência à barba e bigode dos europeus, portugueses e espanhóis conquistadores. Nesse sentido, o nome *jurua* foi criado a partir do contato com esses brancos, embora hoje seja utilizado com relação a todos os não índios.

Os Guarani possuem uma história antiga (desde o século XVI) e conturbada de contato, configurada pelo confisco de seu território. Entretanto, a despeito da existência de uma memória coletiva desta história, encontra-se, entre os *Mbya*, uma minoria falante do português e inúmeras famílias com pouca comunicação com a sociedade envolvente.

Além da tolerância e diplomacia, somam-se características do contato sistemático, desde a conquista, que produziu, nesse povo, formas muito específicas e desenvolvidas para preservarem suas tradições e estabelecerem relações com a sociedade dominante. Os Guarani, às custas do contato antigo e intenso com os brancos caracterizado por perseguições culturais e físicas, desenvolveram vários mecanismos para guardar e viver suas tradições culturais e religiosas, garantindo sua reprodução enquanto povo e etnia. Seus métodos não excluíram o convívio inevitável com o branco, com quem sempre procuraram manter um relacionamento amistoso. A demonstração de respeito aos costumes e religiões alheias, o modelo de trajar-se copiado da população regional significavam, mais do que a submissão a um processo contínuo de aculturação, uma estratégia de auto-preservação. Desta forma, sob o traje que encobre diferenças profundas, os Guarani tentaram, embora nunca renegando sua condição de índios, com tolerância e intencional opacidade, resguardar-se de novas feridas.

Os Guarani, além de carregarem o estigma de “índios aculturados” em virtude do uso de roupas e outros bens e alimentos industrializados, são considerados como índios errantes ou nômades, “vindos do Paraguai”, etc. Esse fato, aliado à aversão desses índios em brigar por terra, via de regra era distorcido de seu significado original e utilizado para reiterar a tese, difundida entre os brancos, de que os Guarani não precisavam de terra pois nem “lutavam” por ela. Dessa forma, favorecendo os interesses econômicos especulativos, pretendia-se descaracterizar a ocupação Guarani nas encostas da Serra do Mar e adjacências, negando-lhes, sistematicamente, o direito à terra.

Neste século, em virtude das pressões exercidas pela sociedade envolvente, os Guarani perderam áreas que jamais poderão retomar, desviaram sua trajetória em função das novas rodovias, mas conseguiram manter as aldeias como pontos estratégicos e vitais que permitem manter a configuração de seu espaço e presença junto à Serra do Mar.

### Mapa de Localização do Território Guarani



### Quadro Geral das Aldeias Guarani do Litoral do Brasil Atualmente Ocupadas/1997

CTI - Centro de Trabalho Indigenista

População total aproximada: 2.500 a 3.000

Legendas

- aldeia
- local de parada

OBS: Há possibilidade de existência de outras aldeias: quadro sujeito a alterações.

A situação fundiária refere-se aos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas.

Participação do Centro de Trabalho Indigenista: Localização; Identificação de áreas e

elaboração de relatórios antropológicos.

Aldeia	Grupo Predominante	Ocupação Atual	Área (ha)	Situação Fundiária	Município	UF
Taim (Tai)	Mbya	●		identificada dez/93	Rio Grande	RS
Mato Grande	Mbya	○	5.161	a identificar	Arroio Grande	RS
Águas Brancas	Mbya	●	232	portaria no 104 MJ DOU 14/02/96	Camacuã e Arambaré	RS
Pacheca	Mbya	●	1.780	identificada parecer da Funai DOU-4/95	Camaquã	RS
Tapes	Mbya	○		em proc. de identificação	Tapes	RS
Cantagalo Tekoa Uru Japukai	Mbya	●	47,2	identificada	Viamão	RS
Barra do Ouro (Osório)	Mbya	●	1.026	delimitação municipal	Santo Antônio, Riozinho e Maquiné	RS
Varzinha (Três Forquilhas)	Mbya	●	495	identificada	Cará e Maquiné	RS
Massiambu	Mbya	●	5,6	sequestrada judicialmente/depositária FUNAI	Palhoça	SC
Morro dos Cavalos	Mbya	●		proc. de identificação	Palhoça	SC
Praia de Fora	Nhandeva	●		lote cedido pela Prefeitura	Palhoça	SC
Cambirela (Pontal)	Mbya	●		domínio público DNER	Palhoça	SC
Terra Fraca (Bela Vista)	Mbya	○			Palhoça	SC
Mbiguaçu	Nhandeva	●		em proc. de identificação	Biguaçu	SC
Espinheiro	Mbya	○			Itajaí	SC
Gravatá (Navegantes)	Mbya	●		propriedade reivindicada por particulares	Navegantes	SC
Barra Velha	Mbya	●			Araquari	SC
Corveta	Mbya	●		propriedade reivindicada por particulares	Araquari	SC
Piraí	Mbya	○			Joinville	SC
Rio Piraí	Mbya	●			Joinville	SC
Rio Bonito	Mbya	○			Joinville	SC
Reta	Mbya	●		propriedade reivindicada por particulares	São Francisco do Sul	SC
Tapera	Mbya	●		propriedade reivindicada por particulares	São Francisco do Sul	SC
Passo de Torres	Mbya	○			Passo de Torres	SC
Garuva	Mbya	○			Garuva	SC
Cutinga (Jakutinga) Ilha da Cotinga	Mbya	●	1.701	homologada dec 16/05/64	Paranaguá (Ilha da Cotinga e Rasa da	PR

					Cotinga)	
Peças	Mbya	•		em proc. de identificação set/93	Guaraqueçaba (Ilha das Peças)	PR
Pescada	Mbya	•		em proc. de identificação set/93	Guaraqueçaba (Ilha das Peças)	PR
Cerco Grande	Mbya	•		em proc. de identificação set/93	Guaraqueçaba	PR
Superagui (Piragui)	Mbya	•		em proc. de identificação set/93	Guaraqueçaba (Ilha do Superagui)	PR
Barra do Ararapira (Tekoa Jejty)	Mbya	•		em proc. de identificação set/93	Guaraqueçaba (Ilha do Superagui)	PR
Ilha do Cardoso	Mbya	•			Cananéia (Ilha do Cardoso)	SP
Rio Branco de Cananéia (Itapitangui)	Mbya	•			Cananéia	SP
Yguapy (Oyguarã)	Mbya	◦			Iguape	SP
Itariri - Capoeirão (Serra dos Itatins) (Itaryryi, Itaretã)	Xiripa Mbya	•	1.212,47	homologada dec 94.225 de 14/04/87	Itariri	SP
Bananal PI Peruíbe	Xiripa	•	480,47	dec estadual 28/10/27 homologada dec 16/05/94	Peruíbe	SP
Itaoca	Xiripa/Mbya	•	544,61	reconhecida gov. estadual 27/09/93	Mongaguá	SP
Aguapé	Mbya	•	4.398	portaria declaratória no 411 de 22/06/94 Min. da Justiça	Mongaguá	SP
Rio Branco (Yyti)	Mbya	•	2.856,1	homologada dec 94.224 de 14/04/87	Itanhaém São Vicente São Paulo	SP
Krukutu	Mbya	•	25,88	homologada dec 94.224 de 14/04/87	São Paulo	SP
Morro da Saudade (Barragem)	Mbya	•	26,3	homologada dec 94.224 de 14/04/87	São Paulo	SP
Jaraguá	Mbya	•	1,75	homologada dec 94.221 de 14/04/87	São Paulo	SP
Rio Silveira/Boracéia (Tekoa Moroti) PI Ribeirão Silveira	Xiripa Mbya	•	948,4	homologada dec. 94.568 de 08/07/87	São Sebastião Bertiooga	SP
Serrinha Juquei (Jukeri)	Mbya Xiripa	◦			São Sebastião	SP
Boa Vista Pro Miri (Tekoa Jaexa Porã)	Mbya	•	920,66	homologada dec 94.220 de 14/04/87	Ubatuba	SP
Araponga Patrimônio	Mbya	•	223,61	homologada dec s/no 03/07/95	Parati	RJ
Parati Miri (Tekoa Porã Maraey)	Mbya	•	79	homologada dec s/no 05/01/96	Parati	RJ
Tekoa Sapukai (Itatinga-Itati)	Mbya	•	2.105,99	homologada dec s/no 03/07/95	Angra dos Reis	RJ

PI Bracuí						
Boa Esperança (Nharõ opy) PI Caieiras Velha	Mbya Tupiniquim	•	1.519 área total do PI	homologada dec 88.926 de 27/10/83	Aracruz	ES

## O SEMINÁRIO

### Metodologia

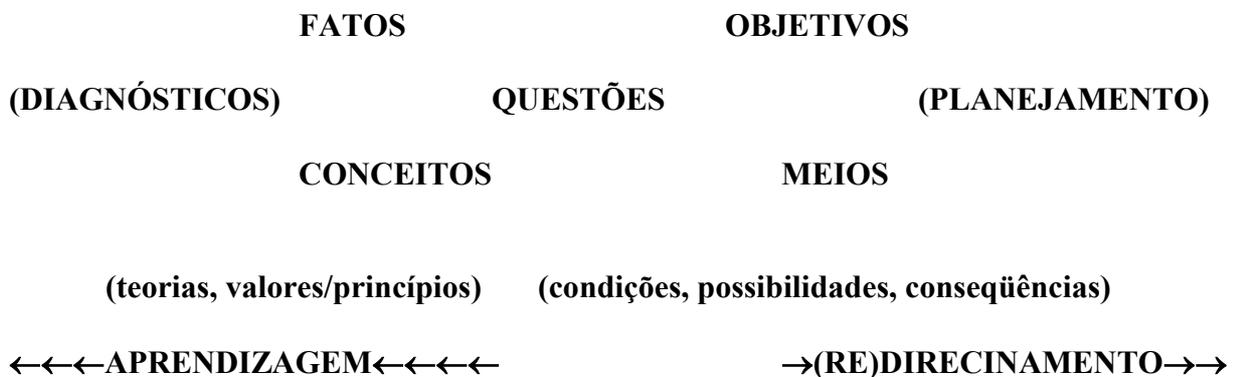
“Construção Participativa de Conhecimento”

Moderador: Jos Schoenmacker

A metodologia adotada para este seminário foi a da Construção Participativa de Conhecimento, fundamentada na pedagogia de Paulo Freire e instrumentalizada pelo Modelo de Formação Dinâmica de Juízo, desenvolvido por Alexander Bos, pedagogo social do Nederlands Pedagogisch Instituut (NPI), da Holanda.

A construção Participativa de Conhecimento se utiliza do diálogo-em-grupo dos participantes em questões de seu próprio interesse frente ao tema proposto, visando extrair da sua própria experiência os elementos para a construção de uma compreensão e um posicionamento compartilhados frente a estas questões.

O modelo de Formação Dinâmica de juízo instrumentaliza esse diálogo-em-grupo buscando, a partir dos questionamentos levantados (*questões de referência*), levantar os fatos a eles relacionados, interpretando-os à luz de um quadro conceitual, explícito ou implícito, resultando no **diagnóstico da situação**. Com base neste diagnóstico (“*a realidade com ela é*”), se traçam à luz dos valores e princípios que se tem (“*como deve(ria) ser*”), de um lado, e, de outro, das condições e possibilidades que a própria realidade apresenta, os **rumos e objetivos** para o futuro. Podemos representar a dinâmica deste processo da seguinte forma:



### Reuniões Preparatórias

Durante as reuniões preparatórias realizadas entre os meses de agosto e setembro no CTI, os objetivos gerais do seminário foram sintetizados em dois tópicos: **1) trocar informações que contribuam para o levantamento de alternativas de sustentabilidade para os Guarani da Mata Atlântica; 2) levantar indicadores que orientem a relação entre as diversas Instituições (ONGs, Estado, órgãos ambientais e fundiários) e as comunidades Guarani.**

Considerando esses objetivos gerais, o enfoque do seminário foi definido:

**“A partir das ‘constantes’ observadas nas práticas de subsistência dos Guarani como grupo social e étnico, verificar as práticas agrícolas e de manejo ambiental (ênfase na caça e coleta); as condições atuais de sustentabilidade das comunidades Guarani na mata atlântica”.**

Dentro do enfoque proposto, foi solicitado aos participantes que enviassem:

- **questões, relacionadas com a sua prática, você gostaria que fossem abordadas e aprofundadas.**
- **eventuais sugestões aos trabalhos.**

Entre as sugestões enviadas, relativas à questão da subsistência, salientamos a preocupação em se “discutir e aprofundar o manejo sustentado em Unidades de Conservação (quais UC, como e com quem esse trabalho poderia se viabilizar, que projeto já existem, etc.); aprofundar discussões

relativas à caça e aos plantios de semente tradicionais realizados fora das aldeias através de projetos experimentais ligados a algumas Universidades; o desenvolvimento de atividades agrícolas e extrativistas que contribuam com a segurança alimentar e com o desenvolvimento sócio-econômico de comunidades tradicionais compatíveis com a preservação da mata atlântica; a orientação e acompanhamento técnico aos grupos indígenas a fim de se otimizar as áreas de plantio de subsistência existente evitando-se áreas não apropriadas e minimizando o corte de vegetação, respeitando e adaptando o saber tradicional”. Além destas, a preocupação com a legislação ambiental, principalmente a de fauna no que diz respeito aos aspectos diretamente relacionados à subsistência foi manifestada. E também o artesanato foi mencionado como uma atividade que deveria ser incentivada por estar também ligado à subsistência.

### **Programação: 22 à 25/09/97**

#### **Noite de Abertura - 22/09/97**

19:15 - Abertura - boas vindas  
Justificativa  
Objetivos  
Apresentação do Programa

20:15 - Apresentação dos participantes

#### **1º. Dia - 23/09/97**

8:45 - Introdução Conceitual - Jos Schoenmacker

10:45 - Comunicações sobre o panorama da realidade atual das comunidades Guarani; condições de sustentabilidade / formas de sobrevivência

Maria Inês Ladeira  
Bartolomeu Meliá

Participantes Guarani  
Profissionais que trabalham com os Guarani

13:45 - Movimento corporal

14:00 - a partir do panorama apresentado, formar grupo heterogêneos para discussão tendo como base as seguintes questões:  
quais os fatores (internos/externos) determinantes da sustentabilidade?

quais as questões que deverão ser aprofundadas?  
16:30 - Plenária - conclusões dos grupos, definição de temas e formação dos grupos temáticos

18:00 - Xondaro (dança Guarani)

20:00 - Reunião da coordenação

#### **2º. Dia - 24/09/97**

- 8:45 - Síntese do dia anterior
- Reunião dos Grupos Temáticos: orientados para:
- a) troca de informações/experiências para aprofundar a discussão dos temas
- b) levantar subsídios para alternativas de atuação e articulação, frente a estas questões
- 10:45 - Continuação dos trabalhos
- 16:30 - Plenária: apresentação e integração das conclusões dos grupos
- 20:00 - Reunião da coordenação

### **3º. Dia - 25/09/97**

- 8:30 - Síntese geral das conclusões dos grupos temáticos
- 10:45 - Formulação de princípios e estratégias comuns de atuação frente às conclusões apresentadas
- Sugestões de continuidade e próximos passos.
- Avaliação
- 13:00 - Encerramento

### **Noite de abertura 22/09/97**

#### **Apresentação dos Participantes**

##### *convidados presentes*

André Villas Boas - indigenista do Instituto Sócio Ambiental - ISA, coordenador do Programa Bacia do Rio Xingu.

Antônio .... - biólogo do IF - Instituto Florestal - Programa de Produção de Sementes Florestais - Pq.C. - Sessão Silvicultura.

Antônio Carlos Diegues - sociólogo - diretor científico do NUPAUB, professor livre docente da USP, no Depto de Economia e Sociologia Rural da ESALG e no PROCAM - Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental.

Bartolomeu Meliá - Doutor em Ciências Religiosas - etnolinguista - Diretor do Centro de Estudos Paraguaiois ‘‘Antônio Guasch’’ - membro de la Comisión Nacional de Bilinguismo, Paraguai.

Carmem Lúcia Rodrigues - agrônoma - doutoranda de Geografia Humana - FFLCH/USP.

Celeste Ciccarone - antropóloga - docente da UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Atua junto as aldeias Guarani do Espírito Santo.

Celso Aoki - antropólogo - trabalha com os Guarani Kaiova e Nhandeva desde 1978 em projetos de roça comunitária e regularização fundiária, através do PKN e do CTI.

Cristina Kriegel - técnica de enfermagem da FUNAI. Trabalha há 4 anos com as aldeias Guarani de Cananéia.

Darci T. Ciconetti - indigenista do Conselho Indigenista Missionário Indigenista - CIMI - coordenador do CIMI na região Sudeste. Trabalha há longo tempo em aldeias do litoral sul de São Paulo.

Eliana Rodrigues - bióloga - mestre em Geografia - FFLCH-USP. Desenvolveu pesquisa sobre plantas e animais para usos medicinais no Vale do Ribeira.

Marcos Miguel Gamberini - agrônomo do Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP - Centro de Apoio as Comunidades Quilombolas. Foi consultor do Projeto Alternativas Econômicas, implementado em três áreas indígenas de Rondônia (A. I. Rio Branco, A. I. Zoró, A. I. Igarapé Lourdes).

Maria Dorothea Post Darella - socióloga da Universidade Federal de Santa Catarina - Museu Universitário. Atua nas aldeias de Santa Catarina e num projeto de reprodução de sementes de milho Guarani, em colaboração com a Faculdade de Ciências Agrárias.

Renato Lorza - engenheiro florestal - diretor da Assistência Técnica da Fundação Florestal - Programa de Produção de Sementes Florestais.

Renato Rivaben de Sales - antropólogo - Gerente de Desenvolvimento Sustentável da Fundação Florestal / FF.

Ricardo Russo - agrônomo - consultor do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento - PD/A, Ministério do Meio Ambiente. Trabalhou, em 1996 no projeto Recuperação Ambiental de Terras e Subsistência do Povo Guarani no Litoral, do CTI.

Santiago Ortelá Sarmiento - Presidente da Organização de Botânicos e Médicos Tradicionais - Oaxaca - México

Viviane Capezzuto Ferreira da Silva - antropóloga do NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras / USP. Desenvolve pesquisa junto a população de pescadores da Ilha do Cardoso.

#### *colaboradores Guarani*

Agostinho da Silva - Cacique da aldeia de Araponga (Parati - RJ)

Ailton - comunidade Guarani de Cananéia (SP)

Augusto da Silva - Cacique das aldeias Massiambú e Morro dos Cavalos (Palhoça - SC)

Davi da Silva "Karai Rataendy" - Cacique da aldeia de Aguapeú ( Mongaguá - SP)

José - aldeia Ilha do Cardoso (Cananéia - SP)

Marcos Tupã - cacique da aldeia Boa Vista (Ubatuba-SP), presidente da Assoc. Guarani -AGUAÍ.

Marciana da Silva - aldeia de Araponga (Parati - RJ)

*Equipe de levantamento de campo e elaboração do Documento Base*

Adriana Perez Felipim - agrônoma - trabalha no projeto “Recuperação Ambiental de Terras e Subsistência do Povo Guarani no Litoral” do CTI, nas aldeias Araponga (RJ), Parati Mirim (RJ), Rio Branco de Cananéia (SP), Ilha do Cardoso (SP), Aguapeú (SP).

Luís Cláudio Bona - agrônomo / agricultor - trabalhou com agroecologia em áreas indígenas e assessorou os projetos do CTI junto aos Krahô e aos Guarani.

Mariana A Carvalhaes - bióloga - Departamento de Ecologia /USP

Maria Inês Ladeira - coordenadora

*Coordenação do seminário*

Jos Schoenmacker - psicólogo - fundador e consultor do Núcleo de Desenvolvimento Humano e Institucional. Atuou como o preparador e moderador do seminário.

Maria Bernadette Franceschini - antropóloga - coordenadora administrativa do CTI. Trabalhou com os Guarani de São Paulo na década de 70 e acompanha o projeto do CTI junto aos Guarani.

Maria Inês Ladeira - antropóloga - (doutoranda em Geografia Humana FFLCH/ USP) - coordenadora dos Projetos “Regularização Fundiária” e “Recuperação Ambiental de Terras e Subsistência do Povo Guarani no Litoral” - CTI.

Virgínia Valadão - antropóloga - coordenação executiva do CTI , integrante do Projeto Vídeo nas Aldeias - CTI.

**Dia 23/09/97**

**Palestras e Comunicações**

As palestras e comunicações feitas foram sintetizadas nos trechos que consideramos mais significativos.

**- Introdução Conceitual**

**Jos Schoenmacker (moderador) - Núcleo de Desenvolvimento Humano e Institucional**

**SENTIDO  
(missão)**



O ser humano é um ser que está em constante desenvolvimento. E o ser humano é o criador da vida social, é ele que organiza a vida social. O nosso objetivo é olhar um pouco o que contribui para a sustentabilidade da vida social, esse é o enfoque da minha contribuição. E essa vida social reflete em espelho a organização da própria natureza.

No nível da **sustentação**, toda a vida social precisa de espaço físico para se desenvolver. Quer dizer, toda a comunidade, depende de um lugar aqui na terra. Se ela não tem um lugar para ficar na terra, ela não tem como viver. Então, a terra é fundamental, a base de tudo. E também os recursos naturais formam a base de sustentação de qualquer comunidade. Para poder sobreviver ela precisa da terra para morar e para plantar, de plantas para se alimentar, dos animais para trabalhar e também para se alimentar.

Nós também podemos falar de recursos sociais que também formam a base de sustentação pois é a organização social da comunidade que recria os espaços físicos para o seu uso. No caso da comunidade Guarani, por exemplo, os locais das moradias, o paiol para guardar o milho, a casa de rezas, e todas as instalações físicas que fazem parte da vida da comunidade.

E nós podemos falar de recursos humanos, de pessoas. Para existir uma comunidade Guarani, é necessário que exista um certo número de pessoas e determinadas pessoas precisam estar presentes para que se possa constituir uma comunidade Guarani. Então, aqui nós estamos falando que a base de sustentação humana de uma comunidade é uma certa composição que ela precisa ter.

Essas são as condições em termos de sustentação de toda a comunidade, no âmbito físico, social e humano.

O nível seguinte se expressa numa palavra que a gente chama de **processos**, que nós podemos traduzir também em termos de atividades. Quer dizer, a vida da comunidade está em todos os tipos de atividades que ela desenvolve. E essas atividades também têm diferentes componentes. Toda a comunidade desenvolve certamente atividades econômicas. Então, os processos são atividades que são realizadas no decorrer do tempo, por exemplo, de preparar a terra, fazer a queimada, plantar, cuidar da plantação até a colheita. A transformação daquilo que foi colhido, o milho por exemplo em farinha, ou ser cozinhado até poder ser alimento. Então tudo isto está num processo comum, são atividades que são realizadas para assegurar a sobrevivência.

Existem atividades econômicas no campo da agricultura, da caça, da coleta, do artesanato, que passam por um processo de transformação. Se a gente transforma um pedaço de madeira em artesanato nós estamos transformando algo que tem um valor em algo que pode ter um valor muito maior. A gente pega um pedaço de pau, como ali, e olha que coisa linda que aparece (artesanato Guarani).

Mas nós temos também processos sociais, atividades sociais como as festas, os rituais, as rezas. Existe um calendário de festas que se realizam durante o ano, e as rezas que reúnem toda a comunidade. Tudo isso são processos que também fazem parte da vida dessa comunidade.

E nós podemos ainda pensar também, em processos que tem a ver com a educação das crianças. Como a criança é criada dentro da comunidade, isto é como se cuida do desenvolvimento dos indivíduos dentro da comunidade.

E aí nós chegamos num outro nível da realidade da vida da comunidade, que se expressa mais no campo de suas relações, como é que essa comunidade se organiza, como é a sua **organização**.

E nessa organização, novamente nós podemos reconhecer diferentes componentes. Um é a organização física do espaço, como a comunidade organiza a ocupação do espaço, a formação da aldeia, as roças, etc.

Nós podemos falar também da organização social, que diz respeito às diferentes funções e papéis que os diferentes integrantes da comunidade têm funções, papéis, a estrutura desde familiar até comunitária e o processo de inserção do indivíduo na comunidade. Então, isto também está no âmbito das relações, como é que o indivíduo, a partir do seu crescimento e desenvolvimento, passa a fazer parte e integrar a comunidade com alguma função, algum papel.

E aqui nós podemos ainda discernir um outro nível da organização que é no aspecto espiritual-cultural que é o campo da identidade. Toda organização social se mantém, é integrada a partir da identidade. Eu acho que a língua é a expressão mais fundamental da identidade, mas nós podemos reconhecer também que a identidade se expressa socialmente em termos de leis, acordos, costumes, tradições, etc.

E nós vamos reconhecer também que tudo isto, as leis, os acordos, os costumes, tem a sua origem em valores, em princípios que resultam de uma visão, de uma concepção de mundo. Eu não conheço a realidade Guarani mas uma coisa que me fascina profundamente é essa busca do litoral, e isso tem a ver com sua concepção de mundo, com a sua visão do que é que vai acontecer no mundo, no futuro. E é esse conhecimento, essa visão que faz com que eles fisicamente se desloquem para essa região na Terra. E isso passa a determinar sua visão de mundo e determina as leis da sua convivência.

E uma última dimensão da organização social, nós podemos denominar com o nome de missão, de um sentido. Até aqui nós estamos falando da organização social voltada para si, certo? Aqui tudo diz respeito a comunidade Guarani para si. Mas o que é o sentido da sua existência para o mundo, para a sociedade, para a humanidade? Nós estamos falando que a comunidade Guarani faz parte de uma sociedade, de uma humanidade muito maior onde ocupa um lugar. E tem um sentido essa comunidade existir. E isso tem a ver com a missão desse povo, no meio, no seio, da humanidade maior. E isso se reflete, em dois componentes muito parecidos.

De maneira bem concreta, qual o *significado* da comunidade Guarani para o mundo, hoje? Por exemplo, uma das coisas que a gente acaba sabendo é que as comunidades Guarani são quase os últimos que ainda preservam sementes raras que em lugar nenhum do mundo têm mais. Porque foi feito tanto híbrido, tanta mistura, que as sementes originais tem uma força muito grande e são praticamente só os Guarani que ainda tem esse conhecimento e cultivam essas sementes. Bom, isso tem um significado para o mundo, no sentido de que um valor enorme que está preservado ali. Há também um conhecimento enorme dos índios relacionados ao poder curativo das plantas, isso pode também ter um significado para o mundo.

A comunidade Guarani se rege por outros valores e princípios que a nossa sociedade capitalista. Toda sociedade capitalista está sempre atrás do ganho, do lucro, e parece que a comunidade Guarani se rege por outros valores e outros princípios. Bom, isso também tem um significado para o mundo. O fato de existirem comunidades que se regem a partir de outra visão, a partir de outros valores.

O outro componente é a razão de ser, o *sentido* da comunidade Guarani no seio da humanidade como um todo. Ela tem um destino a realizar no mundo, ela tem a contribuir para o todo. E se nós olharmos para o todo, nós vamos perceber o que é obvio, que a comunidade Guarani está inserida num todo muito maior. A terra que os Guarani usam e precisam faz parte de uma terra muito maior. No âmbito da terra, estão em constante confronto com a sociedade envolvente para poderem dispor da terra. Então, neste campo, se coloca na relação com o mundo através da questão fundiária e do direito à terra frente ao direito de outros na mesma terra. Esse confronto que se dá, também, na questão da preservação dos recursos naturais.

E nós vamos ver que nenhuma comunidade Guarani atualmente sobrevive isolada, porque também precisa ter alguma relação com a sociedade envolvente. Então, na relação com a sociedade envolvente estão as relações econômicas. Diferentes Instituições estão se relacionando com os Guarani: a FUNAI, o CTI, o CIMI, e a Secretaria do Meio Ambiente. Todas essas relações, de alguma maneira estão interferindo para o bem ou para o mal na vida da comunidade. A comunidade Guarani na Ilha do Cardoso, por exemplo, também não está isolada, ela se relaciona ali com os caiçaras. Até foi feito um comentário de que algumas comunidades caiçaras acham ótimo que os índios estejam ali e outras acham menos ótimo. Então, a qualidade dessas relações com as comunidades próximas também determina a sustentabilidade da comunidade Guarani ali. O reconhecimento do valor da comunidade no todo da sociedade e os valores da sociedade envolvente frente aos valores da comunidade Guarani, a tensão entre esses valores também é determinante para a sobrevivência da comunidade Guarani.

Com esse pano de fundo dá para situar mais claramente quais são as condições básicas para a sobrevivência da comunidade Guarani nestes diferentes âmbitos e que fatores nessas relações estão determinando a continuidade da sua sobrevivência e sustentabilidade. Espero que possa ser útil.

O enfoque central do seminário está na questão econômica, quer dizer, na prática econômica de subsistência Guarani e a sua sustentabilidade a longo prazo. Esse é o enfoque central. Mas é impossível pensar na parte sem pensar no todo. Pensar na questão econômica sem olhar para a questão da terra, por exemplo. Se a terra é uma condição fundamental e os tipos de vegetação que têm ali, os recursos naturais, tudo tem diretamente a ver com a sociedade envolvente e a própria organização da comunidade Guarani. Mas é bom lembrar que o nosso enfoque central são os processos econômicos, como se formam as bases de subsistência e sobrevivência que estão constantemente sendo determinadas a partir daqui e dali.(de outros fatores).

## **Panorama da realidade atual das comunidades Guarani**

### **Maria Inês Ladeira - CTI**

Essa exposição está dirigida principalmente aos profissionais que não trabalham com os Guarani, para que possam ter uma visão mais abrangente da realidade, para melhor contribuir.

Os Guarani ocupam um território que compreende partes do Paraguai, da província de Misiones na Argentina, do norte do Uruguai, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e o litoral até o Espírito Santo. Essa é a configuração, os limites do seu território onde se dá sua ocupação atual. Podemos observar que eles estão presente e mantêm uma dinâmica em todo esse território. Existe ainda uma região, um outro complexo onde se encontram famílias Guarani perto de Marabá no Pará e Xambioá no Tocantins. Ali forma-se um outro complexo social Guarani. Mas é uma exceção, com uma história muito particular, que vem confirmar que é mais ao sul da América do Sul que ocorre a dinâmica social mais intensa

Esse espaço é ocupado pelos três grupos que se encontram no Brasil: os Kaiovás, os Nhandeva e os Mbya, como convencionou-se classificar os Guarani. A faixa do litoral, atualmente, são os Mbyá que ocupam mais sistematicamente, que entendem essa região como um complexo social e econômico. A partir dos últimos vinte anos, acompanhamos e registramos a ocupação Guarani no litoral. Antes disso, havia poucas informações, e somente localizadas.

É preciso entender que o território Guarani tem um contorno onde se encerram suas relações sociais, culturais e econômicas. Ele não é um território contínuo, os Guarani compartilham com outras sociedades, outros grupos humanos esse mesmo território. Por outro lado, não se pode dizer que é um território fragmentado porque suas aldeias não estão isoladas umas das outras. Dentro de sua idéia de mundo e de território, os Guarani tem uma dinâmica que não é fragmentada que se desenvolve realmente em todo o seu âmbito, quanto à disposição de suas aldeias quanto às relações sociais. (...) A questão da mobilidade Guarani é um assunto que está sempre em voga, que permeia todas as discussões que envolvem a regularização das terras e a questão econômica...

Como é que se pode entender isso? Se a sociedade Guarani está nessas aldeias e tem seu sistema próprio de organização social, é natural que esta mobilidade se dê em função das relações de parentesco, dos casamentos de pessoas de famílias de diferentes aldeias, que implicam também em relações políticas e afetivas. Então, o que se chama de mobilidade, na verdade nada mais é do que a manutenção dessa reciprocidade, desses laços de parentesco que acontecem entre várias aldeias.

Por exemplo, uma família que mora no interior do Paraná pode ter os filhos casados na aldeia de Bracuí, em Boa esperança no Espírito Santo, em Osório no Rio Grande do Sul, no Paraguai, na Argentina... É isso que permite a apreensão desse espaço físico, desse território como um espaço social e isso é a base também dos intercâmbios econômicos - sementes, recursos naturais, artesanatos - que são muito frequentes e que acontece entre regiões até bem distantes uma das outras e que estão diretamente ligados à questão do domínio espacial dos Guarani.

A outra questão que está sempre em voga, são os movimentos migratórios que acontecem ainda hoje com famílias Mbyá. É claro também que se verifica que a atração de grupos migratórios se dá também em razão de um conhecimento anterior de seu território (memória, relatos de antepassados) e pelas relações de parentesco. Uma família que está localizada em Cananéia, e que

tem os seus parentes mais ao sul, no interior, acaba atraindo um grupo que, embora, muitas vezes não se fixando na mesma aldeia, vai formar uma outra aldeia dentro do mesmo complexo regional. Assim, acabam se formando complexos sociais e sobretudo econômicos em várias regiões, onde observamos práticas que são mais sistematizadas.

Esses complexos são importantes porque eles servem de proteção, é uma estratégia para um domínio de um espaço regional, na medida em que uma aldeia pode se amparar em outras, estabelecendo as suas relações, as coesões e, inclusive, as suas cisões e disputas políticas. Nem sempre essas alianças precisam ser harmoniosas politicamente mas, estrategicamente, elas são. Fazem frente a uma série de dificuldades e de enfrentamentos que tem com a sociedade maior, com a sociedade envolvente.

É importante a gente pensar porém que, a despeito desses complexos regionais, os Guarani se pensam enquanto sociedade dentro de uma configuração, como um todo que envolve todas essas partes do seu mundo.

O território Guarani sempre foi cobiçado. Do ponto de vista dos Guarani, seria um absurdo demarcar terras para poderem ter seu próprio espaço vital pois a natureza seria uma fonte permanente de recursos e definir, impor limites já seria uma deformação do mundo. Na medida em que as áreas Guarani foram sendo demarcadas, elas foram determinadas muito em função da ocupação do entorno. E ultimamente se tem procedido a essas demarcações em função da falta de outras opções para que os Guarani tenham um certo isolamento necessário para poder manter seus costumes e sua sobrevivência à margem, separados dos brancos. Mas pode-se dizer que essas demarcações são “artificiais”, no sentido de que são impostas pelo crescimento urbano do entorno e de que não correspondem às necessidades de sobrevivência dos Guarani. E isso é, em parte, uma contradição porque, pela Constituição Federal, são consideradas como áreas indígenas tradicionais as áreas que tenham os recursos naturais necessários para a sobrevivência e reprodução das comunidades indígenas. E a gente sabe que as áreas Guarani hoje demarcadas e homologadas, não apresentam as condições de propiciar essa sobrevivência dentro dos padrões de vida considerados tradicionais.

Apesar disso, observamos a luta, o empenho que algumas comunidades têm, como a aldeia do Aguapeú, que em 93 foi identificada, de procurar manter os divisores naturais como divisor de sua terra. É muito interessante a questão do Aguapeú porque houve uma grande insistência por parte dos índios para que fossem conservados os divisores naturais - os rios Aguapeú, Mineiro e Bixoró - apesar das dificuldades que surgiriam no processo (que se encontra parado), por incluir outras ocupações. Mas, dentro dessa necessidade de se impor limites, em vez das linhas secas, prevaleceram os rios, porque para os índios seriam os que menos deformariam a sua terra.

O CTI atuou e atua, a partir de 1978, no conjunto das aldeias do litoral, conforme esse quadro (em anexo), em projetos de regularização fundiária, subsistência e recuperação ambiental. E quando procuramos dados históricos sobre a presença Guarani no litoral, para justificar nos laudos antropológicos o sistema de ocupação Guarani, há muitas lacunas, o que torna impossível definir uma linearidade a partir das fontes históricas. Temos trabalhado muito com depoimentos pessoais, com histórias de vida dos próprios índios para ajudar a construir um pouco a história mas, sabemos que quando fazemos um trabalho com depoimentos, estamos fazendo também um recorte centrado em famílias ou pessoas chaves, o que não dá conta, é claro, de toda essa história que a gente quer contar, de todas essas experiências de vida e do tema da ocupação territorial.

Na região do estuário lagunar de Iguape (SP) - Paranaguá(PR) de 1989 até hoje, levantamos (o CTI) dez aldeias das quais seis ou sete estão ocupadas. Antes disso não havia registros, somente alguns informes dos índios. O que é interessante dizer é que atualmente se fica correndo atrás de informações sobre quem está, quem não está, quem saiu, quem ficou..., quando na verdade os Guarani estão ocupando alguns pontos do estuário, mas compreendendo essa região como um todo. As aldeias são formadas, cada uma com uma chefia própria e essa é uma questão muito importante que vai determinar o estabelecimento de aldeias e dos grupos locais dominantes. E a partir daí podemos perceber porque é que um grupo que estava lá na Barra do Ararapira foi para a Ilha do Cardoso, e da Ilha do Cardoso foi para o Superagui. São razões óbvias, as relações entre as famílias, de parentesco, as questões políticas que, para nós, podem passar despercebidas e que são definidas por uma série de princípios que na verdade não tem nada a ver conosco. Há também os elementos práticos e simbólicos importantes em um complexo social-geográfico Guarani: antigas ruínas situadas no interior do estuário e que remetem à sua memória coletiva, a existência de áreas contínuas de mata, a ausência de cercas e de limites não naturais.

Nas aldeias do interior, existem outros problemas, às vezes semelhantes, outros específicos. O Guarani é um povo que vive na mata, que precisa da floresta, e a mata atlântica compõe o seu acervo cultural, simbólico e prático. E é natural também que tenham sido criadas Unidades de Conservação, o que é importante e adequado para os próprios Guarani que necessitam de áreas preservadas. A maioria das Áreas Guarani no litoral tem áreas coincidentes com Unidades de Conservação, sobretudo Parques, como podemos ver no quadro (em anexo). E podemos ver também que no litoral todo, do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, há somente 10.580 ha de terras homologadas entre as quarenta aldeias ocupadas nessa extensão de terra. Em Santa Catarina não há nenhuma terra demarcada.

Os Guarani estão em processo de luta por reconhecimentos formais de seus espaços de ocupação. A situação ainda é muito crítica. Em virtude da escassez e indisponibilidade de terras, as próprias áreas demarcadas e homologadas variam de cerca de 1 ha e meio, que é o caso da área Guarani do Jaraguá (SP) até 3.800 ha que é a terra do Rio Branco, em Itanhaém.

Diante dessas dificuldades, como os Guarani conseguiriam garantir sua sobrevivência e manter os seus padrões, procurando seu sustento totalmente dentro da área onde vivem? Além dessas dificuldades, há o convívio inevitável e sistemático com branco e a cidade, e há o pensamento Guarani e sua ética sobre como comportar-se. Se o cacique está tentando manter ou intensificar as práticas mais tradicionais, principalmente no que se refere a prática agrícola e a coleta e, apesar de toda uma oferta de consumo da cidade, faz uma série de proibições quanto ao uso de alimentos, do açúcar, dos remédios, sobretudo às crianças, então ele vive uma contradição. Porque por outro lado, o cacique que impõe muitas regras e que proíbe ou impede uma criança na cidade de comer um doce, de aceitar quando o branco oferece alguma coisa, esse cacique também fere a própria ética Guarani, que rejeita a mesquinhez, o autoritarismo. Isso também não é bom, isso é eticamente incorreto. E essa ambigüidade que sobretudo os líderes religiosos vivem é uma realidade que se observa em todas as aldeias. O bom cacique é aquele que é generoso, que abre as condições para a utilização de vários produtos externos. Por outro lado, ele vive em contradição, porque seu ideal seria manter uma alimentação mais de acordo com os preceitos Guarani. E a dificuldade é saber e poder conciliar a generosidade conseguindo coisas, satisfazendo os desejos e ao mesmo tempo manter os padrões Guarani de consumo. Procurar fazer com que, na aldeia, os atrativos da cidade pareçam menores, dando condições para uma boa produtividade agrícola a todos, oferecendo coisas para que a comunidade fique feliz dentro de sua própria aldeia, e isso é muito difícil, e ainda tem toda essa pressão, essa demanda exterior com relação ao consumo de produtos do branco.

A questão da ética do comportamento permeia toda a relação com a subsistência, que vamos trabalhar aqui neste seminário, e as alternativas que os Guarani têm encontrado para dar conta das necessidades da comunidade. E é importante para quem trabalha com os Guarani que se possa conseguir com eles alternativas, dentro de seu próprio sistema, dentro de um espaço que ocupam. Mesmo que não se consiga satisfazer todas as necessidades.

Bom, também tem toda uma questão que rege o pensamento Guarani com relação aos elementos da natureza, e são essas questões mais específicas que pensamos trabalhar aqui. Nós falamos de uma forma mais geral, mais abrangente, de consumo, de produção, de ética mas, na verdade, nós queremos falar da relação com os animais, com o milho, com diversas plantas, com a mandioca, com essas coisas mais concretas, não só no nível da abstração. Quais os referenciais dos Guarani com os diversos elementos? Quais são os seus princípios, seus tabus, seus costumes, seus padrões alimentares. São essas questões que temos que trabalhar, e que só podem ser apontadas pelos próprios Guarani.

A participação dos Guarani aqui é no sentido de orientar um pouco as nossas conversas, porque as soluções que algumas instituições apresentam como alternativas, são por caminhos quase sempre inviáveis, e que não são incorporados por eles. Projetos de construção de açudes para criação de espécies de peixes estranhos ao consumo Guarani, criação de cabras ou gado, hortas coletivas, uma série de coisas que os Guarani aceitam, porque dentro dos princípios que regem suas relações com o “outro”, eles vão aceitar desde que vejam que há um empenho de quem está trabalhando. Nós brancos temos muitas idéias e queremos sempre projetá-las, fazer valer como uma alternativa salvadora para melhorar a qualidade de vida do “outro”. Os Guarani, em geral, muito sabiamente se colocam numa posição de aceitação desses projetos, mas o açude, a horta, a plantação de couve vão ter outro dono, eles não vão incorporar dentro do seu sistema e tão logo aquele projeto, aquela cooperação se encerra, sua participação também se encerra. Então, nós temos procurado trabalhar junto com os índios, criando ou apoiando alternativas que realmente já foram incorporadas de longa data, e que a própria comunidade dê conta do seu desenrolar e que possam mesmo fazer parte do seu contexto. Nós não queremos procurar alternativas que começam e acabam sempre quando vamos embora. Nossa preocupação é pensar na questão da subsistência para os Guarani, hoje.

#### QUADRO DAS Áreas Indígenas e Parques no Litoral Sudeste - Sul Brasileiro

##### CTI - CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA

ques	Área há	Decreto	Área Indígena Guarani / UF	Área ha	Situação Fundiária	Sobreposição
Nacional da Serra da Bocaina (SP/RJ)	110.000	68 172 de 04/02/71	Araponga / RJ	223,61	homologada dec. 03/07/95	s/n total
Estadual da Serra do Mar	315.390,69	10.251 de 30/08/77 13.313 de 06/03/79 19.448 de 30/08/82	Boa Vista / SP	920,66	homologada dec. 14/04/87	94.220 total
			Rio Silveira / SP	948,40	homologada dec. 94 568 08/07/87	parcial
			Rio Branco / SP	2.856,10	homologada dec. 14/04/87	94.224 parcial
			Aguapeu / SP 2 aldeias / SP	4.398,00	identificada	parcial total
Estadual Cardoso	Ilha do	22.500	40319 de 03/07/62			
Nacional do Superagui	21.400	97.688 de 25/04/89	Morro das Pacas/PR Pescada / PR			total total
Estadual Tabuleiro	da Serra do	87.405	1260 de 01/11/75	Morro dos Cavalos / SC	em processo de identificação	total total

**Áreas Guarani Homologadas com limites fora de Parques onde incide a legislação sobre a Mata Atlântica**

<b>Área Indígena/UF</b>	<b>Área há</b>	<b>Decreto de homologação</b>
Ilha da Cotinga / PR	1.701,00	s/n 16/05/64
Itariri / SP	1.212,47	94.225 - 14/04/87
Bananal (P.I. Peruíbe) / SP	480,47	s/n - 16./05/94
Morro da Saudade / SP	26,30	94.225 - 14/04/87
Krukutu / SP	25,88	94.224 - 14/04/87
Jaraguá / SP	1,75	94.221 - 14/04/87
Bracuí / RJ	2.106,00	s/n 03/07/95
Parati Miri/RJ	79,00	s/n 05/01/96

<b>Total em ha de Áreas Guarani no Litoral Homologadas*</b>	<b>10.581,64</b>
---	------------------

**Bartolomeu Meliá - Centro de Estudos Paraguaios “Antônio Guasch”**

A minha apresentação tem dois momentos: uma comunicar para vocês os dados do censo do Paraguai no ano de 1992 que só agora, neste mês de junho, foram publicados. E foi assim que se fez a análise por encargo do IBGE de lá, que é chamado de Direção Geral de Estatísticas. Eu vou então comunicar os dados relativos ao Mbyá.

O recenseamento dos Mbyá sempre apresenta grandes dificuldades por que, e tem muita razão o Mbyá em não querer ser censado, porque o censo é o grande instrumento do Estado e o Estado é o grande inimigo do Mbyá, então os Mbyá nunca gostaram de ser censados.

Aliás, fazer um censo dos Mbyá também não é fácil, dado um pouco a dispersão na qual eles se encontram e há lugares muito longe, de difícil acesso. Tudo isso contribui para que o recenseamento não seja fácil. De todo modo, se tentou fazer esse censo, que é o censo nacional, ou seja, um único censo para todo o país, não só para os indígenas.

Eu não vou agora entrar na problemática do preparo ou despreparo dos censistas, eu não estive na parte de preparação, eu só estive no ano de 95 quando me deram os dados já tabulados, então eu não vou entrar nessa questão e vamos para os dados.

Neste censo contaram-se 55 comunidades Mbyá. Os Mbyá estão praticamente em todos os Departamentos - nós chamaríamos, no Brasil, de estados, só que muito mais pequenos - do Paraguai, exceto na região ocidental que é o Chaco, onde vivem outros Guarani mas não são Mbyá.

---

\* 1 ha = 10.000 m

O último censo dos Mbyá era de 1981 e, naquela época, só se conseguiu censar 2.460 pessoas. Mas, já naquela época, sabendo das dificuldades, se estimava uma população de 5.500. Os analistas de 1981 já tinham sentido que os Mbyá eram os únicos indígenas que sistematicamente recusavam os censistas.

No novo censo, então, as 55 comunidades somaram 4.744 Mbyá, o que embora tenha duplicado a cifra de 1981, nós sabíamos que ainda estava muito aquém da realidade. E vocês vão dizer: como você sabe? É um palpite? Não, não é só um palpite. Bom, este censo é uma coisa bastante engraçada porque o censo que eles fizeram não serve para nada, mas eles assumiram oficialmente as próprias falhas. Então, nós tínhamos que fazer toda uma pesquisa paralela, aproveitando as informações de antropólogos, de estudos, de informações de pessoas que estão trabalhando nas áreas, de livros que foram publicados...

Os Mbya estão fundamentalmente em Caaguazú, em Caazapá e no Alto Paraná. São essas as três regiões de maior concentração dos Mbya e são também as regiões tradicionais das quais, desde o início do século, já se sabe, vêm os Mbyá que estão aqui no Brasil. Tal é, de fato, as lacunas sobre os Mbyá que, historicamente, já eram conhecidos desde 1730 como Mbya. Bom, esse habitat dos Mbya, era de florestas muito bonitas, que agora não existem mais. Todo mundo fez o possível para fazer desaparecer as florestas do Paraguai, e eram poucas para se fazer isso, e ainda chamaram brasileiros para ajudar.

As comunidades são relativamente pequenas. No departamento de São Pedro o censo levantou somente 3 comunidades: Paraje Pucu, Ñu Rugua e Santa Lúcia. A minha análise complementar deu umas vinte e seis comunidades só em São Pedro. O que faz com que só 532 famílias a mais não foram censadas! E vocês vão dizer: mas se o censo foi feito por pessoas, porque você agora está falando em famílias? É que a minha documentação paralela, não previa, não tinha os dados por pessoa. Por que a documentação paralela provém de estudos feitos por famílias, tendo em vista à demarcação de terras.

No Guaira só duas comunidades foram recenseadas, mas tem mais oito, com 161 famílias, que não foram censadas.

Em Caaguazú foram censadas pelos menos umas 15 comunidades. Mas mesmo assim há ainda umas 17 comunidades não recenseadas, o que dá 856 famílias não recenseadas. Em Caazapá são 11 censadas e 14 não censadas, o que dá mais 463 famílias.

E depois em Itapua quase a mesma coisa: 423 famílias não censadas. E no Alto Paraná também, 220 não censadas. E, pela primeira vez, aparecem 8 Mbya na capital Asunción. Bom, mas pode ser que de fato estavam lá mais por motivos de venda de artesanato. E em Canindeyu também 2 comunidades censadas, mas agora também têm 6 que estão lá. É um habitat não tradicional dos Guaraní mas, agora, os Mbya estão lá, com 139 famílias. E em Concepción, onde não tinha nenhuma comunidade Mbya censada, aparecem 3 comunidades com 97 famílias.

Bom, ao todo então levantamos 1417 famílias não censadas que, se nós multiplicarmos por 4,33 que é o tamanho médio da família Mbya no Paraguai, daqueles que foram censados, então isso dá 6.135 não censados. Seria bom conferir com as cifras no Brasil, ver como é o tamanho da família nuclear. Então o resultado é 6.135 que junto com os 4.744 Mbya censados daria 10.879. O que aliás coincide perfeitamente com o cálculo global que as associações indigenistas do Paraguai fizeram, que dava 10.990.

Então, vocês vão perguntar, em todo o país foi assim? Não, com o Mbya foi um pouco especial, embora com as outras 17 etnias do Paraguai, tivemos problemas muito semelhantes. Eu também não vou entrar aqui no mérito do censo, como deve ser.... Tem também a fecundidade das mulheres Mbya, a mortalidade, isso pode interessar vocês, as pirâmides de idade, enfim, todas essas coisas que tem que estar num censo.

Agora a mortalidade, no caso do Paraguai é elevadíssima, é muito, muito grande. No ano 81 chegou a ser de 176,5 para o total dos indígenas. Agora é de 106,7 para o país. E o Mbyá estão na faixa de 93,9. Essa é a taxa calculada sobre os que foram censados, não calculada sobre o total, para o qual não temos dados .... Mas a gente pode pensar que mesmo calculada a partir dos que foram realmente censados, essa cifra pode se transportar sobre os não censados.

O censo é muito interessante. Quem tem bicicleta? 62,92 % dos Mbya não têm bicicleta, e mais ainda, como vai andar de bicicleta no mato? Bom aí tem...cavalo. O Mbya, 96,44 %, não tem cavalo. Bom, e aí tem televisor...

Agora o que é muito interessante, é ver a casa Mbya. O chamado rancho Mbya apresenta essas características de pau a pique, 86 % das casas do Paraguai é de pau a pique. O chão de terra, 99,55%. Telha de palha 74 %. Todas as casas Guarani apresentam uma configuração comum e, neste sentido, o censo realmente fecha muito bem com a observação etnográfica: casa de pau a pique, telha de palha, fogão de lenha, chão de terra, não eletricidade...tudo fecha muito bem com o que o observador vê, e aí se perdeu tanto trabalho, se perdeu muito tempo nessas coisas.

Bom, agora tem também dados sobre atividade econômica. Os Mbya, praticamente todos eles são patrões de si mesmos. A changa é só ocasional, em determinados momentos.... Essa visão que se tem sobre o Mbya, acho muito interessante porque, pelo menos, acaba tendo-se dados. Eu sou o primeiro a falar que está errado, mas é um erro científico! Pelo menos agora nós sabemos que estamos cientificamente errados.

Pergunta: quanto são, ao todo, os Guarani no Paraguai? Você falou dos Mbya...

Meliá: é interessante vocês tomarem nota. Bom a população do país é de 4.152.000. A população indígena censada é de 49.487, só. Agora vocês já podem somar a população censada. Os Pai-Tavyterã = 8.026, os Mbyá = 4.744, os Chiripá = 6.918, os Guarayo que são os Guarani do Chaco = 1.063 e os Tapieté = 1.827. Deveria se acrescentar neste grupo indígena os Aché-Guayaqui que são 639. Isso, conforme o censo, quanto é que dá isso? 23.217. Bom, agora eu vou dar os meus cálculos paralelos. Eu vou arriscar....Os Pãi estão muito perto do cálculo do censo, eles colaboram muito, de modo que fecha muito bem).... Quanto é que dá isso? 33.024, nesse cálculo paralelo. E no outro? Bom, a população total, em vez daqueles 49.487 seria 82.511.

Renato Sales: o senhor falou que os ecossistemas no Paraguai foram bastante modificados pelos desmatamentos. Como é que foi a adaptação dos Guarani a este sistema?

Meliá: por exemplo, então, bom, uma solução foi a migração e, no caso do Mbya ele foi procurar ainda manchas de mato em outras regiões no Paraguai, que não eram o seu próprio habitat mas eram habitat Guarani, o que faz com que agora nós temos, não muitas, mas algumas comunidades Mbya no meio dos Guarani Chiripá, por exemplo. Isso foi uma solução. Depois houve também readaptações porque, mal que mal, ficaram algumas áreas que foram compradas pelo Estado, o que deu muita confusão, houve muita especulação. Eu tenho a impressão que, mesmo nessas situações, a migração para o Brasil não foi muito fácil devido a isso. Eu acredito que as migrações

tem como objetivo a terra, mas a terra conceitualizada com outros motivos. Então a migração não é só 'a terra'. O pior desses desmatamentos foi que os próprios Mbya, em alguns casos, foram cotados para colaborar. Por que os brancos não podiam entrar mato adentro com a serra, então tinha que ser o índio que fizesse o corte da madeira, de tal modo que emprestavam a serra, a moto-serra para os índios que derrubavam as matas. E depois alguém vinha procurar as toras. Isso produziu também grandes problemas dentro das comunidades. Porque assim como a comunidade ainda funciona muito bem em alguns lugares, em termos de reciprocidade, de uma economia de não mercado, etc, quando entram esses elementos, parece que isto não entra no sistema Guarani. Então isso provoca muitas divisões internas, isto todos nós sabemos. Esse é o efeito do desmatamento mas, mesmo assim, em alguns lugares o único mato preservado é aquele no qual estão os índios, pelo menos o único mato existente, onde as vezes ainda se acha madeiras de lei que já sumiram em outros lugares.

Darci: uma questão que está um pouco deturpada é essa questão da própria terra e da migração. A gente vê realmente no Brasil, em muitos setores... um lado justifica que não adianta demarcar terra porque os Guarani estão migrando, não tem um local fixo. Em outros setores se diz que esses Guarani são do Paraguai e da Argentina e não tem direito a essas terras. E também, ultimamente, está surgindo a questão dos Mbya no Brasil, que dizem também que não têm o direito tradicional à terra por que o Mbya é recente no Brasil. O Mbyá, na época das missões jesuíticas, já estava no Brasil... Como você vê essa questão?

Meliá: você coloca todas as questões aí. (...) Nesse sentido, tem uma própria história arqueológica em que a ocupação tupi desde o Paraná para baixo é um dado histórico. Agora você quer dizer Mbya, bom efetivamente grande parte daqueles grupos como os Tupinambá, os Tupiniquins, naturalmente os Tamoios, que viviam aqui, aqueles Carijós antigos, os Guarani da Lagoa dos Patos, isso sumiu, efetivamente. Agora, esse último movimento, é uma ocupação de novo Guarani que está, eu diria dentro de uma dinâmica, não só histórica, mas uma espécie de dinâmica ideológica de um povo, no sentido de missão. Mas colocar isso na missão do sentido não é somente ideológico. A presença desses Mbya é como para nos recordar que o território é Guarani, então você imagina que é muita filosofia, mas acho que tem sustentação o fato. Agora, essa história de que são nômades, que um dia estão num lugar, no outro dia estão noutro, eu tenho não só a impressão, mas também experiência, de que não é bem assim. Ou seja, quando eles ocupam lugares, ocupam definitivamente. Então, as vezes, você não encontra, no mesmo lugar, os mesmos que foram, mas eles vão voltar um dia. Talvez outra família, mas o lugar, o lugar, é sempre ocupado. Tal que está sendo um território Guarani, ou Mbya no caso. Sempre tem alguma ou outra família que é aquela que agüenta, que está fixa neste lugar, os outros se locomovem mas sempre tem alguma família. E por isso, quando eles chegaram aí, dificilmente eles vão sair. Você vê essas aldeias de São Paulo, provavelmente todas elas, em circunstâncias tão difíceis, mesmo dentro da cidade, essas aldeias tem mais de cinquenta anos, ou mais, eu estou falando de cinquenta anos, mas se vocês procurarem pesquisar... e muitas permanecem em São Paulo. É São Paulo que mudou, eles não mudaram. Em São Paulo, tudo mudou, o Mbya não mudou de lugar. Então, essa história de nomadismo ...

Renato Sales: no caso de Cananéia, ouve-se muito que esses Mbya que chegaram em Cananéia, não são muito acostumados em áreas de Mata Atlântica, eles não sabem como explorar os recursos da Mata Atlântica de uma forma mais, vamos dizer harmônica, como é que se faz nesse caso?

Meliá: isso pode acontecer, eu imagino, que deve ter Mbya que sabe muito pouco de como lidar com o mar. Isso acontece. Porém, provavelmente conseguem lidar muito bem com os peixes dos rios.

Renato Sales: e isso vai um pouco contra o que a Inês coloca que essa é uma área tradicional de fixação, ou então de passagem desses índios. Não seriam esses, seriam outros, e esses Mbya jamais passaram, e uma prova disso é a própria adaptação deles aos recursos naturais.

Maria Inês: essa dificuldade de compreensão vem da interpretação errada.... Quando eu falo do estuário, os Mbya dependem dele como um complexo geográfico, como um todo. Aí tem as controvérsias conforme as interpretações veiculadas pelos brancos.... Pois o grupo local que está na Ilha do Cardoso hoje, não chegou recentemente na mata atlântica, como dizem. Os grupos locais têm uma chefia, e é esse grupo local que permanece, que se consolida na região, que forma o seu Tekoa, a sua aldeia. A estes, vão ser agregados, claro, os parentes próximos. Os filhos crescem, casam, vem a família, traz a sogra, então vão se juntando, ou se agregando, ou se separando. Existe uma mobilidade em função dessa organização das relações de parentesco, de famílias nucleares que se agregam ou saem da aldeia para morar com outro filho que está em outra aldeia. Mas o grupo local permanece. Por exemplo, o grupo familiar que vive na Ilha do Cardoso já mora no estuário desde a década de oitenta. Quando eu (CTI) comecei a fazer o levantamento na Ilha da Cotinga em 87, 88, a família do seu Atanásio, que é o grupo local que chefia a Ilha do Cardoso, já se encontrava no estuário, não sei desde quando. Então, não é recente a sua vivência na região. Então, se os Guarani estão morando no litoral de Santa Catarina, no estuário, junto a Mata Atlântica, você tem que fazer uma análise dos grupos locais. O grupo local que está hoje no Rio Branco de Cananéia também mora há muito tempo no litoral: Itaoca, Capoeirão, Itariri. Então eles tem uma relação sim com a mata atlântica, e não se pode anular esse passado, dizendo que seu contato com a Mata Atlântica é sempre recente. Agora, é perfeitamente compreensível que exista a incompreensão quando as pessoas, os brancos, dizem: “essa comunidade Guarani chegou agora”, “ela não estava aqui”. Porém a gente tem que saber ver a diferença entre uma família extensa, o grupo local, e a família nuclear, quais são os casais que se agregam e também conhecer a dinâmica no contexto regional maior, no âmbito de um complexo social e político Mbya. E ainda num sentido mais amplo, que extrapola a questão dos limites, tem a ver com a noção do uso do território como um todo. É uma coisa de difícil compreensão e os entendimentos não vão ser compatíveis mesmo. É a mesma coisa para eles. A nossa sociedade é muito mais complexa, como o Meliá estava falando, nós é que mudamos muito mais, nós somos muito mais incompreensíveis nas formas de utilizar os recursos, muito mais antagônicos, contraditórios, do que os Guarani Mbya. Nossas relações sociais são muito mais complexas, nossa mobilidade geográfica e institucional, nossas relações com o ambiente são diferentes, é muito difícil ter essa compreensão.

Pergunta: essa compreensão, esse nível de expressão para o técnico, ou mesmo as Instituições, elas têm uma missão .

Maria Inês: essa compreensão não existe, e é isso que a gente tem que buscar, tentar fazer esse diálogo, não ter essas expectativas de um pensamento igual. E também os índios com relação aos brancos e também os brancos com relação ao comportamento dos índios. Então é isso que a gente tem que promover, e reconhecer a antropologia como uma técnica para isso.

Meliá: eu ainda queria fazer uma pequena observação. Eu, a essas horas, deveria estar no Paraguai e não vou poder estar aqui muito tempo, mas eu queria deixar na coordenação... eu estava pensando, tudo isso para o Guarani também tem um nome, qual é a palavra Guarani que explica.... Bom, mas naturalmente não sou eu que vou fazer isso, são os próprios índios. Vamos

tomar precaução porque, para o Guarani, é uma coisa muito profunda, e o sistema Guarani tem uma explicação que também dá enfoque nesse sistema, mas um pouco diferente. Então, hoje a gente tem que partir da concepção Guarani, qual é o cerne dela, eles realmente partem da base ou partem precisamente desse ponto de junção? Partindo daqui, as linhas vão cobrir as mesmas realidades, mas vai depender do ponto de partida também. Então, partindo desse cruzamento, onde você tem identidade e profissão eu acho que esse sentido profético do Guarani que lhe invade, e é por isso que o Guarani fascina tanto, é porque ele tem uma espécie de sentido profético do lugar.

Então, tem uma ética, uma moral, uma religião, o modo de ser, é o sistema, então todo o grupo tem que se achar nhandeva. Mas nhandeva também aqui, numa dimensão nova, a palavra nhandeva, tem esse sentido, uma coisa que conservaria todo dia.... O Guarani é alguém que sabe conhecer muito bem, ele conceitualiza, ele filosofa o seu modo de vida, ...por exemplo profissão e identidade. O próprio sentido do oguatá, do caminhar...Esse oguatá é uma coisa bem diferente ao ecoturismo e ao turismo simples, ou a migração, etc. Oguatá tem um sentido muito profundo, que para eles podem ser um pouco passear, mas é um passear numa viagem filosófica, como uma viagem filosófica dos viajantes do século XIX.

### **Marcos Tupã Guarani - Cacique da Aldeia Boa Vista - Ubatuba, SP.**

Bom dia a todos, “djau”. Bom, num primeiro momento, quero agradecer o Seminário. Eu acho que para nós é muito importante estar discutindo a grande problemática indígena. Para nós índios, é um pouco difícil falar diretamente, poder traduzir direito para vocês o nosso pensamento, de um jeito que vocês possam entender. Mas o que eu entendo é que o Seminário fala sobre a subsistência, como nós os Guarani dentro da nossa aldeia, dentro do nosso habitat, queremos viver. Eu acho que isso tem vários fatores.

Como é o nosso convívio? Existe a parte cultural, a religiosidade, existem as atividades e em todas as atividades que se faz na comunidade está a religião. E, para nós, quanto mais uma comunidade tem a natureza, a mata para nós todos, isso representa uma grande importância. Porque segundo o pajé, temos o nosso Deus único que é o de vocês também, o Nhanderu, e abaixo do Deus único “Nhanderu” existem “anjos”, que são espíritos da natureza, e que se manifestam através das rezas, do convívio na aldeia. Então, essa representatividade é muito forte na comunidade.

Tem o pajé principal, e ele tem uma certa demanda da sua família e isso influi na religião. Para as festas religiosas, as festas de batizado do milho, da erva mate que acontecem nas aldeias, é importante o trabalho dos colaboradores, das instituições, que possam também estar promovendo um apoio à nossa religião. As vezes acontece uma festa, as vezes uma aldeia quer promover um encontro de pajés e não tem essa possibilidade, porque hoje, infelizmente, as aldeias são distantes. Então, eu tenho ouvido muitos pedidos dos pajés que querem realizar um encontro para estar discutindo o próprio convívio, as plantações...

Eu tenho observado que existem muitas pessoas, instituições, entidades, alguns setores do governo, com muitas intenções. E às vezes apresentam um projeto grande, um projeto amplo, com técnicos, e isso não dá muito certo na comunidade, a maioria não dá, porque para nós a terra é importante, a nossa segurança é que a gente possa ficar plantando e para nós, o fato de sermos religiosos, e os ensinamento do pajé é que nós não devemos ter essas ambições, não devemos ter tantas coisas materiais.

Então quando uma comunidade planta, as famílias fazem a roça, para que a colheita seja somente para uso, para consumo mesmo. As vezes tem um certo confronto nisso, numa comunidade onde tem algum projeto em que o técnico não tem essa visão. Então, para nós o importante, é que tenha uma condição melhor de intercâmbio entre uma aldeia e outra. Inclusive o meu pai fala muito dessa viagem para as aldeias do Paraguai e Argentina com o CTI, que possibilitou ele também conhecer outras aldeias. Este intercâmbio é importante, porque recuperando, em muitas aldeias do litoral, essa plantação do milho Guarani e também procurando trazer outras culturas que são interessantes que tenha hoje nas aldeias(...) a preocupação que se tem hoje é com a plantação tradicional que sempre tem que ter.

Então, em cada aldeia tem a questão religiosa, a questão dos princípios. Tem lugar que pode caçar, outros não, outros já tem a preocupação de preservar a própria caça ou a pesca, conforme eu tenho observado em aldeias. Então hoje a demanda até do Estado, da Secretaria, tem levado o confronto no próprio convívio, e a comunidade também tem uma preocupação de estar preservando. A aldeia hoje que se preocupa com caçadores não índios que vão lá perto das aldeias, ou que freqüentam muito a mata, tem a preocupação de preservar mas, ao mesmo tempo, os próprios não índios vão caçar e tem esse confronto, às vezes. Não esse confronto direto, mas essa observação que eles fazem .

Esse encontro, para mim, é um esclarecimento porque dentro das aldeias as demandas são diferentes. Cada aldeia tem seu cacique, sua comunidade, tem os seus membros religiosos tem uma demanda em cada aldeias. Então fica difícil a gente definir ou conhecer o que é que cada aldeia quer, o que cada aldeia pensa ou que cada membro pensa...Agora, o convívio geral, a partir do momento em que a área for demarcada, existe uma preocupação, hoje, em ficar preservando, ficar convivendo ali e se sentir realmente dentro de uma comunidade. Agora, nesta fase de subsistência, vai ter que se juntar, aprofundar mais o estudo, ajudar a preservar, dando subsídios nas plantações tradicionais. Acho que isso tem que ser estudando com eles nas aldeias, para ver essas possibilidades. No momento este é o meu pensamento pessoal .

### **Davi da Silva Guarani - Cacique da Aldeia do Aguapeú - Mongaguá, SP.**

Sou Davi, acho que algumas das pessoas já me conhecem, cacique da aldeia de Aguapeú, Mongaguá. Olha eu acho que, do meu ponto de vista, esse encontro dos que trabalham com os índios é o próprio trabalho que esta sendo realizado, o pensamento de cada pessoa tem que ser levado nesse sentido mesmo. Agora eu, da minha parte, quero falar mesmo é da aldeia, e falar um pouquinho também da dificuldade que a gente encontra hoje.

Eu falaria mesmo é da demarcação. Eu acho que todos os índios, das aldeias que se encontram não demarcadas, nós índios, lideranças indígenas, comunidades indígenas, já estamos lutando desde que foi invadido nosso território. Então, desde ali, a partir dali já estamos lutando para manter a tradição, o costume, que a gente tem que manter e a gente sempre luta para isto. E em segundo lugar é para a demarcação que a gente tem também que lutar, para que a área que a gente está usando, as matas que a gente está usando sejam preservadas para o índio. Então acho que tem que ser por aí mesmo, e a dificuldade que a gente encontra é nesse sentido, na demarcação. E também para as pessoas que ajudam o índio, e já vem lutando há tempo, então acho que tem que ser por ai mesmo. E outras dificuldades que a gente encontra é sobre a saúde, a educação, e neste sentido que a gente vem tentando melhorar um pouco.

E sempre eu acho que algumas pessoas que lidam com os índios, tem que ver essa parte. Nós Guarani, sempre temos ficado num lugar, a gente tem lutado para ficar num lugar que é

reconhecido da parte do nosso dirigente, quer dizer do nosso pajé, dos nossos avós... que foi indicado que aquele lugar é próprio para o índio, e tanto é que já tem várias aldeias que são reconhecidas pelo Governo do Estado, pelo Governo Federal. Então aquela aldeia já é conhecida, em segundo lugar pelo Governo, em primeiro lugar foi reconhecido como aldeia tradicional pelo pajé, pelo dirigente que sempre tem na comunidade indígena. Então eu acho que tem que ser assim mesmo. A nossa luta vem nesse sentido, vem para deixar bem claro que aquela aldeia é uma aldeia indígena e nunca vai ser deixada e nunca vai ser abandonada. Então, algumas das aldeias que estão sendo levantadas pelo próprio índio, ali ninguém, nem o próprio branco vai dizer que está sendo uma aldeia nova, ou um lugar que foi invadido pelos índios, que o índio veio para ficar só alguns dias, alguns meses... , eu acho que não é para isso. Na nossa visão é assim: aonde está sendo uma aldeia reconhecida pelo branco, em primeiro lugar foi reconhecida pelo nosso dirigente, pelo nosso pajé que é denominado pelo Deus, o nosso Deus verdadeiro, é ele que indicou aquela aldeia, aquela mata para o índio Guarani, para ser habitada. Então, acho que a nossa visão é essa, que cada aldeia que existe é uma aldeia tradicional, mesmo não sendo demarcada, mesmo não sendo reconhecida pelo Governo Federal, é nossa tradicional aldeia. O índio, o Guarani verdadeiro, nunca se misturou com os demais, assim, misturando na aldeia metade dos brancos com a metade dos índios, nunca aconteceu isso no nosso grupo, é por isso que a aldeia que é levantada é uma aldeia tradicional e nunca o índio dali da aldeia vai abandonar aquela aldeia. A minha visão é por aí. Toda vez que eu falo num encontro com demais pessoas que trabalham com os índios, sempre falo isso. Jamais falaria que o índio, como foi citado, não para em lugar nenhum, que abandona o lugar... da minha parte, o índio é tradicional. Vemos assim, a área do Brasil sempre foi habitada pelos índios, pelos Guarani e algumas das tribos foram extintas. Então acho que o Guarani em geral, o Brasil é o lugar do índio, é o lugar dos índios Mbya. Então, acho que antes dele ser descoberto pelo branco, pelo não índio, acho que o Brasil, partindo daqui do Brasil até o Paraguai, o Brasil sempre foi território indígena Guarani....Sempre foi. Então, para deixar bem claro para os que trabalham com os índios, que não sabem, que não vêem, vamos dizer assim, para os estudos... tem que ser a partir daí mesmo, tem que partir do território tradicional, para deixar bem claro que o índio não pode ser colocado numa situação ...porque o índio é uma pessoa, uma tribo tem que ser bem respeitada e bem falada. É claro, quando o Brasil foi descoberto, a partir daí foi modificando, cada um dos grupos foi pegando coisas e algumas do branco, e assim, vai mudando mesmo, quer dizer, algumas das lideranças, como nós, alguns dos caciques, a gente vem lutando para ser bem conhecido mesmo, então acho que é isso. Tem que estudar profundamente para que vocês reconheçam a dificuldade indígena atual. A gente está aí, lutando, é claro que a comunidade indígena Guarani, em alguma das aldeias tem um pouco de famílias, em algumas áreas tem mais.... Eu acho, que mesmo com a pressão do governo e de algumas pessoas que são contra o índio, a gente vem lutando porque, se não fosse Deus, o nosso pai verdadeiro, a gente já estaria terminado mesmo. Então, acho que a provação, a iluminação de Deus que nós temos, e vocês também é claro, que nós conhecemos muito Deus, que é o nosso Pai verdadeiro, e sempre valoriza o nosso costume. Porque Deus colocou vários grupos aqui no mundo, tem vários.... Colocou a língua em cada um, em cada grupo colocou a sua língua... Deus colocou assim... e está vendo a dificuldade de cada um, de cada grupo.

Então eu acho que meu pensamento de falar para as pessoas que trabalham com os índios que começam entender, que querem entender a dificuldade indígena, eu falo isso mesmo, eu não tenho como falar de outra maneira, então eu sempre falo assim para as pessoas. Então eu acho que, vocês que estudam, que tem estudo, que trabalham para valorizar mais a situação indígena, a dificuldade que nós temos, tem que partir daí mesmo. Então o meu ponto de vista é isso, eu sempre falo isso e eu sempre falo através, sempre falo de Deus, e a partir daí eu falo, conto alguma dificuldade que nós temos. Da minha parte é isso e eu agradeço muito.

### **Agostinho de Oliveira Guarani - Cacique da Aldeia de Araponga - Parati, RJ.**

Estou muito alegre aqui hoje em São Paulo, encontrei vários trabalhadores brancos, cidadãos, meus parentes, meu irmão que faz tempo, agora encontrei. Fiquei muito alegre.

Então, nós estamos aqui hoje, no nosso sentido, para ver o que é que acontece para nós Mbya Guarani. Eu falo três idiomas: brasileiro, Guarani e castelhano, mas nasci em Santa Catarina, Chapecó. Então eu acho que, desde vinte e poucos anos eu conheci a FUNAI, em cinco aldeias já fiquei de cacique.... Mas então, eu acho que todos aqui que trabalham com os índios estão sabendo como o índio está vivendo agora. Eu acho que os índios para trás não voltam mais. Eu acho que se não cuidar vai viver que nem o branco. Eu, lá na minha aldeia eu estou proibindo festa, eu não quero jogo de bola, eu não quero baile, porque eu sou Guarani. Isso aí não é para o índio, isso foi feito para o branco: cigarro branco, cerveja, pinga, isso foi feito para o branco, não é para o índio. Isso aí está proibido lá na minha aldeia, e não quero. Então, hoje eu estou aqui com esse sentido. Essa reunião, gostei muito, eu acho que essa reunião não foi feita para nós mas nós estamos aqui...a Maria Inês, eu acho que ela já quase 30 anos que ela me conhece... eu já conheço ela, desde Santa Catarina, Paraná, até em São Paulo, Rio. Então, fiquei muito alegre hoje, e já estou com fome. Mas eu tenho muito para conversar aqui, para os senhores que trabalham com os índios, para os senhores que trabalham com nós. Na minha aldeia eu não quero ensinar a criança só comer a comida do branco, eu não quero. E eu quero que eles aprendam a ler, mas não aprender a dançar baile e aprender a jogar bola, isso eu não quero. Eu quero ver se a criança aprende a plantar bastante batata-doce, mandioca, ver se aprende a carpir, roçar capoeira. Então é isso aí que eu quero.

Na minha aldeia, agora, também eu queria fazer uma pergunta: Maria Inês, será que o índio se derrubar, roçar um mato lá, o IBAMA leva preso? isso aí eu queria perguntar para você. Então eu estou pensando nisso. Na minha aldeia, então, se não comprarem aquele sítio, tá pouquinho capoeira, quem vai lá conhece, então agora nós lá já estamos aumentando Guarani. Era pouquinho, Maria Inês conhece, estava só três casal, agora já tem 11 casal. A sorte é que a FUNAI arrumou 2 burros para nós no ano passado, nós estamos bem, nós estamos carregando a comprinha lá. Se nós vamos a pé, é 3 horas de viagem.... Mas agora nós temos esses 2 burros, então nós não trazemos mais nas costas a nossa compra. Isso também quer dizer ajuda que o cidadão está fazendo para nós. Mas agora também eu tenho uma coisa para conversar muito, muito. Tem um menininho na mão do branco, já tem seis anos, vai para sete anos agora. E tem um probleminha sempre lá com um sítio, lá na frente da aldeia. Então, nesse sentido que eu vim aqui aproveitar essa reunião.... Agora, se eu discutir sempre lá com branco do sítio, não vai dar. Então eu falei com o Rômulo da FUNAI. Diz que nós temos governo sei lá aonde, que está fazendo dinheiro e diz que tem uma máquina fazendo dinheiro lá para o índio. Digo, aonde será que é esse governo? Tem que ir ver lá, eu tenho que ir lá tirar um dinheiro que ele está fazendo. Mas não aparece. 05 aldeias que fiquei de cacique, eu nunca vi dinheiro na minha aldeia, nunca me mandou dinheiro o governo.

(Mas como a Maria Inês me conhece, ela me viu, como é que nós estamos, como é que eu estou trabalhando dentro da aldeia, enxergou, como é que estão as crianças, todos nós, então ela entrou com o CTI a ajudar um pouquinho. Então, agora, eu tenho a roça lá, quem vai me conhece, como é que eu trabalho. Está aí o Seu Russo que já trabalhou lá na aldeia, ela vai lá, ela que está aí, mas fiquei muito alegre. Então, os que estão aqui, ajudando o índio, eu estou vendo o que estão falando e fiquei mais alegre ainda. Então, acho que no outro ano nós temos que trabalhar mais ainda.)

Então também, nós queremos cada um, o que nós queremos mais é a terra. Desde que eu entrei lá eu estou sempre abrindo a boca sobre o sítio, mas a FUNAI diz que não tem dinheiro, não pode comprar o sítio... mas como é que o governo compra? Eu vejo na televisão, tal lugar tem 200 pessoas Sem Terra, o governo tem que ajudar, tem que comprar terra para eles. Esse aí eu penso, puxa vida, para Sem Terra ele tem que comprar, agora para os índios ele não pode comprar? Porque será? Puxa vida, isso aí eu também sempre falo. O governo da FUNAI não pode me comprar aquele sítio, digo, puxa, tá bom, então deixa para lá. Então, deu um probleminha só lá, com aquele homem, que a gente passa na porta. Quem lá vai conhece, então ele diz que os índios Guarani estão comendo todas as galinha dele, então isso aí não sei, até estava pensando em sair de lá e ir embora para outro lugar, deixar aquela aldeia lá, mas eu estava pensando também, eu acho que daqui mais para frente, os homem que trabalham com os índios, todos ajudando, mais tarde eu compro este sítio.

Então, nós queremos plantar. E nós, onde é que nós vamos achar caça para nós, eu acho que algum Guarani gosta de comer alguma carne do mato ainda, mas só algum, acho que esses mais novos nem querem ver a carne de caça. Mas então, as vezes, sai no mato para ver se encontra algum tatu, ou se tem um rio, pega anzol, vai pescar, dá para comer peixe, mas na nossa aldeia não tem. Se nós queremos comer peixe, nós temos que vender algum balainho, alguma flexa, algum trabalho para poder comprar, então tudo isso falta na nossa aldeia. E agora? ....Então é isso que nós temos, nós Mbyá, nós Guarani é isso aí que nós temos.

Como disse o Davi, a terra é nossa. Se eu quero ir para o Paraguai eu vou, se eu quero ir para a Argentina eu vou, a terra do índio não é do branco, os brancos estão por que o governo é sem-vergonha, onde é que ele pagou esta terra para vender para o branco? Aonde é que ele deu o dinheiro para vender para o fazendeiro? Minha esposa é da Argentina, ela fala só castelhano. Eu nasci em Santa Catarina, eu me criei na Argentina, então é por isso que eu falo 03 idiomas. Então, já desde Mangueirinha eu vi essa conversa da FUNAI, quando tinha reunião falava assim: Guarani não pode ganhar terra porque a maioria vem do Paraguai, Guarani não pode ganhar terra, porque não são daqui, esses aí não são do Brasil. Então, agora, já estão sabendo, quase todas as cidades, de nós Guarani. Eu já estive em Caaguazú no Paraguai, Encarnación eu conheço, eu estive lá, eu vi parente. Na Argentina tem muita aldeia, eu conheço, Overá, Pousada, Misiones... Eu não sou argentino, mas desde 14 anos eu fui e fiquei para lá, depois eu voltei, mas nasci no Brasil. Então, desde os 20 anos eu conheci a FUNAI. Diziam que a FUNAI estava aí para ajudar o índio, mas até agora eu nunca vi o que é que a FUNAI dá para o índio. A FUNAI dá valor para nós só na medição da terra, isso aí nós gostamos, eu gostei. E agora estou mais bravo com a FUNAI, só com a criança que está na mão do branco. Agora se não tem condição dela trabalhar para tirar esse menino, vocês vão me dar dinheiro para eu ir lá para Brasília? Então eu vou ficar lá sessenta dias sobre a criança. Eu quero trazer para minha aldeia de novo, ou eu não tenho direito de ir a Brasília sobre isso? Também, será que o branco tem direito de pegar um índio, uma criança, levar para cidade e não entregar mais para o índio, será que tem direito? Será que você, branco, dá uma criança para o índio levar para a aldeia? O Rômulo, vamos ver se ele vai ajudar o Guarani agora. Então nós todos, nós caciques votamos nele e agora é ele o administrador da FUNAI. Ele ficou trabalhando em Brasília. Vamos ver agora. Então, é tudo isso que acontece na aldeia. Mas agora, os homem e os senhores que trabalham sobre índio, a vivência do índio, então vão sabendo mais e vamos ver se nós também trabalhamos mais com vocês, senhores. Então nesse sentido eu vim e vou aproveitar até amanhã, e depois de amanhã. Então por enquanto é só o que eu vou falar porque eu estou com fome.

**Ailton Guarani - chefe da Aldeia de Cananéia -SP.**

Bom dia para todos. Olha, o caso é o seguinte: os índios Guarani, agora, os índios estão sempre espalhados em todo o Brasil. Porque vive espalhado ? Olha, o caso é o seguinte: o índio, as vezes, está na aldeia dele, está lá quietinho, o outro índio está na aldeia dele, quietinho ... o branco chega empurra o índio, o branco chega empurra de novo e diz: ‘sai daqui, aqui não é o seu lugar, você não morava aqui, você não nasceu aqui....’ Mas o caso não é por aí. Todos os brasileiros, todos os alemães, todos, têm direito de morar aqui no Brasil. E os brasileiros também têm direito de morar no estrangeiro. O Brasil é nosso, de todos. E o índio tem mais direito ainda, de desmatar um pouco para plantar, para produzir todo ano, o índio tem direito. Porque que não vai ter direito? O índio tem direito. E se esse índio não plantar, vai pedir, vai pedindo, e vão dizer assim: ‘o que é isso? índio pedindo dinheirinho, pedindo trocadinho, pedindo esmola....’ Eu acho feio, acho que não é bonito, é o caso de pegar a foice e roçar e plantar todos os anos. Não tem Florestal, não tem Meio Ambiente, não tem Instituto... o Instituto não vai dar comida para o índio. Florestal não está dando dinheiro para índio para comprar alimento para ele. Mas, lá em Cananéia, é o seguinte. Lá, tem três nucleozinhos. Lá na Ilha do Cardoso; dentro de Cananéia tem um nucleozinho que sou eu que mora lá; tem o Rio Branquinho, é o Marcelino que é o cacique. Então eu tenho direito de pegar a foice, roçar a capoeira e jogo semente, já vou queimando. Com semente já própria para nascer e, esse ano, já para ter alguma coisa para comer. Plantar batata-doce, plantar cana para não estar comprando o açúcar, plantar banana para não estar comprando banana na cidade, feijão também. Porque tudo que sai do mercado, foi tudo que saiu produzido em cima da terra. Tudo que produziu em cima da terra. Cebola, quiabo, tudo que é tempero, pimenta, e se proibir de uma vez? ‘Não pode plantar, sai daqui, não pode plantar, você está estragando a terra...’ tudo isso atrapalha a gente....Não é assim, o índio já acostumou, porque esse negócio de ‘sai, sai, sai’... e o índio já foi acostumando. Quando o índio sai de um lugar e entra em outro lugar de novo, aí é pior, empurram ele de novo, aí entra de novo, aí não vai gostando. Quero ver quem tira ele de lá. E ele vai ficar no meio da rua? Ele vai ficar é no meio da mata. Vai ficar na casa dele lá, a mata é a casa do índio. Quando entra na mata, o branco não vê quando entra na mata. Bom, no caso é assim, se eu começar a falar, mesmo, minha voz é desse tamanhinho, minha língua é desse tamanhinho, é língua de papagaio, então, vou me despedir agora porque também estou com fome. Muito obrigado.

### **Augusto de Oliveira Guarani - Cacique das Aldeias Morro dos Cavalos e Massiambu - Palhoça - SC.**

Boa tarde a todos os participantes desta reunião. Eu quero representar a minha aldeia e as aldeias de todos os Mbyá Guarani, porque todo mundo, sendo Guarani, eu acho que todo mundo está precisando e querendo a demarcação da terra.

Ontem eu já me apresentei, sou cacique de duas aldeias lá de Santa Catarina, Morro dos Cavalos e aldeia de Massiambu. Meu nome é Augusto da Silva, todo mundo já sabia. E eu quero me apresentar, apresentar minha aldeia que é 5 ha de terra e já vai fazer cinco anos que eu estou morando lá e não foi demarcada ainda. E assim mesmo, eu tenho as sementes do Mbya Guarani, dos antigos, que os meus avós deixaram e que até hoje eu tenho sempre, e não quero perder porque não era para perder. A semente sempre tem que ter, porque o nosso Deus deixou para nós lá no mato quando não tinha nenhum dos brancos. O Deus deixou nós no mato, e também a semente deixou para nós. Então, não devemos perder a semente que o Deus deu para nós.

Nessa terrinha pequenina que eu tenho, nós somos em 09 famílias com 56 pessoas. A terra já não sobra mais nada para plantar, mas assim mesmo qualquer pouquinho de terra, um pedacinho, nós estamos plantando. Por isso que nós temos, eu quero ter semente dos Guarani: *avaxi eteí, avaxi eteí, avaxi mitaim, avaxi jul* e também *manduui, kumandaí*... Nós temos tudo até hoje, inclusive

eu até tenho as fotos do que eu plantava, do que nós plantávamos, todo mundo estava trabalhando aqui, plantando e colhendo. Então, daqui para adiante pode ser que o Deus ajudando, nós ganhamos mais um pedacinho de terra para poder plantar um pouquinho mais, para poder sustentar os filhos que nós temos. Porque, primeiramente, quando nós morávamos no mato, tinha reserva grande, então ali nós plantávamos e vivíamos só naquilo... nós nem fazíamos artesanato para vender e nem pedia comida para os brancos. Mas em hoje em dia, que nós não temos mais terra para plantar, nós temos que estar pedindo para os brancos. Pedir assim, porque de onde nós vamos tirar para comer? Lá no mato já não tem mais, nem mato tem mais, nem a fruta que nós comíamos já não tem mais. Temos que comprar ou pedir para alguém, para poder comer as frutas mas, assim mesmo, nós estamos plantando, assim mesmo, alguns pézinhos de laranja, de banana... Mas a terrinha que é muito pequenina mas assim mesmo eu espero que, mais tarde, os Guarani possam ganhar um pedacinho de terra a mais para poder plantar. Era só isso que eu queria falar, para quem quiser olhar essas fotos que eu tenho das plantaço, eu tenho aqui para mostrar: tem *avaxi etei, avaxi etei, avaxi jui, mindui...* tenho tudo aqui e não posso perder porque o Deus deixou nós no mato e deu também a semente para nós plantarmos nessa terra que nós temos. Muito obrigado a vocês.

### **Maria Dorothea Post Darella - MU / UFSC**

Fiquei muito contente com a fala do seu Augusto e queria, para aumentar a nossa compreensão do Estado de Santa Catarina, dizer que de fato existe aldeias Guarani desde o extremo oeste até o litoral. No ano passado nós completamos nosso mapeamento, e no extremo oeste fazíamos este trabalho com pequenos agricultores, colonos, mas tem aldeias do outro lado do rio Pípiriguaçu, que já é em Misiones, na Argentina. E tem muitas famílias morando no litoral, sendo que duas aldeias do litoral são exatamente essas em que o seu Augusto é o cacique, que é Morro dos Cavalos e Massiambu.

Massiambu é uma área de 5 ha para 56 pessoas, sendo que eles entraram nessa área em janeiro de 94. E se vocês me perguntarem se é uma área Identificada, Demarcada, infelizmente tenho que dizer que não. É uma área seqüestrada judicialmente, e esse processo ainda rola no Fórum de Palhoça. A área dessa aldeia fica no entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro que tem 87.450 mil ha. Muito próximo dessa aldeia, às margens da BR 101, também na grande Florianópolis, no mesmo município de Palhoça, está Morro dos Cavalos, já com uma ocupação bem antiga. Nessa aldeia, há poucos anos atrás, foi feito um laudo antropológico de Identificação pela FUNAI, mas que vai ter que ser refeito, e essa Identificação é de 121,8 ha. Essa aldeia fica totalmente dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Bem, na grande Florianópolis tem mais uma aldeia, a aldeia de Mbiguaçu, no município de Biguaçu e existe também, no município de Palhoça, algumas famílias, ou seja, 03 famílias que não estão aldeadas.

Em Santa Catarina existe muitas aldeias, muitas famílias morando, o que significa dizer, em um número mais aproximado, são 480 pessoas Guarani, entre Mbya e também Nhandeva. Os Mbya são em número bem maior porque Nhandeva, de fato, só vamos encontrar na área indígena de Mbiguaçu e na aldeia Limeira na Área Indígena de Chapecó, que é uma área Kaingangue. E assim, também podemos encontrar Guarani na Área Indígena Ibirama, que é uma área Xocling. Em Santa Catarina não existe qualquer área Guarani demarcada, o que é absolutamente inaceitável, nenhum metro quadrado demarcado. Essa situação, de fato, está se buscando reverter, e estamos agora num trabalho com os Mbya. E isso move justamente o aprendizado interdisciplinar com biólogos, botânicos e tudo o que envolve a questão de Parques Estaduais, Parques Nacionais, Unidades de Conservação e aldeias Guarani. Nesse momento existe um conselho intermunicipal para implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, porque

apesar dele ter sido criado em 75, até hoje não foi implantado. E também existem sítios arqueológicos Guarani dentro do Parque. Então, hoje, nós estamos acompanhando esse movimento. A Maria Inês fez parte do seminário em abril para estudar formas justamente de se localizarem áreas para aldeias Guarani dentro do Parque. Nesse sentido, claro que a gente está fazendo um movimento em Florianópolis, ainda muito incipiente diante das necessidades, mas eu queria dar um exemplo para vocês. Há pouco tempo atrás, em maio, foi assassinado um guarda florestal dentro do Parque, e com isso iniciou um processo judicial. A pessoa que matou o guarda florestal plantava *Canabis Sativa* dentro do Parque, mais vulgarmente conhecida como maconha. Essa área, a promotora então entendeu que seria importante, digamos assim, ter um fim diferenciado e, já no processo, eu trouxe a sentença da juíza. No processo ela coloca que a área deverá se destinar preferencialmente para os índios Guarani.

Existe uma outra área também de 1.800 ha dentro do Parque, que envolve esse diálogo com as outras instituições, principalmente a Fundação do Meio Ambiente. É uma área, cujo o dono quer doá-la para a Universidade Federal. A Universidade então, coordenaria um projeto com os Guarani.

São passos que efetivamente tem se dado, mas ainda não temos um resultado concreto, no momento.

Efetivamente só existe uma aldeia dentro do Parque, que é Morro dos Cavalos, que já é uma preocupação de décadas. E justamente, em função da exiguidade das áreas, em função não só das atividades mas das condições de solo, é que nós começamos, o que vocês estão vendo aqui nessas fotos que a gente trouxe, o projeto chamado “Milho Guarani”, que eu preciso justamente conversar com outras pessoas para ver se nós estamos encaminhando o trabalho de forma correta. Em conjunto com o Centro de Ciências Agrárias, nós começamos um trabalho, a partir das sementes das aldeias. Então, estamos desenvolvendo, já no segundo ano, agora não mais do *avaxi*, mas também amendoim, melancia, porongo, abóbora, batata-doce, o *kumandá* que vai ser plantado no mês que vem, abóbora. Então o projeto está crescendo, e se vocês me perguntarem se esse é o ideal, devo responder que está longe de ser ideal, porque esse projeto, essa plantação que o Seu Augusto diz que queria mostrar as fotos está sendo feita na Fazenda Ressacada da Universidade. Em razão de que Massiambú tem só 5 ha, e de que em Morro dos Cavalos a grande queixa das famílias Guarani é de que as plantas queimam em função do vento sul e de que a área é muito montanhosa, então a plantação, sem dúvida, tanto em Massiambu como Morro dos Cavalos não apresentam as condições ideais para a subsistência. Por isso, em conjunto com o Centro de Ciências Agrárias, a gente começou este projeto e é um projeto que está se desenvolvendo e, agora, já com muitos aprendizados, por causa das luas, de uma série de coisas que, trabalhando neste projeto, precisamos escutar, precisamos saber se estamos também no caminho certo.

Existe muitos problemas no litoral, a gente sabe disso, existe outras aldeias que não estão demarcadas, com áreas igualmente exíguas, mas existe ainda, entre elas, a economia de reciprocidade. Nós fizemos a colheita, que é no mês de janeiro para os Mbya mas, em julho do ano passado tinha queimado a casa do seu Aparício da Silva, da aldeia Corveta que fica ao lado da BR 101 e ele ficou sem qualquer semente das sementes que *Nhanderu* deu aos Mbya. Então, o que é que aconteceu? Também do projeto foram sementes para a aldeia Corveta mas, antes disso, já o seu Artur tinha levado sementes para o seu Aparício.

Aqui, eu volto a sublinhar a importância de se aprofundar a questão da subsistência em Unidades de Conservação.

**Darci J. Ciconetti - CIMI**

Eu queria colocar umas questões rápidas. Eu tenho percebido, nessa questão não só da subsistência, mas da economia Guarani que, muitas vezes a gente parte de muitos princípios nossos, de como nós mesmos determinamos a economia e aí é que surge a discussão. Muitas vezes a gente senta e diz: agora vamos discutir a economia, agora vamos discutir a questão de saúde. Isso parece que não funciona para os Guarani. Para o Guarani essas coisas estão muito interligadas. A produção Guarani, me parece, ela não tem só, por exemplo, a função da produção de alimentos. Ela tem, o Meliá falava isso há muito tempo, ela tem uma função social e não econômica. É a economia sim, mas a questão é social. Juntamos a experiência de 91 da aldeia de Rio Branco, em Itanhaem, onde a gente vinha discutindo, a mais de um ano com os Guarani, sobre a situação. A comunidade tinha poucas roças, pouca plantação e o desejo deles era de aumentar a produção. Aí, como vamos fazer? Mas toda a discussão, foi quase um ano e meio, para eles produzirem, nós íamos fazer um pequeno projeto, dar uma ajuda e, depois disso, nos outros anos eles tinham condições de irem produzindo. Só que quando chegou no fim, nada disso aconteceu. Quando o milho, principalmente o milho, estava bom, vieram todas as outras várias comunidades, aí fizeram reza, fizeram batizado de criança, passaram vários dias de festa e aí, depois de dois meses, a situação estava igual antes.

Não quer dizer que ela deixou de ter uma função. Eu acho que contribui, mas não naquele aspecto estritamente econômico que a gente muitas vezes espera. É aí que, para mim, entra a questão dos próprios Guarani.... E me parece que os métodos tradicionais ... que o sistema Guarani, são muito tradicionais ainda mas, por outro lado, a realidade atual é uma outra realidade. A maioria das áreas, por exemplo, não tem pesca, não tem aqui em São Paulo, ainda no litoral do Paraná tem um pouco de caça... então, como você trabalha essas duas questões? A realidade é outra, hoje. É diferente e me parece que os Guarani ainda se mantêm naquele sistema tradicional da não acumulação... as próprias roças, tem algumas pessoas da comunidade que fazem, mas no fim quando dá o produto é a comunidade que usufrui desse produto.

Uma outra questão no Rio Branco, e também em Itariri, é a questão do palmito, a exploração do palmito e a comercialização. A partir da nossa visão, do trabalho que dá, o esforço físico, as dificuldades, eu acho que não tem uma coisa pior do que isso, partindo da nossa visão. Vai no mato, sai sete horas da manhã, chega à noite, tem vezes que é preciso sair 3 vezes por dia para ir vender o palmito. Só que se você analisar, tem toda a questão do caminhar no mato, tem a questão da caça, das trilhas. Tem a questão de ver quem vai vender o palmito na cidade, aí acaba indo muitas vezes a comunidade toda, desde as crianças. Como costurar essas coisas.... O que eu vejo é que é difícil a gente chegar a compreender tudo isso. Por outro lado, a gente percebe, a gente fez em 93 e 94, um levantamento no Rio Branco, um acompanhamento sistemático da questão da saúde e nós vimos que no período de inverno é quando os casos de desnutrição são mais fortes. Aí tem a questão da umidade... mas, por outro lado, é justamente a questão da falta de uma boa alimentação que afeta.... Porque, no litoral, na época de temporada, o palmito sai propriamente do Rio Branco, de Itariri. Ele sai com facilidade, e se consegue arrecadar um bom dinheiro para comprar alimento. Mas chega uma época, no fim de abril até por essa época aqui, aí a crise pega. Então, como buscar alternativas nesse período, para suprir isso?

Renato: O palmito não é sazonal.

Darci : Mas o turismo é. Na época de temporada, o palmito tem uma grande saída porque tem muita gente, muitas pessoas. A gente vê outros projetinhos. Por exemplo, em Angra dos Reis, na aldeia do Bracuí, onde os projetos vão mais de fora para dentro e acabam não dando muito resultado, como foi a questão da construção de açudes pela Universidade do Rio de Janeiro, pela

Universidade Agrícola, com a implementação de vários açudes, formação dos índios... isso durou quase dois anos com cursos na Universidade, na aldeia...e, há dois anos atrás, a Universidade achou que os próprios Guarani tinham condições de levar o projeto. Hoje, praticamente acabou. Então, falta achar o nó da questão. Aí está o grande problema. É isso.

## **Celeste Ciccarone - UFES**

Um pouco antes de viajar, eu recebi dois relatórios das lideranças das comunidades Guarani do Espírito Santo.

No Espírito Santo, a partir de 96, as aldeias passam a ter uma divisão interna, agora elas são duas: Boa Esperança que é Tekoa Porã e Três Palmeiras, Pindó. O projeto do CTI, de apoio e incentivo das roças Guarani, foi praticamente feito seguindo as duas orientações das respectivas aldeias e cada relatório, na realidade, expressa a situação das aldeias. Eu vou ler os relatórios deles. O projeto ainda está no começo e eles vão relatar um pouquinho da situação atual.

### ***“Aldeia indígena Guarani de Três Palmeiras, população de 75 pessoas, quinze famílias.”***

*“Nós, liderança e comunidade agradecemos grandiosamente ao CTI, pelo apoio que deu a nossa comunidade no projeto de ajuda da autosustentação para a aldeia no começo da caminhada para o objetivo que é ter autosustentação para o futuro da aldeia.*

*A nossa visão e avaliação é que a aldeia está na fase de preparação, para a área para plantar e as sementes para depois colher. E foi muito importante o envio dos recursos, que com esses recursos, nós já adquirimos algumas partes que a gente precisa naquela fase.*

*Primeira etapa de trabalho comunitário que foi feito : primeiro fizemos uma reunião, então discutimos o tipo de sementes e mudas de espécies frutíferas e também o plano de trabalho. Começamos organizando o grupo de trabalho com 18 pessoas e as mulheres se organizando para cuidar da cozinha, das crianças e limpeza de quintal.*

*Para começar o trabalho compramos ferramentas e alimentos. Começamos o trabalho fazendo roçado que durou 03 dias e depois de 15 dias fizemos queimada e depois coivamos e passamos a enxada, isso durou 4 dias. Esse terreno foi preparado para cultivar milho Guarani e amendoim Guarani, cana Guarani, batata e melancia Guarani, e também fizemos um pomar de laranjas com 40 mudas. E 15 mudas de laranja foram distribuídas para as famílias para plantar no quintal, para fazer pomar de laranja.. Durou 02 dias contando com as roçadas e as covas que nós fizemos para o plantio.*

*Também plantamos 22 mudas de coco na beirada da estrada da aldeia, e fizemos uma roçada, tamanho bom para plantar 2.000 mudas de café. Estamos construindo a casa de rezas, se Deus quiser em dezembro estará pronta. A dificuldade de trabalhar diariamente na roça é porque estamos construindo as casas para as famílias e porque também aumentou as famílias, antes tinha só 7 famílias, e também a falta de algumas ferramentas de trabalho e o clima. Essa região é de muito calor. Falta chuva e isso é muito ruim para plantar.*

#### *Plano de Trabalho para o ano que vem:*

*Nós comunidade decidimos também cultivar cana, porque a cana dá para vender e também para consumo da comunidade, e também plantar mais coco, pelo menos cinqüenta mudas, por que o coco pode comercializar e para o consumo da comunidade e ampliar o plantio de café porque nós queremos ter pelo menos cinco mil mudas de café plantados, e também o café serve para comercializar e consumo da comunidade. E a economia que vem do produto, para cobrir as necessidades da comunidade e também plantar mais árvores frutíferas. E isso serve para reflorestar um pouquinho mais a nossa comunidade.*

*Queremos e pedimos a CTI para continuar nos apoiando no projeto de ajuda de auto-sustentação e também nós gostamos muito do projeto e a liberdade que a CTI nos deu.*

*Atenciosamente,*

***Comunidade de Guapi Pindó - Três Palmeiras “***

***Projeto “Nhande Mãenty”***

***“Aldeia Guarani Boa Esperança - Tekoa Porã ”***

*“Esse projeto de plantação para Awatxi Ete e Komãda, de ajuda do CTI para fortalecer a sustentação nas aldeias. A comunidade primeiro se reuniu para discutir das necessidades como ferramentas e alimentos para o trabalho, assim Wera Karay, juntamente com Celeste, comprou as ferramentas necessárias e 2 vezes alimentos para o mutirão. Primeiramente plantamos Awatxi Criolo que trouxe da região sudeste do Espírito Santo. O Awatxi Ete foi plantado também em pouca quantidade, capinamos e plantamos como a própria enxada a terra, muito seca, o Awatxi Criolo nasceu mas fica fraco. As plantações de eucalipito da Companhia atrapalham até isto, na minha verdade eu posso falar, a terra já está doente e fraca, não chove mais (Kerexú Miri).*

*O Awatxi Ete sofreu mais, nem saiu da flor da terra, mesmo assim as roça de awatxi crioulo cresceram mais ou menos. A produção não é o que esperávamos. Assim mesmo deixamos para secar para o batismo do Nemongarái das crianças no mês de dezembro, mas infelizmente veio o trator da FUNAI e passou por cima das três roças. Awatxi, ele era verde ainda. Aproveitando a nossa ausência da aldeia no dia 04 de setembro, dizendo que iam plantar o Kumãda e até hoje não plantou.. Dia 19 de setembro, 1997.*

*Eu, Aurora Carvalho, Kerexu Miri, Anheboatxy, fico muito triste. FUNAI e EMATER, para mim é o mesmo que minha mãe disse. E também Tupã kwaray fico Anheboatxi, muito triste.*

*A colheita não era muito, mas dava para criança comer, fazer Kagwidjy. Eles não fazem, atrapalham nosso projeto de trabalho da comunidade. E mesmo assim, sem chuva do céu, vamos Nhamã ety, vamos plantar de novo. Bom, essa próxima lua, Awatxi e Komãda, no final deste mês de setembro. Essa ajuda do CTI é muito importante para a gente fundar Awatxirã, para dar a força ao nosso espírito, alimentar as crianças, fazer Kagwidjy, a nossa bebida sagrada. Hoje, dia 19 de setembro , aldeia Tekoa Porã, Tupã Kwaracy, e Kerexu Miri, Ara Miri, Keretxu Rata Miri .*

*Atenciosamente,*

***Comunidade de Tekoa Porã - Boa Esperança “***

OBS 1: Conservamos a grafia das palavras Guarani, conforme o original.

OBS 2: As aldeias Guarani do ES estão situadas em áreas onde a mata e os recursos hídricos encontram-se degradados.

## Trabalhos em grupos

23/09/97

Foram formados três grupos de trabalho para discutir os seguintes pontos :

- 1 - O que vemos como fatores/condições determinantes da sustentabilidade das comunidades Guarani na Mata Atlântica?
- 2 - Que questões deveriam ser mais aprofundadas?

### *Apresentação do Grupo 1*

integrantes : Virgínia / CTI, Marco / ITESP, Bona / CTI , Russo / MMA , Celeste / UFES , Seu Augusto / aldeia Massiambu, José / aldeia Cananeia , Mariana / Ecologia-USP

*relator - Bona:* A questão exige um aprofundamento. Sustentabilidade do que? Existe uma visão dos Guarani e existe a nossa visão do mundo. O que estaria compondo esse modo de vida que precisaria ser sustentável ? E também o que estaria compondo toda essa forma de existência, vamos dizer assim ?

Em relação ao ponto número 1, os fatores e as condições determinantes, nós isolamos a questão do espaço. E vimos qual o território que permite aquela mobilidade entre as aldeias, garantindo o intercâmbio em vários níveis - sementes, pajelança.... Todo esse movimento que eles tem dentro daquela concepção de território, que foi exposta pela Inês de manhã, e que abrange o Paraguai, a Argentina, até aqui, no seu todo, provido de várias áreas... vamos dizer que é o que estaria garantindo esta mobilidade, achamos que isto é um fator, uma condição.

E o espaço também enquanto terra propriamente dita, ou seja, o espaço dentro da aldeia, o espaço da roça, em termos dos seus aspectos qualitativos e quantitativos também. Existe o exemplo do Seu Augusto, que tem uma área do lado do asfalto, com vizinho na frente, e eles não tem como fazer a reza direito, ou seja, a qualidade desse espaço também interfere num processo cultural ou na manutenção do ritual que é de vital importância para a comunidade.

E quanto a questão da qualidade, e da própria composição do mato, da disponibilidade de terras com uma qualidade melhor para ser cultivada e ela então ser abençoada para ser aberta. Assim se o espaço não apresenta outra opção, eles têm que tentar, têm que arriscar a perder o *avaxi etei* (milho verdadeiro, milho Guarani), e ainda tem aquela estória da pressão do entorno. Então, as pressões do entorno e o espaço enquanto terra também interferem na garantia dos padrões de vida: a existência de lenha, palha, madeira, água, caça, pesca.

Outro fator seria a questão do intercâmbio propriamente dito. Até aqui a gente estava falando da mobilidade entre as aldeias garantindo os intercâmbios, ou seja, a compreensão do macro

território Guarani. E, aqui, a questão do intercâmbio, propriamente dito, entra como um fator que garante a preservação. Nós falamos do intercâmbio da cultura em geral, como consenso - a religião, a pajelança, os casamentos, a troca de experiências e de informações, entre os caciques, entre as aldeias. A organização política dos próprios grupos, a exemplo do que ocorre lá em Roraima, em Rondônia, se baseia também nesse intercâmbio.

E o outro aspecto importante do intercâmbio é o de sementes, das sementes tradicionais - o *avaxi eteí*, o *kumandá eteí*, *jety mandiô* - para consumo interno, uma vez que a gente viu que eles não vendem os produtos agrícolas obtidos a partir das sementes tradicionais.

Outro fator de condição, é o fator das lideranças, da qualidade dessas lideranças, tanto a nível espiritual, quanto política. Já foi citado o exemplo do Seu Augusto. Ele podia muito bem subir lá no Morro dos Cavalos, com um poncho e um chimarrão, e ficar lá em cima vendo, olhando as coisas, sem querer se mexer, quer dizer, deixando as coisas acontecerem. Mas mesmo sem pajé, ele procura fazer coisas que são vitais para a manutenção de uma aldeia, para o fortalecimento de seu povo.

Outro fator é a questão dos recursos materiais, entendidos como produção + venda + aposentadoria. Hoje, há elementos do branco já completamente apropriados pela cultura Guarani que necessitam ser comprados. O artesanato, ele é produzido com determinada finalidade, para gerar uma renda mesmo. A gente destacou também produtos agroextrativistas, como o palmito, cuja renda é sazonal, não a oferta do palmito, mas a venda é sazonal em função da época de turismo no litoral. É uma atividade que, de qualquer maneira, é de onde esta saindo alguma renda.

E existem casos da venda de mão de obra do índio, se assalariando, trabalhando fora nas fazendas, nos vizinhos. E a aposentadoria, no caso dos índios que estão se aposentando também é um recurso material. Também temos as ações e intervenções - assistencialistas, repressoras, participativas - das instituições assistencialistas, que sempre vão existir, que vão lá e fazem um trabalho pontual.

*síntese:*

Pontos levantados em relação à Questão 1:

### 1. Espaço

- território: mobilidade entre as aldeias garantindo o intercâmbio em vários níveis;
- terra: espaço intra aldeia, qualidade e quantidade de roça, mato, lenha, palha, madeira, água, caça e pesca;
- espaço sócio-cultural;
- pressões do entorno.

### 2. Intercâmbio

- cultural : religião, pajelança, casamentos, troca de experiências e de informações, organização política;
- sementes tradicionais para consumo interno.

### 3. Liderança

- espiritual e política (qualidade).

#### 4. Recursos Materiais

- produção + venda (artesanato, produtos agro-extrativistas, mão de obra);
- aposentadoria.

#### 5. Ações / Intervenções

- assistencialistas ; repressoras ; participativas.

Pontos levantados em relação a Questão 2 :

##### 1. Sustentabilidade

- visão Guarani x nossa visão.

##### 2. critérios para intervenções participativas

- particularidades de cada aldeia orientando as modalidades de intervenção

##### 3. Modus vivendi da etnia Guarani e adaptabilidade desenvolvida pela condição de contato; definir as constantes de adaptabilidade

#### *Apresentação do Grupo 2*

integrantes: Dorothea / UFSC, Celso Aoki, André / ISA , Adriana / CTI, Cristina / FUNAI , Antônio / IF , Darcy / CIMI, Bernardette / CTI, Tupã / AGUAI

*relator - André:* O que queremos colocar é que é muito importante investir no entendimento das questões para definir qualquer estratégia de intervenção, no sentido de melhorar a sustentabilidade do grupo; não é só a questão dos Guarani com o meio ambiente, que na verdade compõem as perspectivas. E nessa relação não é só a questão das roças, da agricultura, que define a condição de vida do Guarani. Como definir as atividades conjuntas à isso também é um aspecto importante. Nós estamos levantando que cada comunidade se conduz de uma maneira diferente, de acordo com os recursos e as oportunidades que são colocadas para ela. Então, existem determinadas comunidades que dão uma ênfase maior na agricultura e no artesanato. Outras comunidades tem isso diferenciado. E para qualquer estratégia de intervenção, é importante se conhecer isso.

Sobre as espécies mais utilizadas pelos Guarani na Mata Atlântica, se conhece muito pouco sobre os recursos que são utilizados, as formas de manejo executadas pelos Guarani. E isso é necessário não só para qualificar uma intervenção futura, no sentido de se propor alternativas econômicas, maximizar a sustentabilidade do grupo, mas até mesmo para qualificar a discussão da conciliação da presença do grupo dentro de Unidades de Conservação. O pessoal que cuida do Parque Estadual fala muito das incompatibilidades, mas se conhece muito pouco como é que o Guarani realmente maneja os recursos, e se realmente existe incompatibilidade.

Em relação à questão 1, meu grupo não avançou muito na discussão, mas levantamos dois aspectos essenciais: um é a descrição de um mecanismo governamental para a manutenção dos Guarani nas Unidades de Conservação, mantendo a biodiversidade, já que atualmente existem as instituições governamentais responsáveis pela questão da conservação das Unidades de Conservação; o outro é saber que estratégias existem em relação as populações que vivem dentro

dessas Unidades. Quer dizer, se as instituições vislumbram a essas comunidades uma perspectiva de futuro, elas devem estar construindo uma estratégia que vislumbre o que elas irão fazer.

Outra maneira de analisar as maneiras como essas instituições se colocaram é ver que elas cerceiam, de tal forma, essas comunidades, que inviabilizam a sua permanência em Unidades de Conservação. Como é que estas políticas são colocadas, em que direção elas vão? Ou cerceiam de uma determinada forma, inviabilizando o futuro daquela comunidade ou as instituições pretendem desenvolver uma política que vislumbre o futuro dessas comunidades? Seja Guarani, como é o caso aqui, mas até mesmo com relação às outras comunidades caiçaras que estão dentro dessas Unidades de Conservação.

Outro ponto é a questão da regularização fundiária das áreas Guarani o que, no momento, gera uma maior estabilidade para esse grupo em relação a sua sobrevivência.

O grupo chamou a atenção para a capacidade de adaptação e acomodação dos Guarani às precárias condições de sobrevivência que lhes são dadas, decorrentes do contato com a sociedade nacional.

#### *síntese*

Pontos levantados em relação à Questão 1:

1. Definir uma política governamental para a manutenção dos Guarani nas Unidades de Conservação mantendo a biodiversidade.
2. Regularização fundiária de áreas condizentes com a cultura Guarani.

Pontos levantados em relação à questão 2:

1. Quais são os elementos que compõe a subsistência das aldeias Guarani?
  - Roças, artesanato, merenda escolar, cestas básicas, coleta, prestação de serviços, doações, aposentadorias, criação de animais, dentre outras;
2. Como cada comunidade Guarani conjuga esses elementos de forma a definir um modelo próprio de subsistência?
3. Necessidade de se realizar pesquisas sobre o manejo das espécies mais utilizadas (flora e fauna) pelos Guarani da Mata Atlântica; verificação dos efeitos na biodiversidade decorrentes da utilização dessas espécies.

#### *Apresentação do Grupo 3*

integrantes: Renato Sales / FF, Santiago /... , Viviane / NUPAUB, Inês / CTI, Calú / Geo-USP, Seu Agostinho / aldeia Araponga, Ailton / aldeia Cananéia, Eliana / Ecologia-USP

*relator - Inês:* Como foi dito aqui, há fatores determinantes, fatores comuns, condicionantes, há as constantes... como pudemos observar aqui nos discursos. No grupo levantou-se que era necessário a manutenção do “modo de vida” Guarani, e deu-se muita ênfase no aspecto da agricultura e na necessidade de áreas naturais conservadas. Então, levantou-se essas duas

condições como determinantes para se promover a sustentabilidade das comunidades Guarani: a manutenção do modo de vida Guarani e a de áreas naturais preservadas.

Outra questão, que se refere à manutenção do modo de vida Guarani é a questão da liberdade. Principalmente para os Guarani, a liberdade de escolha e a autonomia para conduzirem os projetos nas suas aldeias, como se viu no relatório das aldeias do Espírito Santo, é fundamental. Assim, os apoios devem ser dados de uma forma que eles tenham liberdade de escolha e possibilidade de desenvolverem seus próprios projetos. Então, a liberdade tem que ser considerada como uma condicionante.

Foi colocado também que a agricultura é a expressão da própria cultura Guarani e está relacionada com outras esferas. Portanto, ao se pensar em alternativas econômicas para a agricultura, ao se propor alguma interferência, a gente tem que pensar na agricultura como uma expressão da cultura que está relacionado com outras esferas - religiosas, sociais, políticas - que também serão afetadas. E isso também é uma condição, pensar nas compatibilidades da atuação.

Outra condicionante, que surgiu como um ponto comum em várias aldeias, é o cruzamento de fatores, e a (in)definição do que são fatores internos e fatores externos. Em todas essas aldeias, os Guarani têm que realizar uma sistemática de troca, de posicionamentos e parcerias com as populações regionais o que muitas vezes leva a um cruzamento de fatores e, de repente você não sabe determinar, por exemplo nas questões de doenças, é difícil você identificar se elas se devem a fatores internos ou externos, uma vez que eles estão interligados. Isso acontece em todas as aldeias Guarani que conhecemos e isso depende da sistemática das relações de contato.

Esse são os pontos básicos que nós observamos, que foram colocados, com base no que se conhece sobre os Guarani. Então, em função disso, pensando nisso, pode-se estar tentando também uma forma de ação. O que precisaria ser melhor entendido é o sistema Guarani de produção atual, é a gente pensar no sistema agrícola Guarani, num âmbito mais completo do seu significado, como foi colocado, das suas dinâmicas com outras esferas e nos seus métodos de cultivo. Então, é necessário um aprofundamento, um conhecimento dessa prática, desses sistemas para se pensar numa atuação.

Outra questão que foi colocada pelo grupo, para ser aprofundada, é a questão da produção do *avaxi etei* fora das aldeias, esta é uma discussão que eu acho que deve ser realizada com a participação dos Guarani colocando suas idéias... porque já estão acontecendo essas experiências, com interesses de pesquisa e mesmo de ajudar os Guarani mas, para eles, a produção do *avaxi etei* nas aldeias tem outro significado.

E uma outra questão ocorre em função da escassez de terra. Como equacionar o espaço de terra dentro da aldeia, com poucas áreas apropriadas para o plantio. Então, é claro, as comunidades Guarani tem áreas pequenas... Como se trabalhar essa questão, da divisão dos espaços internos, de se plantar fora da área, de se derrubar ou não partes de mata, como é que devemos equacionar essas questões? É claro também que se deve pensar em cada aldeia, e em cada contexto, de uma forma diferente. Essas questões foram levantadas pelos índios, e são super importantes, como a questão das mudanças climáticas que acabaram atualmente interferindo no calendário agrícola Guarani, na produtividade e que acaba interferindo também nas outras vivências - trabalho, rituais...

Todas essas questões devem ser aprofundadas, inclusive as divergências de conceitos e visões sobre conservação ambiental, assim como trabalhar para a conscientização e um melhor

entendimento da situação por parte das instituições...estas são questões genéricas e foram colocadas pelo grupo, para que a gente possa aprofundar outros temas como o da ocupação indígena e as Unidades de Conservação.

E a outra questão que temos que trabalhar é sobre as diferentes formas de ver as coisas, as diferentes visões de mundo, princípios éticos e culturais implícitos nos discursos em Guarani e em português. Tudo isso dificulta a definição de alternativas, de objetivos.....do governo e das entidades. Então é importante pensar como equacionar isso, já que não existe, pode-se dizer um diálogo.....por conta dessa diferença, mesmo, de conceitos e de ética. E, além disso, a mobilidade interna nas instituições acaba dificultando a sedimentação de uma comunicação com os Guarani.

### *síntese*

Pontos levantados em relação a Questão 1:

1. Manutenção do modo de vida Guarani (destaque para a agricultura - necessidade de áreas naturais conservadas).
2. Liberdade de escolha e autonomia para o desenvolvimento de projetos nas aldeias
3. Agricultura é expressão da cultura Guarani e está relacionada com as esferas religiosas, sociais, políticas, etc.
4. Cruzamento de fatores internos e externos decorrentes do contato sistemático dos Guarani com os brancos.

Pontos levantados em relação à Questão 2:

1. Maior compreensão do sistema agrícola Guarani (significado, dinâmica, métodos de cultivo).
2. A produção do *avaxi etei* fora das aldeias, pelos brancos - pesquisadores, Universidades.
3. A escassez de terras: como equacionar o espaço interno das aldeias com poucas áreas apropriadas para plantio.
4. Como as mudanças climáticas interferem no calendário agrícola e na produtividade
5. Divergências de conceitos e visões de conservação ambiental (entre brancos e entre brancos e índios).
6. Diferentes formas de expressão e visões de mundo (ética, princípios morais, discursos, línguas) que dificultam a comunicação entre índios e brancos.
7. Ocupação Guarani atual nas Unidades de Conservação Restritivas.

**24/09/97**

As questões levantadas pelas três equipes foram reunidas em diferentes grupos temáticos, pela equipe de coordenação, de modo a preparar os trabalhos para o dia seguinte.

## Grupos Temáticos para discussão

### I - Comunidades Guarani em Unidades de Conservação

- definição de uma política governamental para a manutenção dos Guarani, mantendo a biodiversidade;
- pesquisa sobre o manejo Guarani das espécies mais utilizadas na Mata Atlântica; qual o impacto desse manejo nas espécies?
- manutenção do modo de vida Guarani / necessidade de áreas naturais conservadas;
- qualidade e quantidade de terra, mato, (entorno / pressões), necessidade de lenha, palha, água, etc
- sustentabilidade e conservação: visão Guarani x nossa visão.

### II - Agricultura

- agricultura é expressão da cultura Guarani e está relacionada com as esferas religiosas, sociais, políticas, etc;
- necessidade de maior compreensão do sistema agrícola Guarani atual (significado, dinâmica, e métodos de cultivo);
- produção do *avaxi etei* fora das aldeias, pelos brancos;
- como equacionar o espaço interno das aldeias com poucas áreas apropriadas para o plantio; qualidade e quantidade de roça;
- como as mudanças climáticas interferem no calendário agrícola e na produtividade?
- intercâmbio de sementes tradicionais para consumo interno.

### III - Modus Vivendi e Subsistência

- elementos que compõe a subsistência das aldeias Guarani (roças, artesanato, merenda escolar, cestas básicas, coleta, prestação de serviços, órgãos / instituições, aposentadorias, criação de animais, entre outros);
- como cada comunidade Guarani conjuga esses elementos de forma a definir um modelo próprio de subsistência;
- manutenção do “modo de vida Guarani”;
- cruzamento de fatores internos e externos decorrentes do contato sistemático dos Guarani com os brancos;
- modus vivendi da etnia Guarani e adaptabilidade desenvolvida pela condição de contato (“constantes” de adaptabilidade);
- intercâmbio / cultura geral : religião, pajelança, casamentos, trocas de experiências, organização política, informações;
- liderança: espiritual e política;
- recursos materiais: produção + venda (artesanato, produtos agro-extrativistas, mão de obra) + aposentadoria.

### IV - Ações / Intervenções

- critérios para intervenções participativas;
- ações assistencialistas;
- liberdade de escolha e autonomia para desenvolvimento de projetos nas aldeias;
- particularidades de cada aldeia orientando as modalidades de intervenção;

- diferentes formas de expressão e visão de mundo (ética, princípios morais, discurso) que dificultam a comunicação entre índios e brancos.

## **V - Questão Fundiária**

- regularização fundiária de áreas condizentes com a cultura Guarani
- território: mobilidade entre as aldeias garantindo intercâmbio em vários níveis
- terra: espaço intra aldeia (qualidade e quantidade)
- como equacionar o espaço interno das aldeias com poucas áreas apropriadas para o plantio?

**OBS.:** Esses temas foram apresentados em Plenária que decidiu que seriam formados 2 grupos: um sobre os temas I e V e outro sobre o tema II. Os demais temas deveriam permear as discussões sobre os temas principais. Os grupos deveriam orientar a discussão em torno de princípios e da realidade existente e apresentar estratégias e propostas de ação. Um terceiro grupo, formado pelos Guarani, elaboraria suas observações e sugestões sobre as questões apontadas durante o seminário.

### **Grupo 1 - Comunidades Guarani em Unidades de Conservação / Questão Fundiária**

integrantes: Renato Sales / FF , Renato Lorza / FF Viviane / NUPAUB, Diegues / NUPAUB, Inês / CTI, Mariana / Ecologia-USP, Celso Aoki, Darcy / CIMI, Adriana / CTI, Virgínia / CTI.

#### *Apresentação do Grupo 1*

*relator - Renato Lorza:* Bom, levantamos os vários pontos de reflexão: as roças, os vários tipos de roças, a questão da coleta dos recursos da mata, a caça e também a pesca, a questão do território, do espaço, do tamanho da área necessária às formas de ocupação. Também a questão do contingente e da mobilidade populacional inclusive, a criação de animais, as práticas tradicionais de criação e a possibilidade de definir com liberdade os projetos a serem realizados nas suas próprias áreas. A questão de uma cultura migratória, as vezes a população das comunidades aumenta, as vezes diminui, entram novos, saem outros. Desculpem qualquer falha, porque eu não sou da área, posso falar algum termo equivocadamente.

No caso das Unidades de Conservação, discutimos a possibilidade de promover a otimização das formas tradicionais de agricultura e da utilização dos recursos naturais, as possibilidades de manejo nas áreas preservadas, as alternativas possíveis em termos de manejo, de pesca, de utilização da fauna etc. E também a questão da demarcação de áreas, onde é, como se estabelecem, como é o uso e tudo mais.

Depois, num outro sentido, é a discussão de como é que o Estado se relaciona com as comunidades, não tanto do ponto de vista da legislação, mas principalmente do ponto de vista de reconhecer a existência das comunidades e das práticas de subsistência que as comunidades têm. Reconhecer, como gestor das Unidades de Conservação, como o responsável pela aplicação das leis e pela regularização das terras indígenas e, assim, colocamos a preocupação com a regularização fundiária e a ocupação Guarani.

A partir dessa primeira forma de se chegar ao tema, nós elencamos alguns princípios gerais e algumas estratégias necessárias para cumprir esses princípios.

Dos princípios principais, o primeiro é o reconhecimento, pelo estado, da presença dos Guarani e de suas formas de ocupação e uso dos recursos naturais, especialmente na Mata Atlântica.

Um segundo princípio geral, é o reconhecimento da necessidade de preservação ou conservação dos remanescentes de Mata Atlântica, especialmente dentro das Unidades de Conservação, incluindo áreas de preservação completa.

E um terceiro princípio, são duas frases para a mesma idéia, é conciliar, tornar compatível, tornar possível que as práticas e as necessidades das comunidades estejam de acordo com as práticas e as necessidades de conservação. Então, com base nos conhecimentos tradicionais dos Guarani, mas também no conhecimento científico.

Esses são os principais pontos levantados como princípios gerais. O que nós elencamos como estratégias são: a necessidade de se construir parcerias entre Estado, entidades e comunidades indígenas para promover alguns tipos de estudo, o monitoramento das formas de ocupação e de uso dos recursos naturais, a captação de recursos para projetos, a definição de infra-estrutura (área de saúde, saneamento). E, inclusive, estudos mais completos como a fauna, a flora, as formas de utilização, nos diversos níveis e assim por diante.

Considerar nos planos de manejo ou planos de gestão das Unidades de Conservação, as áreas de uso Guarani, reconhecendo-as como zonas de manejo tradicional. Apoio à requisição do Instituto Florestal ao KFW, não sei se todo mundo sabe o que é mas é um Banco alemão que patrocina um projeto de preservação da Mata Atlântica. E solicitar recursos para a formação de equipes multidisciplinares e interinstitucionais que deverão promover estudos e programas que deverão subsidiar a elaboração dos planos de gestão e, ao mesmo tempo, subsidiar a definição do que seria o espaço, vamos dizer assim, para as necessidades de uso e de ocupação das comunidades Guarani. Deveria se considerar, as áreas de roça, as áreas de pesca, de moradia, os espaços sociais e religiosos, as áreas de coleta, as áreas de caça, as trilhas de trânsito de uma aldeia para outra, que muitas vezes estão dentro das Unidades de Conservação.

Voltando um pouco, eu falei em mobilidade aqui, eu confundi um pouco, mas é essa mobilidade pelas trilhas entre as várias aldeias, que muitas vezes é feita dentro das áreas restritivas das Unidades de Conservação, trilhas que muitas vezes não são consideradas como áreas das comunidades. A criação de animais, as nascentes, cachoeiras, os locais sagrados - aí foram levantados alguns exemplos, principalmente os cemitérios e até áreas sagradas que contém também esse conceito de preservação total, uma área onde ninguém mexe, e alguns montes importantes - elementos importantes nesses estudos.

Além desses, o estudo etnobiológico, o estudo da biologia das espécies mais utilizadas pelos Guarani na Mata Atlântica e do manejo de suas espécies, ou seja, conhecer as principais espécies, conhecer não só através das perguntas, conhecer o que se usa mais dentro da mata e, com esse conhecimento, promover os estudos necessários sobre biologia das espécies, sobre polinização, sobre os animais e assim por diante. São os estudos botânicos, biológicos, antropológicos e ecológicos, que vem colaborar ou mesmo propor novas formas de utilização ou, mais ainda, reconhecer as formas tradicionais de utilização e o significado delas na definição das áreas como um todo.

*Síntese*

*Princípios:*

- reconhecimento pelo Estado da presença dos Guarani e de suas formas de uso e ocupação dos recursos naturais nas Unidades de Conservação da Mata Atlântica;
- reconhecimento da necessidade de preservação dos remanescentes do domínio Mata Atlântica incluindo áreas de preservação total;
- compatibilização, com base nos conhecimentos científicos e tradicionais, dos interesses e necessidades da conservação ambiental e do modo de vida Guarani.

*Estratégias:*

- construção de parcerias (monitoramento, captação de recursos, infra estrutura, estudos etnobiológicos, etc);
- inclusão nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação das áreas de uso Guarani, reconhecendo-as como zonas de manejo tradicional;
- apoio à requisição do Instituto Florestal ao KFW de recursos para a formação de equipes citadas no item que se segue:
- os planos de gestão das Unidades de Conservação deverão considerar estudos e programas realizados por equipes interdisciplinares e interinstitucionais (estado, ongs. comunidades Guarani, Universidades, etc)

*Recomendações:*

- os estudos relativos ao modo de ocupação Guarani e uso dos recursos naturais deverão considerar: áreas de moradias, espaços sociais e religiosos, criação de animais, coleta, trilhas, caça, pesca, nascentes / cachoeiras, locais sagrados (cemitérios, morros, etc).
- deverão ser realizados estudos da biologia das espécies mais utilizadas pelos Guarani na Mata Atlântica e do manejo dessas espécies.

*debate*

Renato Sales: - Eu só vou reforçar essa questão dos estudos. Na verdade, os estudos vão servir para subsidiar planos de gestão das Unidades de Conservação. Existe já um trabalho sendo feito pela Fundação Florestal e pelo Instituto Florestal, a implantação de planos de gestão de nove Unidades de Conservação. Nesse caso, faltam estudos, essas lacunas surgem e, eles poderiam ser dirigidos para as outras Unidades de Conservação onde também tem ocupação indígena. Na verdade esses estudos vão ser para subsidiar os planos de gestão que, no fundo, são compostos por normas de utilização dessas áreas que estão no interior das Unidades de Conservação. A finalidade principal dos estudos é inseri-los nesses planos de gestão e vão servir como novos critérios de ocupação indígena.

Russo: - Essa estória, nós já tivemos alguns exemplos de caiçaras, ou outras comunidades tradicionais dentro de Unidades de Conservação que foram criadas... Eles participam, a gente vai lá perguntar para eles sobre o conhecimento que eles têm, mas eles sentem-se como atores marginais nesse processo de plano de gestão, de plano diretor, enfim.... eu acho que, sem querer desconsiderar o que vem sendo feito nesses planos, essa questão da participação das comunidades, ela deve ser efetiva, elas devem atuar assim como atores principais, não como puxadores de cortina.

Renato Lorza: - É que o contexto foi bastante substanciado pelos planos de gestão que estão sendo elaborados agora no Projeto de Preservação da Mata Atlântica que, vamos dizer, foram inspirados na idéia desses planos de gestão novos, de que são participativos, entre aspas, desde o processo de elaboração até o processo de implantação. Então, com certeza, ninguém encontrou uma forma.

Viviane: - Eu acho que essa idéia da representação, um representante para os Guarani, necessariamente não representa. Essa idéia, ela é meio complicada. Então acho que, de fato, se deveria introduzir algum item para determinar isso, porque essa noção de representação não funciona muito com os Guarani.

Inês: - Uma coisa que o Ailton também já colocou aqui, é que o respeito e o reconhecimento das leis e dos sistemas próprios deles são fundamentais para se definir qualquer aliança ou parceria, e até para se discutir a questão da representatividade. O reconhecimento da identidade étnica, dos sistemas de autoridade, direito, gestão, e de suas dinâmicas sociais no seu território, nas áreas que ocupam, é uma condição para que você possa estabelecer, definir uma aliança ou seus limites, discutir a questão da representação. É através do reconhecimento da diversidade que se pode tentar encontrar alguma conciliação.

Jos / moderador : - Já que existe uma concordância sobre isso, é uma questão fundamental e nós temos que ver como é que vamos assumir isso de alguma maneira.

Diegues: - Além dessa questão, além das comunidades indígenas serem parceiras, serem sujeitos, no processo de planejamento e gestão, existe uma coisa que normalmente não se respeita que é o ritmo com que essa sociedade chega num acordo. Nós temos o ritmo ZOP e em 10 minutos nós achamos que resolvemos o mundo, outros provavelmente tem um ritmo de tempo muito maior. Então, essa questão do ritmo, acho que provavelmente a cada um desses temas, a gente vai ter que fazer uma introdução, mesmo rápida, comentando alguns desses temas fundamentais que são substrato dessas propostas, senão elas ficam soltas.

Renato Lorza: - Aliás, eu mostrei que se teve a inspiração nos planos de gestão participativo, mas não teve uma inspiração no método ZOP, que é chamado de participação, que nas práticas formais, o grupo todo tem contrariedades a respeito do método ZOP de participação, ... de exclusão dos conflitos.

Bona: - Eu queria dizer ao grupo, quanto a esta questão do participativo, que a própria equipe que propõe um plano de gestão desta natureza tem que se capacitar. Ou seja, não existe muita tradição de trabalho dessa maneira; paciência para entender como um grupo pensa e resolve as questões também requer um capacitação do grupo que está coordenando, que está implementando a atividade.

Renato Lorza: - Também foi falado muito, e a gente resolveu não escrever sobre esses antagonismos entre a Lei Federal sobre demarcação de áreas e a lei de regulamentação dos

Parques, que são legislações conflitivas. E nós preferimos deixar isso para o momento seguinte de discussão. Mas mesmo assim, eu não sei se ficou claro, a idéia de Unidade de Conservação com a presença de comunidades, ela já se insere desde o plano de gestão. Então, são coisas bastante importantes tendo em vista a situação de hoje. Hoje, o que acontece é a garantia de ocupação de uma área pela comunidade, através da lei, mas não por um consenso. Então, o que se busca aqui é justamente isso. Construir um consenso de que é possível a Unidade de Conservação com comunidades tradicionais ou Guarani.

Dorothea: - Esta discussão está acontecendo no Instituto Florestal, na Fundação Florestal, na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.... Eu gostaria de colocar a questão, nas regiões sul e sudeste, já que existem outros Estados também com Unidades de Conservação onde também tem população Guarani. E se poderia pensar em extrapolar essa discussão para essas regiões. Eu queria saber se o grupo já chegou a uma análise da necessidade de isso acontecer, de se discutir os planos de gestão de Unidades de Conservação com população Guarani, em geral.

Renato Sales: - Essa questão dos planos de gestão, eles contam com a aprovação do secretário do meio ambiente, e há a tentativa de resolver esses conflitos de ocupação humana em Unidades de Conservação. Em função disso, foi iniciado um processo para se trabalhar com nove Unidades de Conservação. É o plano de gestão participativo. Participativo não só no sentido de se trabalhar com as comunidades do interior, mas também do entorno da Unidade de Conservação e com vários segmentos interessados: a prefeitura, as pessoas que de certa forma usam o Parque, empresas de ecoturismo, etc. Já foram realizadas oficinas, com representantes desses vários segmentos, nas nove Unidades de Conservação e se chegou num plano preliminar de gestão. Eles, entretanto, ainda não estão aprovados oficialmente. Então, o trabalho que ainda se faz internamente é, não só para se convencer o secretário, mas todo o sistema estadual do meio ambiente para se dar uma validade formal a esses planos. Existem problemas, por exemplo esse dinheiro ficou muito tempo parado no Instituto Florestal, até que agora, nesta gestão, se resolveu colocar esses planos em prática. Mas os prazos estão atrasados e são muitas Unidades a serem trabalhadas. Então essa questão do participativo foi muito relativa, embora tenha sido levada em consideração. Foram feitas algumas reuniões rápidas, de no máximo de uma semana, abordando vários temas referentes a essas Unidades de Conservação. Depois disso foram contratados consultores para trabalhar com o material resultante dessas reuniões, foi feita uma oficina também rápida, em que foram chamados representantes para discutir alguns pontos considerados chaves para esses planos de gestão. Considerando aliás, que a própria coordenação que está trabalhando com estes planos de gestão, reconhece que este participativo está entre aspas agora. O que se pretende, a partir de uma coroação do plano, que está sendo considerado preliminar e de um zoneamento também preliminar, é se ter dois anos para se aperfeiçoar isso com a participação e iniciativas dos vários interessados em cada Unidade de Conservação. Há necessidade de se refazer essa solicitação de financiamento ao KFW e, é claro, a necessidade deles aprovarem isso. Então, a coordenação do Instituto Florestal pretende aprimorar essa participação para se ter um plano, onde os vários interesses estejam harmonizados.

Inês: - Além dos interesses devem ser consideradas as diversidades culturais.

Renato Sales: - Só complementando...o fórum para se discutir essas questões vai se dar em Curitiba, no I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, e outro fórum ainda é o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação cujo projeto de lei se encontra no Senado, no Congresso, há um ....tempo, onde há vários interesses em jogo, mas é importante que se faça um lob junto ao Congresso para que o SNUC seja aprovado e seja, é claro, reformulado levando em consideração essa realidade que se encontra no Brasil.

Diegues: - Só duas observações: eu acho, na verdade, que esse processo na Secretaria é um avanço sobre a análise que se existia antes, quanto à participação, mas eu acho que está muito aquém ainda do que se espera. A primeira coisa, nesses dois anos, é saber quem é que vai controlar esse processo? Se for o Estado como está sendo, eu não vejo muita vantagem e eu não sei onde isso vai dar. Agora, está se pensando nos comitês de gestão. O comitê de gestão, na verdade, eu acho que deveria ter um papel não só deliberativo, mas executivo, isto é, os Parques deviam ser manejados por um comitê de gestão do qual participariam: o Estado, os representantes das comunidades, provavelmente ong's, etc. Agora, para isso, vai precisar ser feita não só uma mobilização das populações dos Parques, como também uma mudança da legislação, quando o donos dos Parques é o Instituto Florestal.

A segunda coisa que eu acho, é que quando se fala em pedir dinheiro ao KFW, eu acho que existe um aspecto importante. Eu acho que do montante que o Estado solicita ao KFW, uma porcentagem de 5 ou 10 % devia ser dada às comunidades locais organizadas. Para quê? Para que eles mesmos tenham seus consultores, seus estudos jurídicos... a gente sabe que nem sempre as conclusões dos estudos das comunidades coincide com aquelas do Estado.

Outra observação, é que me surpreende muito, que esse processo seja discutido no Congresso do Paraná. Por uma simples razão: esse Congresso do Paraná foi organizado por pessoas que se opuseram em Brasília, no ano passado, à uma discussão sobre a questão de populações em Parques. Quer dizer, o mesmo grupo que se recusou a discutir no Congresso Nacional, monta esse Congresso em Curitiba..... Quer dizer, acontece o seguinte, vai ter provavelmente uma pequena mesa, ou uma conferência, para debater essas questões mais participativas. Eu acho que não é lá que a gente deve levar essas questões. É ao Congresso Nacional, onde tem sido o local democrático do debate, não é? É só você ver quem é que está organizando o Congresso em Curitiba, é um Congresso extremamente preservacionista, é só olhar a pauta das coisas. Quer dizer, então eu não acho que seja lá. Mas, enfim, eu acho que as populações indígenas poderiam ser ouvidas só aí, no Congresso Nacional, numa participação de fato real...

## **Grupo 2 - A Agricultura Guarani como Base de Sobrevivência / Ações - Intervenções**

integrantes: Bona / CTI, Cristina / FUNAI, Bernardete / CTI, Russo / MMA, Calú /Geo-USP, Marcos Gamberini / ITESP.

### *Apresentação do grupo 2*

*Relator - Bona:* .....nas discussões fica o agrônomo, de um lado, cheio de dedos, dizendo que tem que considerar os conceitos antropológicos para se intervir numa área indígena e o antropólogo, do outro lado, dizendo claro que tem que considerar os preceitos técnicos junto com os antropológicos. Não que isso tenha sido totalmente prejudicial, mas a gente levou um certo tempo tateando essa uniformização de linguagem, das compreensões, para mostrar, na verdade, que todo mundo estava sabendo do problema, cada um com suas palavras.

O grupo chegou até tentar esboçar uma referência, que nasceu, assim, do primeiro ponto comum. Nós não conseguíamos discutir a questão da agricultura, sem dizer em cada frase a palavra terra, e a terra em caráter definitivo, uma terra, como foi falado pelo Davi, uma terra sonhada que os índios consideram como sendo um território Guarani mas que era um Parque. Também foi dito, por outro lado, uma terra não sonhada, uma terra que foi ganha, um pedaço de terra qualquer, onde

o sistema agrícola Guarani não seria implantado da mesma maneira que numa terra sonhada, vamos dizer assim, comparando-se com o que está acontecendo em algumas áreas tradicionais Guarani e com outras que são transitórias, a princípio.

A palavra transitória foi banida. Eu estou passando justamente o clima em que se deu a estória. Desde de manhã e terminou assim; não foi um bate boca, a gente discutiu de uma maneira bem construtiva, mas a gente está cansado, sem um produto ainda, já estávamos a ponto de nos conformar, porque, se discutimos seis horas um tema e não conseguimos chegar a uma conclusão, eu acho que a conclusão era essa. Aí, nós conseguimos ver que algumas constatações são ponto pacífico, por que isso?

As roças que são feitas com sementes tradicionais, o *avaxi eteí*, o *kumandá eteí*, todas as sementes Guarani, primeiro, elas não atendem a demanda alimentar das aldeias, mas atendem, sim, os rituais - o batismo, a festa do milho. Então, nós vimos que roças feitas com as sementes tradicionais garantem a sustentabilidade, mas no que se refere à questão cultural. Se, num primeiro momento, a gente concluiu que elas não produzem o suficiente para garantir a alimentação anual, e então isto poderia estar afetando a sustentabilidade, vimos que não é bem assim, porque como o grupo de vocês também viu, eles estão conseguindo se sustentar a partir de várias outras coisas - artesanato, aposentadoria, doações diversas. Mas a ausência de roças feitas com as sementes tradicionais afeta a sustentabilidade Guarani do ponto de vista cultural, na medida em que não poderiam mais fazer os rituais, os intercâmbios e várias outras coisas que garantem o sistema Guarani. Ou seja, se bagunçar a cultura deles, se não der mais para fazer as festas, os rituais, as viagens de intercâmbio de sementes que eles fazem, essa mobilidade toda, isso é mais perigoso à sustentabilidade da etnia Guarani, do que a falta de comida, entendeu? É nesse sentido.

Uma outra coisa é que essas roças feitas com as sementes tradicionais, elas não carecem de intervenção técnica, apenas de uma maneira pontual mínima, algumas coisas, como o exemplo da formiga, ou alguma problema localizado numa roça tal, mas não no nível de uma intervenção técnica.

Uma outra constatação, é de que o sistema agrícola Guarani depende de terra, enquanto qualidade e quantidade, além dos aspectos sociais e políticos do grupo local. Isto quer dizer o que? Para se produzir dentro dos preceitos da agricultura Guarani, deve existir a terra. Um exemplo: o Seu Augusto; eles estão com uma terra onde não está dando nem para produzir a rocinha das sementes Guarani. Vamos dizer que numa outra aldeia eles têm a roça, mas a terra é ruim ou eles não estão conseguindo identificar um pedaço de terra, como é o caso da aldeia Rio Branco. Onde isso está sendo prejudicial à manutenção do sistema Guarani? Na qualidade e na quantidade de terra, nos dois casos. Além da questão social e política do grupo local, existem muitas interferências, quer dizer, a pressão do entorno muitas vezes estaria prejudicando a disponibilidade do próprio grupo, de estar fazendo aquelas roças. Isto a gente viu também como uma constatação, ou seja nós estamos a mercê, de certa maneira, da questão da terra e das pressões do entorno. E a outra questão depende da natureza do grupo local.

Outra constatação é que, são componentes do sistema agrícola Guarani: o calendário de plantio, os mutirões, os rituais de batismo, de seleção de área, o próprio intercâmbio, a mobilidade resultante do intercâmbio de sementes... E vai chegando a lua, vai chegando o momento de plantar, os índios todos eles se manifestam, é um comportamento próprio mesmo deles, seguir o calendário, buscar sementes onde eles sabem que tem.

Outra constatação: as roças Guarani são compatíveis com a preservação da Mata Atlântica, contribuindo com a dinâmica sucessional e biodiversidade. Ou seja o Seminário está abordando a questão das comunidades Guarani na Mata Atlântica, embora a gente sabe que o sistema de produção Guarani não afeta a sustentabilidade, ou seja, ele é compatível com a preservação da Mata Atlântica. Porque? Porque se sabe, ele é também um promotor da biodiversidade. Num local de uma mata já num estágio secundário vai aparecer de novo as pioneiras, vai aparecer toda aquela vegetação intermediária até a chegada de um outro estágio, então essa agricultura indígena também contribui para essa dinâmica sucessional da biodiversidade.

Uma outra é de que a agricultura Guarani é praticada com diferentes finalidades nas comunidades, sendo a venda praticada por algumas dessas comunidades. Isso porque? A gente viu que dá para analisar um sistema tradicional da etnia, mas não dá para dizer que a agricultura de cada uma das comunidades é igual. Tem diferentes finalidades: no Espírito Santo a gente ouviu a Celeste lendo aquelas cartas dos índios, falando da idéia de projetos de abacaxi, café, coco. Lá no Paraná tem aldeia fazendo plantio para a venda de erva mate, tem roças feitas com finalidade comercial. Mas não dá para dizer que isso acontece sempre nas áreas Guarani, isso é uma especificidade que depende da situação e das condições de cada aldeia.

Passou-me a idéia, bem já em cima da hora, de uma proposta que é bem semelhante à conclusão do outro grupo. É que se precisa fazer, num âmbito mais genérico, um estudo do sistema agrícola do povo Guarani, um estudo interdisciplinar, interinstitucional, participativo, e toda essa adjetivação que cabe fazer em conjunto. Mas isso enquanto povo Guarani, enquanto etnia. Num segundo momento, fazer diagnósticos participativos por comunidade, capacitando os índios para fazer esse diagnóstico, é a tal metodologia participativa. Assim como nós também temos que nos capacitar para isto. A partir então, reunindo as outras aldeias. A partir da troca de experiência com outras comunidades, estes diagnósticos teriam mais uma cara de auto-diagnóstico. Estes diagnósticos também seriam feitos capacitando técnicos quanto à visão da agricultura Guarani em geral, quer dizer: como é que eu, agrônomo, posso ir lá e dizer que o negócio é participativo e funciona dessa maneira se eu estou raciocinando a partir de um ponto de vista da agricultura dos brancos? Teria eu, enquanto um técnico promotor deste diagnóstico, que me reverenciar primeiro ao sistema agrícola, a essa compreensão, a essa visão Guarani da agricultura, para então preparar um proposta de diagnóstico participativo. É como eu coloquei um pouco no final da explanação do grupo anterior, que nós também precisamos nos capacitar para implementar ações em áreas indígenas.

Existem já várias experiências com agricultores tradicionais, comunidades caiçaras, de diagnósticos participativos, em áreas indígenas eu não sei, talvez seja realmente inédito....

Uma outra proposta é o acompanhamento e avaliação do projeto da Universidade Federal de Santa Catarina, de produção de sementes Guarani, para se definir, talvez, alguns critérios. É uma iniciativa que está acontecendo, ela é controvertida em muitos aspectos, existe alguma polêmica quanto a semente estar indo lá a mercê de alguns grupos caçadores de germoplasma, assim como também tem um outro aspecto; o de que, para vários índios, está sendo um coisa muito bem aceita, bem vista. Isto tudo acho que justifica esse acompanhamento e avaliação do projeto.

Outra proposta a se proceder, é um inventário, e uma análise desse inventário de experiências práticas, enfatizado o prático - agrícola, já implementados com os Guarani, para proposição de projetos econômicos de sustentação, contando que existe uma demanda, e existe um potencial agrícola, que pode se destinar a complementação de renda, além do artesanato. Então, já foi feito projeto de banana em Peruíbe, coco em outro lugar, erva-mate no Paraná... Então se deveria fazer

um inventário dessas propostas que já foram encaminhadas, analisar e, com base nessas experiências anteriores, utilizar o material para os próprios projetos econômicos de sustentação. É bastante audacioso.

Uma outra proposta é resolver os problemas emergenciais das roças: formiga, lixos nas roças, no entorno das casas... esses são problemas sérios dentro das áreas, que podem ser resolvidos de forma a adaptar soluções agroecológicas à situação Guarani. Nós vimos que tem problema com formiga na aldeia Rio Branco de Cananéia. De repente eu vejo que tem 6 kilos de formicida debaixo do banco, eu boicotei. Foi uma solicitação deles, mas a gente sabe que dá para fazer diferente. Só que não foi feito, por que? Por uma contingência, o momento era de fazer um levantamento da área, o tempo foi ocupado por outras coisas, tirar foto, ir para cidade, outras demandas.... Assim, não deu para fazer uma intervenção, mas dá para fazer alguma coisa. Por exemplo, a Adriana é uma agrônoma que está atuando dentro das áreas, existe a possibilidade de subsidiá-la para fazer esse trabalho. Dentro deste caráter de adaptação de soluções agroecológicas para a solução de vários problemas, como formiga em solos, que se dão em função de que, nas áreas que eu vi, eles estão plantando em horizonte B. A erosão ali é bastante acentuada.

Pergunta: - O que é horizonte B ?

Bona : - É que a terra tem várias camadas, a camada orgânica em cima. Se você fizer um corte num barranco você vai ver diferentes cores, cada um desses estratos tem nome: A, B... o B seria um horizonte pobre. Costumam dizer que não nasce mais milho, só nasce pedra; não é a pedra que está nascendo, mas é a terra em torno dela que está indo embora. Então gente viu que tem maneiras de se intervir. Mas é uma intervenção a ser planejada.

Uma outra proposta é de se fazer um banco de dados organizado e disponível em colaboração com instituições governamentais e não governamentais, universidades, em função o potencial que está existindo. A exemplo do seminário “Frutos do Cerrado”, nós vimos também que existe um monte de dados, mas onde? Não se sabe, não se consegue reunir. Esta, também é uma proposta, de longo prazo, mas a se colocar.

Uma questão também para o aprofundamento, são os critérios para as intervenções participativas. Seria bom levar o fubá pronto ou o milho em palha? De repente, eles vão ter que fazer um pilão para fazer o fubá, vão ter que fazer um paiol para armazenar o milho, quer dizer, existe um aquecimento dos aspectos culturais, dentro da questão do fubá ou do milho em palha, mas isso foi só um exemplo. Existem critérios que precisam ser analisados. Assim como temos que ver, que em cada aldeia, conforme os relatos, a realidade é diferente das demais. Então essas particularidades de cada aldeia devem estar orientando as modalidades de intervenção.

*síntese*

*Constatações:*

- roças que são feitas com sementes tradicionais não atendem a demanda alimentar anual das aldeias, mas atendem as necessidades rituais; esse tipo de roça não carece de intervenção técnica, a não ser pequenos controles de formigas, etc.;

- o sistema agrícola depende de terra enquanto quantidade, qualidade, além de aspectos sociais e políticos do grupo local;

- são componentes do sistema agrícola Guarani: os mutirões, o calendário, rituais, intercâmbios, roças coletivas e roças familiares.

- as roças indígenas são compatíveis com a preservação da Mata Atlântica, contribuindo com a dinâmica sucessional e a biodiversidade.

*Propostas:*

- realizar estudos do sistema agrícola do povo Guarani

- diagnósticos (participativos) por comunidades:

capacitação dos índios para fazê-lo a partir de experiências com outras comunidades = auto diagnóstico;

capacitação de técnicos quanto a visão Guarani da agricultura em geral;

- acompanhamento e avaliação do projeto da UFSC (produção de sementes Guarani tradicionais);

- inventário / análise de experiências (práticas) agrícolas já implementadas com os Guarani para proposição de projetos econômicos de sustentação;

- resolver os problemas emergenciais das roças (formigas, lixo, solos, etc) adaptando soluções agro-ecológicas à situação das aldeias e às práticas Guarani;

*debate*

Celeste: - Eu queria só esclarecer, eu acho que tem que esclarecer um pouco mais essa situação da proposição de projeto econômico de sustentação. Na nossa discussão em grupo, seriam os índios os autores dessa proposição de projetos. Isso você não colocou. Tudo o que a gente andou questionando é que, até agora, principalmente com as experiências da FUNAI, se dá ao contrário. O que mais se tem, com os Guarani, é projeto de agricultura com rendimento econômico, sem consultar.. Na realidade, deve-se pensar em projeto de sustentação proposto pelos Guarani.

Inês: - Bona, você citou exemplos, mas nenhum deles deu certo, nós vemos experiências negativas: o projeto de banana da FUNAI... se deve levar em conta que justamente o fracasso se deu pela forma como foi feito.

Bona : - A questão é essa, fracassou por algum motivo.

Virginia: - O problema, é outro o problema, como se falou em nosso grupo, é a qualidade na participação do processo.

Adriana: - Eu queria fazer duas perguntas. Na proposta que você fala que tem que ser feito um estudo mais detalhado do sistema agrícola Guarani, você fala de um estudo do sistema agrícola por família grande ou caso a caso, dependendo da peculiaridade de cada aldeia? Da situação de cada aldeia, ou um estudo mais genérico?

Bona: - Genérico, amplo.

Adriana: - Para poder ser aplicado em qualquer situação, por que você sabe que isso varia...

Celeste: - Adriana, o sistema geral dos Guarani é uma coisa, o sistema geral que pode ser adaptado em determinadas situações.....

Adriana: - É tão interessante isto que a Celeste falou, de você analisar em todo o território, e como você tem diferentes ambientes desde a Argentina até o Espírito Santo, encontrar os pontos em comum deste sistema de produção agrícola. Outra pergunta, Bona, é o seguinte: você fala “resolver problemas emergenciais com soluções agroecológicas”. Partindo do princípio de que a gente tem que usar o mínimo possível de recursos externos, aproveitando o máximo possível do interior das aldeias, como por exemplo, no caso estamos falando da Mata Atlântica, e temos um problema crucial que é a acidez do solo. A fertilidade, você pode até com o sistema de criação animal, tirar o esterco, e você até tem como propor alguma coisa para aumentar a fertilidade aproveitando o que existe na aldeia. Para a acidez, teria que entrar com calcário, ou gesso agrícola, e aí? Essa interferência, a gente não sabe se vai ter uma sustentabilidade mais tarde.

Bona: - Eu responderia assim: é uma coisa possível de se fazer, mas tem que ser preparado, mas dá para fazer, não é uma coisa inviável.

Mariana : - ..esse argumento de que as roças indígenas são compatíveis com a preservação da Mata Atlântica contribuindo com a dinâmica, com isso eu concordo. Agora, como poderia contribuir com a biodiversidade ?

Bona : - É simplesmente pelo fato de que você derrubou um pedaço onde tem uma mata já fechada, você cortou, fez uma roça num lugar de terra boa, vai vir um monte de espécies pioneiras que não é biodiversidade....

Mariana : - Este é o caso da dinâmica. É que tratar como biodiversidade não caberia, como dinâmica tudo bem.

Renato Lorza: - Eu queria só colocar uma questão. É que a biodiversidade da Mata Atlântica, entre outras coisas, ela é fruto de milhões de anos de adaptabilidade. A medida que a agricultura provoca estresse, ela vai forçar novas direções de adaptabilidade...

Mariana : - Não necessariamente. Ela pode forçar exatamente o oposto. Por isso que não há biodiversidade. Por exemplo, você coloca uma espécie ....ela pode acabar competindo com outra nativa, e acabar com outras por ser mais agressiva. Neste caso ela está diminuindo a biodiversidade. Se ela contribui para a dinâmica, isso sim.

### **Grupo 3 - Questões levantadas pelos Índios Guarani**

*Seu Agostinho / aldeia Araponga - RJ* : Bom, nós vamos, cada um, falar um pouquinho para vocês saber, escutar como é que é a nossa vivência. Então, como eu já compreendo um pouco, estou vendo que um fala isso, outro fala aquilo.... Tudo bem, agora eu acho que daqui para frente o Guarani vai falar mais, daqui mais um ano, daqui mais dois anos, o cacique também já vai aprender mais, porque hoje ele está aqui para isto.

Então, esse cidadão que trabalha, da cidade, de outro país, como eu já vi, então, isso aí já pus na minha cabeça, como é que o branco trabalha, para que ele trabalha isso, então a gente já sabe. Como é que a gente estava vivendo antes? Agora, a bem dizer, até a FUNAI disse que o índio agora não parece mais índio. Agora, todas as aldeias já parecem como um branco, anda de sapato e tal, isso aí é certo. Mas nós não queremos perder o idioma, não queremos perder as plantas.

Agora, caça já está tudo comido, o branco já comeu tudo, em todas as aldeias. Peixe, também, eu acho que só no mar que tem algum. Até peixe se nós queremos comer, nós temos que comprar. Então nós queremos isso, nós queremos, mas agora estou vendo, parece, nós estamos aqui, e parece que algum passou a palavra, vai ajudar o índio. Escutei, algum está falando isso.

Então essa reunião não é do índio, mas nós estamos aqui para escutar, para ver, para enxergar, então nós estamos enxergando. Agora, daqui para frente, nós não queremos que o branco entra na aldeia para caçar, matar algum passarinho, matar bichinho que nós temos lá... isso então é que deu sentido para nós entrarmos na cidade, para falar sobre isso. Então agora nós estamos aqui. Nós viemos nesse sentido, nós os caciques. Eu acho que nós estamos aqui em quatro ou três caciques para ver como é que o branco fala de nós, vai ajudar ou não, eu estou vendo isso. Então, eu fiquei muito alegre. Então, como estão falando, os índios não querem perder a semente e estão pedindo a semente. Eu sempre estou pedindo a semente de feijão, milho, milho do branco, feijão do branco... Eu estou vendo que, só esse milho que nós temos, do nosso, não vai dar para nós passarmos uns seis, sete meses, passar comendo só aquilo, então eu queria semente do branco, arroz, amendoim, feijão. Então, todo ano também, nós plantamos de tudo um pouco: cebola, batatinha eu experimentei plantar agora.

Então, nós viemos, nós estamos aqui hoje, e eu vou estar até terminar a reunião de vocês. Nós temos aqui, dentro do Rio, eu acho que três aldeias que estão medidas, que não têm problema nenhum com branco. Mas tem alguma aldeia por aí que está esperando a medição. Está esperando tudo, é farmácia, é escola. Olha, lá na minha aldeia também não tem escola, mas este ano eu acho que está começando. O professor Guarani está dando aula. Então tudo isto eu preciso, mas se eu vou atrás da FUNAI, eu acho que só vou falar. Já estou há seis anos, a FUNAI não me deu escola, farmácia... lá na minha aldeia, é mais difícil. Agora, Ubatuba, Bracuí, Parati-mirim, Rio Silveira, Barragem, eu acho que está tudo mais adiantado do que a minha aldeia. Mesmo assim, eu estou pedindo mais é, no tempo de plantar, é semente, toda semente eu quero e alimento, mas, o que é que eu vou fazer? Onde é que eu vou pedir isso? Eu nunca vim aqui em São Paulo, sempre eu vinha atrás da FUNAI, mas a FUNAI diz: “espera mais uns dez dias que vai vir dinheiro”. Até hoje.

Então, hoje nós estamos aqui para dar o sentido de como é que nós estamos vivendo. O que é que nós estamos fazendo... parece que está colocado aí no papel. Parece que é isso aí. Eu estou escutando o cidadão falar, conversar e tal, então parece que vai, eu acho que vai melhorar um pouco para nós, não é? Parece que eu estou vendo isso aí. Então, por enquanto é só isso.

*Marcos Tupã / aldeia Boa Vista - SP* : - Boa tarde e boa noite também. Eu quero, primeiro, mais um vez agradecer a oportunidade e dizer que, com relação aos problemas, as situações dos Guarani, eu quero tentar resumir, a respeito de que nós pensamos dentro de uma comunidade. Inclusive, da mesma forma que existem leis, a legislação, aqui fora, com relação ao Meio Ambiente, nós, na comunidade Guarani, também temos uma legislação tradicional indígena, criada através da nossa demanda de convivência. E a preocupação sempre vem, principalmente com as madeiras, as folhas de guaricanga para fazer as casas e também fazer as roças. E existe um calendário, um calendário que prevê o início do ano e o fim do ano, porque a identificação dos doze meses do ano é diferente do conhecimento de vocês. Então, tem essa demanda no conhecimento das leis indígenas e isso, não só para fazer a casa, as roças, mas também o conhecimento de quando caçar, quando pescar... tem uma preocupação de como está se usando.

Até hoje, na maioria das aldeias aqui do litoral, onde se vê que tem ocupação dos Guarani, é onde tem a maior parte das áreas ainda bastante preservadas..... E então, é uma questão que deve ser realmente aprofundada, é essa parte da convivência, de entender as demandas nas aldeias. Tem que haver um conhecimento de como nós convivemos com a natureza e, ao mesmo tempo, as instituições, ou algumas pessoas que trabalham direta ou indiretamente com a questão indígena, que venham também procurar conhecer a convivência do dia a dia nas comunidades para poder desenvolver algum trabalho.... Eu sei que, dentro do trabalho de vocês, o que podemos observar é que há uma preocupação em como preservar, como manter, como .....se trabalhar a questão dos assuntos indígenas, essa problemática toda. É bastante complicado para vocês e, para nós, também fica difícil como explicar isso para que vocês possam entender, resolver todo o trabalho de vocês e o acompanhamento nosso. E para nós, índios, dentro de nossas convivências, no trabalho, que possa haver mais discussões e, aqui fora, também promover um apoio das instituições para que a gente possa estar discutindo também na comunidade e, inclusive, também a participação de alguns de vocês para que possam estar vendo as reuniões nas aldeias, com as comunidades presentes, de cada local, de cada aldeia, para estar conhecendo mais as especificidades de cada aldeia.

Acho que nós poderíamos estar chegando apenas no início, têm muitos passos pela frente para nós construirmos o que realmente necessita. Eu acho que construindo um instrumento, um material para discutir com a população, como o problema da preservação da natureza, entre outros.

Depois tem outra parte que é específico da preocupação e da discussão lá na aldeia nossa de Ubatuba. É quanto a questão do palmito. É um problema sério, estamos encontrando dificuldades, proibições e outras coisas. Sobre isso, há uma preocupação entre nós, todos na comunidade, em como cortar o palmito, em como vender o palmito, pelas famílias. ... como os índios participam disso? No caso, as famílias, as pessoas, cortam uma certa quantidade, não extrapolando uma medida de quantidade. Para levar na feira tem um revezamento das pessoas. No sábado, na quarta e na quinta. As pessoas que levam no sábado, não levam na quarta ou na quinta; então tem um revezamento de trabalho nesse sentido. Aí, tem uma outra preocupação, inclusive bem recente, que tem acontecido. É o caso de outras comunidades que trazem palmito de outra região para a região de Ubatuba, o que acarreta problemas e discussões com o município, as prefeituras, a polícia florestal.... na cidade, e aí acaba causando até para nossa aldeia um certo confronto, não físico, mas assim, uma preocupação.

Diante disso, nós, hoje, na comunidade, temos preocupação em trabalhar a questão da recuperação do palmito natural, de como manejar o palmito, de como plantar. É preciso estar realmente conhecendo a situação e os problemas, de perto, de cada aldeia, para sentir o que realmente as comunidades querem. No nosso caso, a gente quer ver esse programa de plantação de palmito natural. Isso já começou com o palmito açai, que não é da região, mas o que pretendemos plantar mais é o palmito próprio da região, para que se tenha esse trabalho de recuperação. Então, cada aldeia também tem o seu trabalho.

Acho que, nesse encontro, deve haver um sentimento de nós ou de vocês que trabalham, ou que vão trabalhar, deve haver esse movimento de estar conhecendo mais de perto, ver a situação mais de perto, ou procurando sempre entender mais,... para que realmente possa atender a comunidade, na medida do possível, nas suas necessidades. Eu acho que é essa a minha colocação.

**25/09/97**

A partir dos trabalhos e colocações feitas durante o seminário, foram mantidos os mesmos grupos temáticos e equipes de trabalho, com o objetivo de apresentar propostas orientadas nos seguintes preceitos e sugestões:

**Tendo em vista a criação de condições de sobrevivência / sustentabilidade das comunidades Guarani na Mata Atlântica, as expectativas manifestadas pelos próprios Guarani e a implementação prática das propostas apresentadas :**

- **O que vemos como prioridades de ação?**
- **Quem (e que instituições ) devem ser envolvidas e como viabilizar praticamente a sua articulação?**
- **Como assegurar formas adequadas de envolvimento e participação das comunidades Guarani nesse processo ?**

### *Grupo 3 - Questões levantadas pelos índios Guarani*

#### *Síntese*

#### *Princípios:*

- Tendo em vista as relações e a proximidade com os brancos, e a conseqüente perda de terras, a sobrevivência das comunidades Guarani não é garantida exclusivamente dentro de suas áreas, afetando a sua qualidade de vida.

#### *Propostas:*

- maior entendimento das leis ambientais dos brancos pelos índios e das leis ambientais dos índios pelos brancos; realização de reuniões nas aldeias;
- acordos e alianças entre as comunidades Guarani e os responsáveis pela direção das Unidades de Conservação;
- liberdade para escolha e condições de realizar seus próprios programas alternativos;
- opção de cultivos agrícolas não tradicionais para consumo e venda, criação de animais, recuperação de palmito, considerando-se as especificidades de cada área.

#### *Condições:*

- garantia das terras;
- preservação dos costumes (idioma, alimentação, religião, organização política e social);
- apoio material e recursos para facilitar o intercâmbio social, cultural e econômico entre as aldeias.

- recursos para realização de reuniões religiosas entre as aldeias, de rituais e encontros de pajés.

## **Grupo 2 - A Agricultura Guarani como Base de Sobrevivência**

### *Síntese*

#### 1. Fatores/Condições determinantes para a sustentabilidade Guarani na Mata Atlântica.

##### Constatações:

- a agricultura implica múltiplas ações (plantio, caça, pesca, coleta) como sistema total, na perspectiva Guarani;
- as roças feitas com sementes tradicionais não atendem a demanda alimentar anuais das aldeias, garantem sustentabilidade no que se refere à questão cultural, não carecem de intervenção técnica;
- o sistema agrícola depende de terra enquanto quantidade e qualidade, além de aspectos sociais e políticos do grupo local;
- são componentes do sistema agrícola Guarani: calendário, mutirão, rituais, intercâmbio, roças familiares;
- as roças indígenas são compatíveis com a preservação da Mata Atlântica contribuindo com a dinâmica sucessional.;
- a venda de alguns produtos agrícolas (não derivados de sementes tradicionais) é praticada por algumas comunidades.

##### Propostas:

- estudo geral do sistema agrícola do povo Guarani;
- diagnósticos (participativos) por comunidade, capacitando os índios para fazê-los a partir da troca de experiências com outras comunidades (auto-diagnóstico);
- acompanhamento e avaliação do projeto de produção de sementes Guarani da UFSC;
- viabilizar ações técnicas para resolver problemas emergenciais das roças (formiga, solos, água, erosão, lixo...) adaptando soluções agroecológicas à situação Guarani;
- suprir as demandas para plantios diferenciados nas comunidades (frutíferas, espécies anuais e outras), para alimentação e renda, de forma compatível com as características de cada aldeia, condições e climas;
- viabilizar práticas de recuperação e adensamento de espécies utilizadas para confecção de artesanato, construção de casas, (cultura material em geral): taquara, cipós, palhas, capim bravo, palmeiras, etc.

- viabilizar práticas de recuperação e adensamento de espécies alimentícias extrativistas - palmito, palmeiras, frutos silvestres - e da fauna.
- incrementar a criação de animais domésticos segundo sistemas autônomos e de acordo com as demandas de cada aldeia (aves, em especial);
- estimular formas de destinação final e/ou acondicionamento/transporte do lixo nas comunidades;
- avaliação das possibilidades de realizar repovoamentos e reflorestamentos ;
- iniciar processo de certificação de produtos florestais com referência cultural, para fins de comercialização (palmito, plantas ornamentais, etc.);
- garantir freqüente intercâmbio entre aldeias, visando a potencialização do sistema total agrícola;
- inventário e análise de experiências e de práticas agrícolas já implementadas nas aldeias, para proposição de projetos econômicos de sustentação orientados pelos Guarani;
- estimular reuniões entre lideranças e pajés, para os Guarani pensarem e elaborarem seus projetos, assim como encaminhá-los a partir de suas organizações;
- estruturar com as comunidades, formas de vigilância para controle de palmiteiros / caçadores invasores;
- assessorar (jurídico/pessoal) as comunidades quanto as relações com não índios que oferecem terras, benefícios, parcerias, etc.;
- reavaliar junto com as comunidades, as formas de apoio alimentar, estimulando práticas de transformação de matérias primas em detrimento do produto acabado (milho em palha x fubá);
- viabilizar troca de experiências e intercâmbio cultural referentes a outros grupos étnicos conforme manifestação de interesse das comunidades;
- banco de dados organizado e disponível em colaboração com instituições Governamentais e não Governamentais e Universidades.
- mapear instituições governamentais ou não, que trabalham com preservação de germoplasma, a exemplo de Rede PTA, EMBRAPA;
- viabilizar a curto prazo outro seminário, objetivando aprofundamentos de questões levantadas neste seminário e a luz dos resultados das experiências nas aldeias Guarani.

### ***Grupo 1 - Comunidades Guarani em Unidades de Conservação / Regularização Fundiária***

#### *Síntese*

#### *Princípios:*

1. Reconhecimento, pelo Estado da presença dos Guarani e de suas formas de ocupação e uso dos recursos naturais nas Unidades de Conservação da Mata Atlântica;

2. Reconhecimento da necessidade de preservação dos remanescentes do domínio da Mata Atlântica, incluindo áreas de preservação total.

3. Compatibilização, com base nos conhecimentos científico e tradicional, dos interesses e necessidades da conservação ambiental e do modo de vida Guarani.

4. Reconhecimento da necessidade de se estabelecer parcerias interinstitucionais e pluriétnicas, fundamentadas no respeito aos diferentes sistemas de autoridade, direito e gestão.

*Prioridade Estratégica:*

- Inclusão das áreas de uso e ocupação Guarani (Áreas Indígenas) nos planos de manejo das Unidades de Conservação do PPMA, reconhecendo-as como zonas de manejo tradicional.

*Propostas :*

1. Formação de equipe interdisciplinar e interinstitucional (com conhecimento acumulado) que, sob orientação das comunidades Guarani, deverá fazer o mapeamento das áreas de uso e de ocupação tradicional e um diagnóstico sócio-ambiental:

- destinar recursos do PPMA / KFW para este fim (formação e atuação desta equipe);

- iniciar os estudos na seguintes áreas: Ilha do Cardoso (PEIC) formulação de proposta pelo CTI; Boa Vista (Núcleo Picinguaba); Morro dos Cavalos e Massiambú (Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - SC) formulação de proposta pelo MU - UFSC;

- os estudos relativos ao modo de ocupação e às áreas de uso Guarani, nas Unidades de Conservação deverão considerar:

. áreas de roças, áreas de moradias e de criação de animais, áreas de coleta (frutos, plantas medicinais, matéria prima para artesanato); trilhas de caça e caminhos, áreas de pesca, nascentes e cachoeiras, espaços sociais, espaços religiosos, locais sagrados ( locais intangíveis), cemitérios, montes,etc.;

. o estudo da biologia das espécies mais utilizadas pelos Guarani na Mata Atlântica e o manejo dessas espécies.

2. Articulação - construção de parcerias :

- comunidades indígenas, Secretarias de Meio Ambiente, IBAMA, FUNAI, MPF - Procuradorias da República, CTI, CIMI, MU - UFSC, NUPAUB - USP, FATMA (SC), Prefeituras e outras entidades diretamente envolvidas com as comunidades;

- articular Regionalmente as instituições para definir políticas e ações integradas e coordenadas.

- promover reuniões entre as aldeias e nas aldeias para maior envolvimento e participação.

**AVALIAÇÃO**

No último dia, foi distribuído aos participantes um pequeno formulário para avaliação tendo em vista os objetivos definidos para o seminário.

Critérios: ótimo - bom - razoável - ruim - péssimo

Questões: a) Quanto ao resultado esperado:  
 b) Quanto a forma, metodologia e programação do trabalho:  
 c) Quanto a participação e interação dos participantes  
 d) Quanto à organização (local, material preparatório, etc.)

As respostas às quatro questões concentraram-se nos critérios ótimo e bom, tendo os itens c e d alcançado os maiores índices de ótimo.

No mesmo formulário solicitamos aos participantes que fizessem uma breve avaliação, apontando seus comentários e sugestões.

Foram apontados os seguintes aspectos com relação à participação, ao material preparatório, à metodologia e à programação dos trabalhos:

- faltou maior clareza nos critérios de escolha dos participantes que apresentavam diferenças de linguagens e visões;
- tornou-se aparente o antagonismo entre as posições preservacionistas dos recursos naturais (aspecto biológico) e aquelas que prevêm a manutenção de recursos que sustentam a cultura Guarani, que (segundo o comentário) foi subestimada;
- a opinião das pessoas presentes não representou a posição das suas instituições (universidades, órgãos governamentais) que não se tornaram transparentes;
- a metodologia participativa descontraiu os participantes permitindo um bom nível de integração e cooperação;
- é necessário buscar formas mais apropriadas para participação dos índios;
- o documento base foi pouco utilizado como referência técnica para as discussões nos grupos temáticos; o documento base deveria ser melhor aproveitado durante o seminário;
- a importância do seminário residiu principalmente na possibilidade de troca de experiências e informações;
- houve pouco tempo para discussão de temas tão polêmicos e para detalhamento do encaminhamento das estratégias de aplicação das propostas;
- as proposições finais foram muito amplas.

Outras observações e sugestões decorrentes do seminário apontam para novas ações:

- existem dificuldades, sobretudo de ordem institucional na implementação de projetos por ONGS e associações populares (dificuldades de obtenção e continuidade de recursos, infraestrutura administrativa, etc), o que afeta a sustentabilidade dos projetos propostos no seminário, sobretudo aqueles ligados à agricultura.
- necessidade de um pós seminário para sistematização das ações propostas;
- urgência no encaminhamento das propostas que envolvem Unidades de Conservação;
- incrementar prática de reuniões para superar obstáculos de trabalho e os referentes às posições políticas, entre pessoas e instituições diferentes, visando evitar proliferação de iniciativas inadequadas nas comunidades indígenas;

- intensificar apoio para manutenção das sementes Guarani e para melhorar a produtividade das roças destinadas ao consumo interno;
- reformular procedimentos de apoio para suprir carência alimentar, preferindo matérias primas em detrimento de produtos acabados, como forma de resgatar práticas tradicionais de beneficiamento e/ou transformação dos alimentos, servindo também para diminuir a produção de lixo no interior das aldeias;

### **Avaliação da equipe de trabalho e coordenação**

#### *observações técnicas decorrentes do seminário*

Através da troca de experiências com outros profissionais, pode-se verificar que várias questões abordadas no documento base e identificadas como “pontos comuns” (o sistema de produção agrícola dos cultivares Guarani, tipos de cultivares Guarani, a questão da caça, coleta, cultura material) são também verificadas em outras aldeias Guarani.

Estas atividades foram denominadas como “constantes” e essenciais para a subsistência e sustentabilidade das comunidades Guarani, o que nos serviu de base para várias discussões durante o seminário.

A identificação destas “constantes” gerou subsídios para se definir, em linhas gerais, as condições ambientais mínimas necessárias que uma área deve apresentar para garantir a subsistência da comunidade. Também resultou numa discussão mais ampla de como conciliar, técnica e politicamente a ocupação indígena em Unidades de Conservação, principalmente no tocante àquelas de caráter mais restritivo como os Parques. São nessas áreas, onde já se encontram comunidades Guarani, que encontramos as condições necessárias à manutenção das suas práticas de subsistência.

Tornou-se evidente, durante o seminário, a necessidade de se desenvolver estudos científicos que contemplem um manejo de rendimento sustentado das espécies da flora local mais utilizadas pelos Guarani, para manutenção da cultura material. Encontram-se entre as espécies mais utilizadas para confecção de artesanato: taquara, caixeta, jerivá, brejaúva, cipós, e também espécies utilizadas para uso doméstico (construção de casas, utensílios domésticos, etc.) como a guaricanga, e demais madeiras nativas. Também verificou-se a necessidade de cruzar os dados referentes a estes levantamentos com as formas que as populações Guarani manejam tais recursos/espécies, o que ressalva a necessidade de estudos etnoecológicos.

Pudemos observar um pouco das diferenças entre as áreas Guarani representadas no seminário, assim como pontos em comum em relação àquelas que descrevemos no documento.

Dentre as diferenças:

Quanto aos níveis de abertura para alternativas produtivas comerciais e de subsistência, algumas aldeias, principalmente as do Espírito Santo aparentemente estão bem mais abertas a estas alternativas do que outras em São Paulo, sobretudo as de Cananéia. A produção com interesses comerciais parece estar muito relacionada à situação atual de cada aldeia, assim como dos profissionais que as apoiam.

Quanto à composição e tamanho das comunidades, vemos que há variações em termos de prestígio das lideranças religiosas, do potencial da força de trabalho, entre outros fatores que

interferem na estabilidade e produtividade da vida em aldeia. Há comunidades com terras boas mas sem força de trabalho e ou mesmo determinação para implementar ações mais “arrojadas” e outras que, sem boas terras, estão produzindo ou buscando alternativas coletivas. Porém verifica-se que são momentos resultantes da combinação de muitos fatores e circunstâncias.

Quanto aos problemas relacionados à produção e produtividade agrícola - como o acesso a ferramentas e sementes, os ataques de pragas e doenças nos cultivares, as deficiências de polinização, a fertilidade dos solos, a disponibilidade de áreas para um aumento do tempo de pousio, a seleção de áreas de cultivo, etc. - estes também são variáveis. Em algumas aldeias a produção é boa e acontece sem grandes entraves. Em outras existem problemas de solo que não deixam nem os cultivos se formarem, ou se chegam a ser formar, são cortados por formigas ou destruídos pelo excesso ou falta de água.

Quanto as abordagens sobre o sistema de produção agrícola, em específico a questão dos “cultivares Guarani”, pudemos identificar espécies comuns e diferentes, cultivadas em outras aldeias. Esta é uma questão que deveria ser melhor aprofundada no seminário, porém o contato que foi feito com outros profissionais e outras aldeias poderá permitir-nos trabalhar melhor esta questão futuramente.

Nas áreas onde encontram-se problemas de produtividade agrícola, somam-se também problemas de escassez de terras para o plantio e pouca disponibilidade de recursos naturais. Nessas condições ambientais observamos as diversas formas de adaptação das comunidades Guarani, situadas em diferentes regiões do litoral, quanto a utilização dos recursos. Um exemplo é a substituição de matérias primas por outros recursos naturais, nem sempre eficientes, como também o uso de materiais adquiridos fora dos limites da aldeia, ou na cidade. A questão da escassez dos recursos naturais merece ser melhor trabalhada a fim de se encontrar alternativas satisfatórias conjuntas entre as instituições envolvidas.

Dentre os pontos em comum:

A maior parte das áreas Guarani necessitam ser regularizadas sendo esta uma das preocupações colocadas no seminário.

Na maioria das aldeias há carência alimentar. Embora os índios procurem produzir internamente a maior parte da comida, há muita dependência de produtos externos. Isto varia de acordo com a época do ano, com as influências climáticas sobre o rendimento dos cultivos Guarani, além da indisponibilidade de áreas agricultáveis

Todos os representantes índios e os profissionais que atuam de forma mais direta nas aldeias manifestaram esforços para manter ou resgatar elementos da cultura Guarani. Incluem-se nessa preocupação os pedidos de apoio para realização de viagens para intercâmbio de sementes, para pajelanças e outros rituais, para a manutenção das regras sociais, etc.

Nos grupos de trabalho do seminário, debateu-se a questão dos cultivares e das espécies nativas mais utilizados pelos Guarani dentro do ecossistema Mata Atlântica, porém, estes não foram detalhados e a troca de informações entre os participantes não foi sistematizada.

*Comentários gerais sobre o seminário*

Durante o seminário, todas as reflexões e propostas foram registradas, embora não refletissem, necessariamente, o consenso. Num primeiro momento (1º grupo de trabalho), procurou-se estimular a contribuição, dentro do possível isenta dos participantes, derivada das suas observações técnicas e pessoais. Com isso foram expressas diferentes experiências e posições, prevalecendo o pessoal e o técnico ao oficial e político. Estes (oficial e político), foram parâmetros para se pensar e equacionar futuros encaminhamentos.

Tanto a participação como a qualidade das contribuições individuais foram bastante boas. Entre os presentes havia um interesse comum pelo tema, cada qual em sua área de ação. Infelizmente, a permanência de todos os participantes durante todo o período do seminário, não foi possível em função de outros compromissos profissionais; isto, sem dúvida, impediu o detalhamento de contribuições importantes.

Não aprofundamos muito os temas levantados pelo documento base e isto pode ser resultado de uma falha na condução dos trabalhos em grupos. Por outro lado não haviam tantos profissionais com experiência de campo suficientemente específicas para discussões temáticas menos abrangentes.

A linha adotada para os levantamento(s) de campo foi bastante produtiva. O documento base foi direcionado para os recursos de subsistência e, agora, com um aprimoramento dos critérios, poderemos dar um caráter bastante objetivo aos dados, principalmente sob o ponto de vista das comunidades envolvidas.

O maior significado da realização deste seminário reside na oportunidade que criou para se trabalhar com representantes das diferentes instituições (governamentais, não governamentais) direta ou indiretamente envolvidas com o destino das comunidades Guarani na Mata Atlântica, nas questões cruciais a seu futuro. Cada uma destas instituições tem a ver com este futuro, atuando a partir de objetivos (por exemplo de preservação ambiental) ou princípios (por exemplo, visão das condições de desenvolvimento) muitas vezes conflitantes ou pouco sintonizados com a ocupação, o modo de vida e a visão de mundo Guarani.

Neste seminário não esteve em foco a atuação de nenhuma destas instituições, nem do próprio CTI, mas sim as comunidades Guarani, como tal. Está aí a sua maior importância - o de ter criado um espaço aberto inter/supra institucional, voltado para a questão da sobrevivência das comunidades Guarani. A partir do aprofundamento da compreensão dessa realidade, com base na discussão entre os participantes, se possibilitou uma maior integração de visões entre os mesmos, superando preconceitos e visões estanques que dificultam sobremaneira uma atuação mais integrada entre as instituições frente à sua responsabilidade comum para com o futuro das comunidades Guarani.

Para o moderador Jos Schoenmacker, “se a nível desta integração de visões está o maior significado desta iniciativa, a questão central que se coloca é como cultivar e desenvolver esta chama, esta visão norteadora comum, os elos que se formaram ou se fortaleceram entre os participantes em instituições representadas e que correm o risco de se diluir novamente no dia a dia. Nisto está, a meu ver, a maior fragilidade desta iniciativa, o de não prever nem forma nem condições para a sua continuidade, com este fim. A própria palavra ‘seminário’ tem sua origem na palavra latina ‘semina’ = sementes, um espaço onde possam germinar. Mas se não se cuida das condições para cultivar as sementes que germinaram, corre-se o risco de não ver seus frutos...”

## **Lista de Endereços**

Agostinho da Silva  
Aldeia Araçá (Parati -RJ)

Augusto da Silva  
Aldeia Massiambu - (SC)

Ailton  
Aldeia de Cananéia

Adriana Peres Felipim  
R. Fidalga, 548 sala 14  
Vila Madalena - São Paulo - SP  
CEP: 05432-000  
Tel.: (011) 212-1520  
Fax.:(011) 212-1520  
e-mail: ctiguar@dialdata.com.br

Antônio Silva  
R. do Horto, 931  
Tremembé - Cantareira  
Horto Florestal - São Paulo  
Tel.: (011) 6952-8555

Antônio Carlos Diegues  
R. do Anfiteatro, 181, colméia - favo6.  
Cidade Universitária - Butantã  
CEP: 05508-900  
Tel.: (011) 818-3307  
Fax: (011) 818-3425

André Villas Boas  
Av. Higienópolis, 901  
São Paulo - SP  
CEP: 01238-001  
Tel.: (011) 825-5544  
Fax.:(011) 825-7861

Bartolonmeu Meliá -  
Jesuitas Casa Provincial  
Guarani 2256  
Calle Bizarro  
Cacilla 1872  
Tel.: 00 595 21 333 962 (res.)

Carmem Lúcia Rodrigues  
R. Mário Gucstini, 192  
S. Alto de Pinheiros - São Paulo  
Tel.: (011) 211-6699 (recado)

e-mail: calurodrigues@dualtec.com.br

Celeste Ciccarone  
R. Presidente Prudente de Morais, 18  
Bairro Republica - Vitória - ES  
CEP: 29060-300  
Tel.: (027) 327-9659  
Fax.:(027) 335-2506/335-2514 (UFES)

Celso S. Aoki  
Av. Pensilvania,288  
Jardim Flórida - Jacareí - São Paulo  
CEP: 12300-00  
Tel.: (012) 352-5974

Cristina Kriegel  
R. Antônio Campostrini,500  
Pariquera-Açu - São Paulo

Davi da Silva  
Aldeia de Aguapeú ( Mongaguá - SP)

Darci J. Ciconetti  
Caixa Postal, 43 - 11740-970  
Itanhaém - São Paulo  
Tel.: (013) 422-4393

Eliana Rodrigues  
R. Clemente Bonifácio, 51  
São Paulo  
Tel.: (011) 6965-0988

Jos Schoenmacker  
R. Canceioneiro de Évora, 125  
CEP: 04708-010  
Tel./Fax: (011) 531-9286

José  
Aldeia Ilha do Cardoso (Cananéia - SP)

Luís Cláudio Bona  
Caixa Postal 779  
Campo Largo/PR  
CEP: 83601-970  
Tel.: (041) 292-1468  
Fax.:(041) 292-1833

Marciana da Silva  
Aldeia Araponga (Parati - RJ)

Maria Dorothea Post Darella  
Servidão do Palmeiras, 46  
Itacorubi - Florianópolis/SC  
Caixa Postal 5013  
CEP: 88040-970  
Tel.: (048) 233-3849  
e-mail: mbpd@cfh.ufsc.br

Maria Inês Martins Ladeira  
R. Fidalga, 548 sala 14  
Vila Madalena - São Paulo - SP  
CEP: 05432-000  
Tel.: (011) 212-1520  
Fax.:(011) 212-1520  
e-mail: ctiguar@dialdata.com.br

Marcos Miguel Gamberini  
Rua Monte Alegre, 1252  
Perdizes - São Paulo  
CEP: 05014-000  
Tel.: (011) 802-5020

Marcos Tupã  
Aldeia Ind. Guarani Boa Vista Ubatuba  
AGUAI - R. Diogo de Quadros, 203  
Jd. Cedro do Líbano , Sto Amaro - São Paulo  
CEP: 04710-010  
Tel.: (011) 241-0624

Maria Bernadette A. N. Fransceschini  
R. Fidalga, 548 sala 14  
Vila Madalena - São Paulo  
CEP: 05432-000  
Tel.: (011) 813-3450  
Fax.:(011) 212-1520  
e-mail: cti@dialdata.com.br

Mariana A. Carvalhaes  
R. Gomes de Carvalho, 855 apto 91  
Vila Olímpia - São Paulo  
CEP: 04547-003  
Tel.: (011) 866-9669

Renato Lorza  
R. do Horto, 931  
Tremembé - Cantareira  
Horto Florestal - São Paulo  
CEP: 02877-000  
Tel.: (011) 6952-8555

Renato Rivaben de Sales  
R. do Horto, 931  
Tremembé - Cantareira  
Horto Florestal - São Paulo  
CEP: 02877-000  
Tel.: (011) 6952-8555

Ricardo Russo  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 637  
Tel.: (061) 317-1489

Santiago Ortela Samiento  
Tel.: (041) 369-1450 (rec.) Curitiba  
(011) 212-7100 (rec.) São Paulo.

Virgínia Valadão  
R. Fidalga, 548 sala 14  
Vila Madalena - São Paulo  
CEP: 05432-000  
Tel.: (011) 813-3450  
Fax.: (011) 212-1520  
e-mail: [cti@dialdata.com.br](mailto:cti@dialdata.com.br)  
Viviane Capezzuto Ferreira da Silva  
R. Prudentópolis, 97  
Boaçava - São Paulo - SP  
CEP: 05471-020  
Tel.: (011) 835-8732